



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343, DE 2017
(DO PODER EXECUTIVO)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; tendo parecer proferido em plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Deputado Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Deputado Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Deputado Pedro Paulo). Emendas de Plenário nºs 1 a 65: tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 65 (Relator: Deputado Pedro Paulo; da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; pela inadequação financeira e



orçamentária das Emendas de nºs 7, 8, 16 a 18, 48 e 52; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65 (Relator: Deputado Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas de nºs 7, 8, 16 a 1848 e 52 (Relator: Deputado Pedro Paulo).



O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, V.Exa. anunciou a presença de 257 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Três Parlamentares falaram e foram
computados.

O SR. GLAUBER BRAGA - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há requerimento sobre a mesa:

Senhor Presidente,

*Requeiro, nos termos do art. 117, VI, c/c 101, I, "a",
1, e 83, § único, II, "c", do Regimento Interno da Câmara
dos Deputados, a retirada de pauta da Ordem do Dia do
PLP 343/17.*

Sala das Sessões 11/4/17

Deputado Dagoberto

PDT/MS



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que nós estamos aqui diante de uma matéria da maior complexidade, como mostraram a própria presença dos Parlamentares, o debate da semana passada e o fato incontestado de que essa matéria alcança o conjunto de todos os Estados da Federação. É ilusão imaginar que esse é apenas um procedimento. No fim de semana, vários veículos de comunicação social já fizeram esta referência: quais Estados federados serão os próximos?

Portanto, essa não é uma matéria para Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais, é uma matéria de grande dimensão. E o Governo — embalado pela tecnocracia, por aqueles que querem fazer o ajuste fiscal a qualquer custo, achando que essa que é uma matéria de natureza política deve ser submetida ao império da tecnocracia — está dando um tiro no pé.

Com a pretensão de acelerar uma votação que envolve a Previdência, excluindo os servidores estaduais e municipais, agora, com esta proposta de recuperação fiscal, traz para o debate todo o tensionamento dos servidores públicos estaduais e municipais. Esse tensionamento, sem dúvida nenhuma, vai causar um grande constrangimento ao processo e ao contexto político. Essa é a compreensão que se faz necessária nesta hora.

Por todas as razões que temos alinhado aqui no sentido de que essas contrapartidas representam uma verdadeira tutela, o Governo Federal, que não tem a coragem de fazer a intervenção que poderia fazer — ele nos agrediria, atingiria mais ainda os Estados Federados, mas não tem essa coragem —, apresenta uma



proposta, uma alternativa com contrapartidas que representam uma verdadeira violência não só contra o funcionalismo, contra as carreiras de Estado, mas também contra a liberdade e a disposição de ativos estratégicos importantes dos Estados.

Portanto, não vamos poder acompanhar este processo de recuperação fiscal. A nossa bancada vai votar contra e propõe a retirada de pauta da matéria, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vi anteontem uma professora, pela Rede Globo, pedindo esmola. Foi um exemplo duro e dramático, que está acontecendo com os funcionários, com o povo do Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul não se chega a esse nível, mas seu Governo está pagando os aposentados em três, quatro vezes e os funcionários em até cinco vezes. Saio do Brasil e vou para a Grécia. Não quero que aconteça no Brasil o que está acontecendo no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e o que aconteceu na Grécia.

Esse projeto de regularização fiscal enquadra sim os Estados, porque o Governo está abrindo mão daquela prestação mensal da renegociação da dívida de 20, 30 anos atrás e agravada nos últimos 5 anos pelo Governo Federal, que liberou geral, fez arranhões, fraturou a Lei de Responsabilidade Fiscal e agravou a crise desses dois Estados, mais Minas Gerais, e há mais dez com problemas.



O Governo abre mão de cobrar por um período de 3 anos, mas faz exigências, senão há o risco de a gastança continuar. E esse dinheiro está saindo também de muitos brasileiros.

O projeto está bem escrito, foi negociado. Quem votar contra estará votando contra o povo sofrido do Rio de Janeiro, que precisa de assistência social, saúde e educação, e os funcionários e aposentados precisam receber, como em outros Estados, inclusive no Rio Grande do Sul. E os outros Estados? Há dez quase aderindo. Tomara que não precisem aderir, mas, se aderirem, já vai haver um programa. E os outros Estados o BNDES está atendendo com a ampliação, a suavização das prestações dos empréstimos, que eles têm até 240 meses. Alô, povo do Norte e do Nordeste! A resolução está no Senado, o Governo concordou, e o Senado vai votar.

Então, não votar é votar contra esses Estados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PP?

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP e o Bloco, Sr. Presidente, orientam o voto “não”.

Nós entendemos que este assunto já extrapolou os limites da discussão nesta Casa. É eminentemente protelatória. Estamos numa semana de dificuldades por causa do feriado, mas é necessário que esses três Estados tenham o seu socorro atendido e as suas metas atingidas, de acordo com o projeto que estamos discutindo.

O PP orienta o voto “não” e pede à bancada do Governo que siga a mesma orientação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade (*Pausa.*)

Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar “sim”, por todas as razões já apresentadas e porque não há convencimento com relação à necessidade de este processo merecer a reflexão e a participação dos demais Estados federados.

Não se trata de aderir a um programa do BNDES, não se trata de aderir amanhã a uma proposta como esta de recuperação fiscal, trata-se do fato concreto e objetivo da exigência das contrapartidas e da tutela absoluta por parte do Governo Federal com relação aos Estados federados, o que quebra o sistema federativo.

Nós temos certeza de que esta matéria não vai ser aprovada. Por isso, merece ser retirada de pauta.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota pela não aprovação do requerimento.



Nós entendemos que a matéria está esgotada, chegou ao seu limite, e conseguiu concluir no seu conjunto, com parabéns efusivos ao Relator Pedro Paulo, que soube retirar de todos os momentos e oportunidades um bom relatório. Eu acho que nós estamos em momento de voto. É hora de seguir adiante.

Portanto, “não” ao requerimento de retirada de pauta.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, em nome do PT, eu quero manifestar a posição favorável à retirada de pauta.

Essa matéria da renegociação da dívida dos Estados foi votada em dezembro. Há um veto para ser apreciado. Se o Governo Temer não tivesse estabelecido o veto, a matéria já estaria totalmente resolvida. A Câmara dos Deputados rejeitou os condicionantes que foram apresentados pelo Governo porque significam uma intervenção nos Estados.

Nós não estamos de joelhos diante da União. Os Estados, as unidades federadas têm que ter a possibilidade de a sua autonomia ser exercida.

Destaco que, no Rio Grande do Sul, não aceitamos a privatização do BANRISUL — Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., da CORSAN — Companhia Riograndense de Saneamento, da CEEE — Companhia Estadual de Energia Elétrica. Minas Gerais também não aceita privatização.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar “sim” à retirada de pauta.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas quer votar. Não entende como aqueles representantes dos Estados que estão quebrados, e cito especificamente o Rio de



Janeiro, que não está podendo pagar os salários e onde a segurança pública está em crise, querem postergar a aprovação do projeto.

Nós não iríamos votar um projeto para ajudar os Estados e permitir que continuassem perdulários, que continuassem tendo empresas estatais que só causam prejuízos. Eu mesmo, que não sou do Rio Grande do Sul, perdi dinheiro porque, loucamente, comprei ações — sou acionista — do BANRISUL. Vejam como fiz maus investimentos na vida.

Votamos, portanto, “não”.

O SR. CLEBER VERDE - Sr. Presidente, pelo PRB...

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Joaquim Passarinho.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de orientar o voto “não” à retirada de pauta, em virtude de nós já termos discutido essa matéria. Precisamos resolver logo isso, a Casa precisa andar, temos trabalho a fazer.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para registrar a presença na Casa do Vereador Sargento Silvano, do PSD de Belém do Pará, a quem agradeço a presença.

Orientamos o voto “não”.

Muito obrigado.

O SR. CLEBER VERDE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Cleber Verde.



O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB entende que esse projeto já foi exaustivamente discutido. O Deputado Pedro Paulo fez um relatório que atende os Estados. Ele é optativo.

É óbvio que neste momento Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais irão utilizar-se desse instrumento para poder sanar os seus problemas, pelo menos em parte. Mas ele não deixa de ser também uma oportunidade para que os Estados que estão em condições razoáveis de gestão, ou seja, com equilíbrio fiscal, mantenham o seu trabalho, mantenham a linha de condução da sua gestão, para não ocorrer o que ocorreu no Rio de Janeiro.

Portanto, nós entendemos que esta é uma oportunidade para aprovarmos um projeto que atende três Estados, neste primeiro momento, mas que, de forma objetiva, dá um recado claro aos demais: é preciso fazer gestão com responsabilidade.

Portanto, o PRB orienta o voto “não” ao requerimento de retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB orienta a favor da retirada de pauta, considerando que a responsabilidade por não ter encontrado mecanismos de negociação para o Rio de Janeiro — somos solidários com o seu povo — não é deste Plenário.

Esta Casa votou essa matéria e o Presidente Temer vetou. O veto nem sequer foi apreciado aqui. Além do mais, não é correto, não é adequado, não é aceitável que se queiram impor condições a Estados que não estão no mesmo patamar de dificuldade de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais.



Eu fico preocupado quando vejo baianos defendendo, por exemplo, a redução de subsídios que seriam retirados, a privatização de empresas públicas. Isso não tem o menor cabimento, quebra o pacto federativo e prejudica os Estados que não estão em situação falimentar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que nós não queremos são essas contrapartidas draconianas.

Renegociar a dívida, para que, por um período de 3 anos, o Estado não pague, o.k. Agora, ficar um período de 3 anos sem pagar e jogar a bomba no colo do futuro Governo, que vai ter que pagar juros sobre juros, utilizar-se desse período para ampliar a contribuição previdenciária de um servidor que não está nem recebendo salário e, mais do que isso, utilizar-se deste momento de crise para privatizar da CEDAE — Companhia Estadual de Águas e Esgotos e outras companhias pelo Brasil não é razoável, ainda mais quando o Estado do Rio de Janeiro dá isenção ao crédito futuro de 650 milhões para a AMBEV — Companhia de Bebidas das Américas.

A bancada do PSOL orienta o voto “sim” ao requerimento de retirada de pauta, e vamos fazer obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. deve ter visto hoje notícia sobre a prisão do ex-Secretário de Saúde Sérgio Côrtes. Aparentemente, são 300 milhões até agora apurados como desviados.



Eu vi o Líder do Governo aqui fazer menção a um fato dramático: uma professora pedindo esmola. Bom, é dramático qualquer pessoa pedir esmola. Agora, vamos falar da pessoa que está pedindo esmola e vamos falar desses ladrões públicos que levaram o Estado do Rio de Janeiro sim a esta situação de penúria, pela corrupção, pela incompetência, pela impunidade, pela má administração. É impossível que tudo isso tenha acontecido sem a cumplicidade federal.

Nós queremos sim resolver o problema do Rio. Aliás, temos que votar o veto presidencial, que é matéria do Congresso, é claro...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede, Deputado?

O SR. MIRO TEIXEIRA - ...mas V.Exa. pode se dirigir ao Presidente do Congresso para votarmos o veto.

Agora, esses ladrões que todos os dias são presos revelam que o Estado do Rio de Janeiro foi saqueado por uma quadrilha. E isso não aconteceu sem a cumplicidade federal.

Então, neste momento, nós somos pela retirada de pauta. E num momento próximo, com a verificação, ficaremos em obstrução.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Minoria? (*Pausa.*)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG) - Verificação, Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS) - Verificação conjunta.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL) - Verificação conjunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação concedida.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSOL modifica a orientação para “obstrução”.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT muda a orientação para “obstrução”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Liderança do Governo pede a todos os Líderes que chamem os Deputados de suas bancadas para o plenário.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT muda para “obstrução”.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT muda para “obstrução”.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB está em obstrução.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dagoberto Nogueira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós recebemos esse substitutivo por parte do Relator, e é um substitutivo que traz algumas maldades maiores ainda do que aquela proposta pelo Governo.

Sr. Presidente, para ganhar da proposta oferecida pelo Governo, o Relator foi muito craque. No art. 11, ele exige a devolução do duodécimo na passagem do ano, seja do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública. Ele pede a devolução desses recursos.

Além disso, Sr. Presidente, ele impõe no § 1º também a devolução dos fundos administrativos. Esses fundos administrativos são recursos oriundos de taxas e de custas processuais. Não são dos cofres do Governo do Estado. Portanto, não teria que devolver aos cofres do Governo do Estado, como prevê o *caput* do art. 11.

Então, Sr. Presidente, é uma devolução que nós do PDT entendemos que é indevida. Nós pedimos ao Relator que tenha o bom senso de tirar esse § 1º e deixar o art. 11, como é uma exigência dele, só com o *caput*. Pedimos que retire esse § 1º, porque não incide em recursos dos cofres dos Governos do Estado.

Eu queria ainda, Sr. Presidente, fazer outro apelo para que ele revisse essa posição de privatizar empresas que dão lucro. Isso é um absurdo! Se os Governos dos Estados estão em dificuldades... Eu vejo pelo nosso Governador, que fez um esforço muito grande para adquirir de vários Municípios as empresas de saneamento, empresas que fornecem água para a população, negociando com



muitos Prefeitos, e conseguiu adquirir de volta essas empresas para o Governo do Estado. Agora a exigência é de venda dessas empresas.

Ora, Sr. Presidente, o Governo do Estado vai ficar com o ônus de ter que cumprir essa obrigação com os Municípios, sem poder usufruir dos altos lucros dessas empresas de saneamento.

São duas coisas que nós do PDT não podemos concordar: a retirada de recursos por parte dos poderes, recursos que não são oriundos do Governo do Estado, e a venda pelo Governo do Estado das suas empresas altamente lucrativas.

Esse é um apelo que nós fazemos ao Relator para que ele mude e inclua essa questão nesse substitutivo que apresentou a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar a presença em nosso plenário do primeiro e único astronauta brasileiro, o Sr. Marcos Cesar Pontes, que nos faz uma visita.

É uma honra para nós tê-lo aqui, Sr. Marcos. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Relator, vou esclarecer o Deputado Dagoberto.

Deputado Dagoberto, V.Exa. acabou de colocar a questão do art. 11, que fala exatamente sobre a apropriação dos fundos do sistema de Justiça, o que na verdade é o Fundo do Judiciário, o Fundo da Defensoria Pública, o Fundo das Procuradorias, o Fundo do Ministério Público.

Nós construímos um acordo com o Governo, com a Liderança do Governo, com a Presidência, com os partidos para que aquilo que for compartilhado desses fundos seja apenas o resultado da entrada e da saída daquele ano daqui em diante. Ou seja, o estoque desses fundos não será mexido, será preservado como autonomia dos Poderes. Assim que nós terminarmos esta votação, farei uma correção no meu parecer justamente para resolver essa questão e deixar claro que não haverá apropriação dos fundos do sistema do Judiciário.

Há outras questões também, como a questão das privatizações, que já estão no debate, e nós entendemos que são intransponíveis, do ponto de vista do entendimento do que é a recuperação fiscal. E acreditamos que vamos para o voto.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA - Permita-me uma confirmação: V.Exa. vai tirar o § 1º do art. 11? É isso?

O SR. PEDRO PAULO - Nós vamos reescrever o § 1º, deixando claro que é só...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Pedro, deixe isso para a hora do debate.

Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aqui me reportar àquela que, sem dúvida alguma, foi a principal manchete dos jornais e dos veículos de comunicação brasileiros.

Estou falando aqui da delação do empreiteiro Marcelo Odebrecht, para, através dela, constatar que o ex-Presidente Lula, hoje réu, não mentiu, quando lhe atribuíram a propriedade do sítio de Atibaia, e ele disse que era do amigo, ou quando lhe atribuíram a propriedade do tríplex do Guarujá, e ele disse que era do amigo.

Ontem o empreiteiro Marcelo Odebrecht esclareceu que na planilha de propinas da Odebrecht o ex-Presidente Lula usava o codinome "Amigo". Então o "amigo" levou o tríplex no Guarujá, o sítio em Atibaia e quase 20 milhões em espécie. Essa é a constatação de que o ex-Presidente não mentiu. De fato o "amigo" levou o tríplex, o sítio do Guarujá e quase 20 milhões de reais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "sim", pela retirada do PLP 343.

Nós temos o entendimento de que o PLP é nocivo ao conjunto dos servidores públicos e da população, sobretudo de Minas Gerais. Inclusive, o próprio Governo de Minas tem uma proposta, e a bancada de Minas aqui também. Temos um projeto que está tramitando nesta Casa para fazer um encontro de contas das dívidas com



os créditos da Lei Kandir. Minas Gerais tem a receber em relação às perdas de ICMS. Se fizéssemos esse encontro de contas, Minas Gerais ficaria superavitário. Em vez de ficar devendo, Minas Gerais teria que receber do Governo Federal.

Esta proposta maldosa em votação vai na mesma linha da reforma da previdência, que retira direitos dos trabalhadores, dos servidores e dos aposentados. A pessoa pode trabalhar uma vida inteira e nunca chegará a se aposentar. Isso nós não podemos admitir.

Por isso, encaminhamos pela retirada de pauta.

O SR. MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, colegas Deputados, eu gostaria de conclamar os nossos amigos Deputados Federais para que venham ao plenário votar este importante projeto.

Gostaria de dizer que este projeto que nós vamos votar com certeza vai beneficiar todos os Estados. Hoje estão precisando os Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Aqueles que votarem a favor deste projeto, com certeza, vão fazer com que os servidores públicos desses Estados e os aposentados possam receber seus salários em dia e em ordem. E é disso que eles precisam. Quem votar contra este projeto, na verdade, estará contra a população do seu Estado, contra os servidores públicos, porque, infelizmente, a situação a que chegaram esses Estados não foi culpa dos Governos atuais, mas dos Governos passados. E nós temos a obrigação de consertar isso.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero manifestar a minha solidariedade ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Delegado Roberto Sá, que defendeu nesta segunda-feira o endurecimento da legislação, no sentido de punir com o máximo rigor possível os bandidos e os criminosos que estão infernizando a vida do povo carioca e fluminense. Ele disse isso, na hora em que estava enterrando o 51º policial militar vítima da guerra civil conflagrada no Rio de Janeiro pelo crime organizado, que está lamentavelmente cada vez mais atuante, mais forte e praticamente imbatível. Disse ele ainda: *“É uma lei inofensiva”* — a que nós temos hoje — *“em relação ao crime”*.

Ele fez um apelo ao Congresso Nacional para que sinalize com uma posição que atenda, de verdade, aos reais anseios do povo brasileiro no que diz respeito à melhoria e ao endurecimento da legislação.

Por isso, Sr. Presidente, nós fazemos aqui o nosso registro também nos referindo ao jornal *Extra*, que mostra dados estarrecedores. Somente em 2016, 4.204 pacientes feridos por disparos de armas de fogo foram atendidos nos 12 maiores hospitais públicos da Região Metropolitana do Rio. É uma média de um baleado a cada 2 horas. A quem interessa esse estado de coisa?

Obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa do Povo para manifestar minha total solidariedade ao ilustre Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Delegado Roberto Sá, que defendeu nesta segunda-feira o endurecimento da legislação no sentido de punir com o maior rigor possível os bandidos, os criminosos que estão infernizando a vida do povo carioca e fluminense.

O Dr. Roberto Sá enterrou nesta segunda-feira, vejam os senhores, o 51º Policial Militar vítima da guerra civil conflagrada no Rio de Janeiro pelo crime organizado, que está, lamentavelmente, cada vez mais atuante, mais forte e praticamente imbatível.

Indignado, o Dr. Roberto Sá lembrou, com toda a razão, que as penas impostas por lei para punir o bandido que porta armamento pesado, como um fuzil, são ridículas, irrisórias. *“E uma lei inofensiva em relação ao crime”*, diz categoricamente o policial, conclamando a sociedade brasileira para um pacto nacional de desarmamento.

E o Congresso Nacional, Sr. Presidente e nobres Deputados, não pode ficar inerte diante de um quadro tão perverso e desastroso para a vida do povo brasileiro.

Diariamente, famílias inteiras choram seus mortos à beira de túmulos, sem nem sequer vislumbrar qualquer sinal de justiça capaz de interromper essa onda insuportável de impunidade.

O Congresso Nacional precisa sinalizar para a sociedade com uma posição que atenda de verdade aos reais anseios do povo brasileiro no tocante à questão da segurança pública.



Pelo menos no Rio de Janeiro, Sr. Presidente, um PM é morto a cada 2 dias; homens, mulheres, crianças e adolescentes tombam diariamente, vítimas de assaltos e balas perdidas.

Somente nesta segunda-feira, cerca de 2 mil crianças ficam sem aula em quatro comunidades da Zona Norte carioca, por conta de batalhas sangrentas envolvendo o aparelho da segurança pública e bandidos. Há poucos dias, uma aluna morreu dentro da escola onde estudava, também vítima de balas de fuzil.

No Complexo de favelas da Maré, outros 15 mil estudantes de 44 escolas vivem uma rotina de medo, em meio ao fogo cruzado da guerra urbana, incessante, entre polícia e bandidos, conforme mostrou a edição deste domingo do jornal *Extra*.

Ao longo de minha vida como professor e educador, jamais vivenciei tamanha situação. Infelizmente, a violência atingiu o que poderia haver de mais nobre numa sociedade: a educação. Como, portanto, encorajar essas crianças a construir sonhos e projetos de vida?

É desastroso para o futuro deste País percebermos que as crianças estão aprendendo mais sobre o terror ao assistir aos confrontos diários no seu entorno do que nos livros.

A artista plástica Yvonne Bezerra de Mello, fundadora do projeto Uerê, mantenedora de uma escola para crianças com bloqueio cognitivos e emocionais, devido à exposição constante a traumas e violência, disse, há poucos dias, que a situação de algumas escolas do Rio é comparável à de países africanos, como a Nigéria e a Etiópia, onde existem grupos terroristas, e a população ainda enfrenta uma guerra civil.



Levantamento do jornal *Extra* mostra também dados estarrecedores. Somente em 2016, 4.204 pacientes feridos por disparos de armas de fogo foram atendidos nos 12 maiores hospitais públicos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. É uma média de um baleado a cada 2 horas. A quem interessa esse estado de coisa?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Jose Stédile.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Para quem não sabe, milhares de adultos no nosso País vítimas de acidentes de trânsito e de isquemias precisam usar fraldas geriátricas. O que a lei determinava? Que o Governo deveria doar essas fraldas geriátricas para quem tivesse necessidade financeira, mas só para quem tinha mais de 60 anos. Hoje o Governo corrige essa falha. As pessoas com menos de 60 anos podem se utilizar, também, das fraldas geriátricas. É uma boa notícia para o povo brasileiro.

Parabéns ao Ministério da Saúde! Assim como ontem eu critiquei a atitude do Ministro da Saúde, que disse que eram uma despesa desnecessária os exames médicos que davam resultado negativo, hoje estou aqui elogiando e parabenizando o Ministério da Saúde por essa atitude de atender a essa solicitação das pessoas que precisam usar fralda geriátrica. Só quem precisa usá-las sabe do que eu estou falando.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em minutos, provavelmente, votaremos a matéria que beneficia o Estado do Rio de Janeiro — ou não beneficia.

Eu quero confessar a minha absoluta angústia. Eu me posicionei para que nós votemos logo esta matéria porque não faz mais sentido protelar; a favor ou contra, vamos ter que externar a nossa posição.

Sr. Presidente, a minha angústia é pelo fato de que não vejo neste momento outro caminho, senão o deste nefasto projeto. Se, por um lado, o projeto é esdrúxulo, por outro lado, não consigo entender como pagar o funcionalismo do Rio de Janeiro imediatamente, senão com a renegociação prevista neste projeto.

Então, Sr. Presidente, a minha tendência — e eu já declaro isso a V.Exa. — é votar a favor da matéria principal, mas votar a favor de todos os destaques, especialmente os destaques do PT e do PSOL, que diminuem as maldades que estão sendo feitas.

Sr. Presidente, preocupa-me muito ainda — e tenho certeza de que o Relator vai rever esse ponto — a questão das privatizações, a questão específica do Poder Judiciário e do Ministério Público, que perderão os seus recursos, especialmente em janeiro.

Preocupa-me, Sr. Presidente — e espero que o Relator modifique isso também — a questão da assistência social. E é claro que vou defender com unhas e dentes a não privatização da CEDAE — Companhia Estadual de Águas e Esgotos, porque isso seria privatizar a água do nosso Estado.

Obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer o registro de que alguns colegas estão em deslocamento para a Câmara dos Deputados e relatam que estão encontrando dificuldades por conta de alguns bloqueios na Esplanada dos Ministérios. Então, queria fazer este registro e pedir a V.Exa. um tempo a mais para esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado Rocha.

Concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós estamos entrando num momento decisivo da votação, e é importante que fique nítido para todo o povo brasileiro que nos acompanha e para as Sras. e os Srs. Parlamentares que as concessões feitas pelo Relator Pedro Paulo são basicamente duas até o momento.

Primeiro, o PLP 343 previa uma redução de 20% ao ano das desonerações tributárias. Em 5 anos, acabaria a guerra fiscal, e o espaço para o fim da guerra fiscal é o Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ. Imaginem Goiás, Pernambuco e Bahia, em 5 anos, extinguindo a guerra fiscal? E S.Exa. colocou 10% ao ano.

S.Exa. retirou o art. 10, como se fosse uma concessão. Sr. Presidente, o art. 10 do texto original do PLP 343 estipula que os novos créditos serão submetidos à regra dos créditos atuais — 36 meses de suspensão mais 36 meses com redução. Esse era o texto original.



Imaginem que o PLP diz que quem pegar empréstimo é para pagar dívida, e quem emprestar dinheiro já sabe que vai entrar em 36 meses de carência e mais 36 meses com redução. Ninguém iria emprestar. Não haveria privatização com dinheiro emprestado. Convém ao Governo Central a retirada do art. 10. Essa não é uma concessão.

O que tem que vir no novo texto do Relator? Não se pode obrigar que policial civil, professor, médico, policial militar tenham arrocho salarial. Não se pode obrigar que não haja a hipótese de algum investimento com os novos créditos.

Se Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul pedirem crédito que vai rodar a economia, é o Governo Central que vai julgar. Como é que se obriga a não investir? Como se vai recuperar a capacidade de arrecadação de ICMS?

Por último, é de estranhar os defensores da proposta. Ontem, havia um Líder de um partido da base do Governo dizendo que é preciso aprovar o projeto para impor regras rigorosas e penalizar Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A defesa está meio esquizofrênica. Como é que os defensores do projeto vêm aqui e dizem: *“Vamos aprovar, que é muito ruim para o Rio de Janeiro, para o Rio Grande do Sul e para Minas Gerais”*, como se isso convencesse. *“Vamos, Nordeste!”*

Portanto, nós temos que retirar de pauta e derrotar este PLP.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro rápido.

Estou aqui com o Presidente da Câmara Municipal de Linhares, o Vereador Ricardinho, que está acompanhado do Vereador Dr. Carlos Almeida, médico meu amigo — formou-se comigo —, e o Vereador Jean. Eles vieram a Brasília em busca



de recursos para o Município de Linhares. Estão participando, também, do congresso sobre a cultura das cidades históricas na Confederação Nacional de Municípios — CNM.

Quero dizer que é um prazer recebê-los aqui. E quero dizer a V.Exas., Vereadores Ricardinho, Carlos Almeida e Jean, que aproveitem bastante. Vamos aos Ministérios e vamos levar recursos para Linhares.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto é fruto de uma negociação longa, demorada, meticulosa. É preciso perceber que o Governo Federal não tem obrigatoriamente que fazer essa negociação. Quem está precisando disso são os Estados. Não fomos nós que estamos no Governo do Rio Grande do Sul agora os responsáveis por todo o descalabro que existe lá, mas nós precisamos colocar o Estado em ordem. E a condição para colocá-lo em ordem é votar este projeto da forma como está.

Ora, se fosse tão fácil resolver o problema, o Governador anterior no Rio Grande do Sul não teria dito que, se não houvesse a renegociação da dívida, ele não seria candidato. Mentiu! Não houve a renegociação, e ele foi candidato, mas perdeu a eleição.

É claro que não houve renegociação. Em todo o Governo petista não houve renegociação da dívida.

Nós queremos votar este projeto porque é a alternativa possível, com equilíbrio e responsabilidade fiscal para as duas partes. Nós certamente teremos



que fazer sacrifícios para isso, mas é o necessário para que o Estado possa de novo voltar a ter desenvolvimento. Vamos suspender o pagamento da dívida por todo esse tempo e fazer um ajuste fiscal que gere compromisso, daí para frente, com o comportamento da receita e da despesa. É uma questão de responsabilidade.

O Governo Federal está fazendo uma proposta. Negociamos tudo que foi possível e queremos que votem a favor. Isso é absolutamente necessário e é a única alternativa que temos para fazer o Estado do Rio Grande do Sul voltar ao processo de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido um pronunciamento.

As quadrilhas que atuam nos crimes de furtos e roubos de veículos estão a cada dia mais sofisticadas. Estão utilizando agora comércio por meio do WhatsApp por todo o País. As encomendas estão sendo feitas nos 27 Estados da Federação. E isso, Sr. Presidente, tem tudo a ver com esta matéria que vai ser votada agora, porque os Estados têm que investir no combate ao crime.

Gostaria que este pronunciamento fosse dado como lido e divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos voltar a falar sobre segurança pública. É mais do que necessário o debate sobre o tema, porque



precisamos encontrar uma saída para acabar com a criminalidade neste País, que caminha a passos largos com a modernidade.

Há bandidos de todos os tipos, e eles estão cada vez mais especializados, Sr. Presidente. As quadrilhas que atuam nos crimes de furto e roubo de veículos automotores, por exemplo, têm se apresentado cada vez mais ousadas.

Impulsionadas pela total impunidade reinante no Brasil, elas utilizam novas técnicas de atuação e sofisticação nos métodos de desarmes dos códigos de segurança que tentam blindar o patrimônio contra a própria ação da criminalidade. E nós o que fazemos para mudar isso? Muito pouco. Enquanto esses bandidos caminham a passos largos, nós continuamos como tartarugas para promover mudanças no Código Penal e no Código de Processo Penal, uma das minhas bandeiras.

As quadrilhas estão cada vez mais sofisticadas e equipadas, afinal de contas vivemos em uma era tecnológica. Os bandidos utilizam computador, aparelho celular adaptado e até controle remoto de portão automático de residências no roubo para interromper o travamento da porta do veículo escolhido, a famosa técnica Chapolin.

A vítima, sem saber que é alvo da quadrilha, acredita que acionou o alarme e sai tranquilamente para realizar as suas atividades. Mas, ao contrário, a porta não travou por causa da técnica utilizada pelos bandidos, que não têm dificuldade alguma para levar o automóvel.

Vejam, nobres colegas, que até as oficinas que fazem a manutenção de equipamentos de segurança auxiliam na quebra de travamento de veículos. Computadores de diagnóstico roubam dados e códigos de chaves. Há, no Brasil,



muitos equipamentos fabricados na China que têm o propósito de quebrar senhas e códigos eletrônicos, o que facilita também a ação dos bandidos.

Tenho plena certeza de que essas contravenções existem em razão da certeza plena e absoluta da impunidade que esses criminosos têm. Precisamos fazer alguma coisa. Nós, que ganhamos a confiança do povo brasileiro no voto, temos a obrigação de protegê-lo, de criarmos leis mais rígidas para que isso seja possível. Esses bandidos precisam sentir medo da punição!

Não deveria ser assim, mas enquanto isso não acontece, as pessoas são obrigadas a se precaver das ações criminosas, tendo cuidado maior com a segurança.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou vendo, neste plenário, os debates sobre esse projeto de lei complementar que trata da renegociação das dívidas dos Estados.

É evidente que os Estados chegaram ao ponto em que estão porque muito desmando aconteceu. Não é a primeira vez que se vota aqui uma renegociação de dívidas de Estados e Municípios, que já votamos outras vezes. E, sempre e praticamente, são os mesmos Estados e Municípios.

Estamos vendo, aqui neste meio, aqueles Deputados que, por exemplo, apoiavam Sérgio Cabral no Rio de Janeiro e foram apoiá-lo na reeleição. E é preciso lembrar que foi Sérgio Cabral quem fez e desfez o que aconteceu no Rio de Janeiro.

Então, agora chegou a hora de dizer ao povo brasileiro que não se deve mais pagar a conta daqueles que são irresponsáveis, populistas e demagogos. O Brasil



tem que começar a compreender que aqueles que pagam em dia merecem a atenção e o respeito dos governos e do povo brasileiro e que aqueles que não o fazem não merecem o respeito.

Se nós estamos aqui votando é porque compreendemos a necessidade de se aprovar um projeto importante como este. Mas é preciso dizer claramente: quem pariu Sérgio Cabral e a sua quadrilha que os embale.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer uma manifestação importante, pois, há muito tempo, vimos debatendo essa questão da dívida dos Estados, sendo que o meu Estado do Rio Grande do Sul é um dos que estão em situação mais grave.

Falei com o próprio Governador Sartori lá no início do seu mandato e tenho me posicionado no sentido da importância dessa renegociação de dívidas. Mas, na verdade, no formato em que está o projeto — e veio agora o substitutivo —, estamos sacrificando muito empresas importantes, fundamentalmente empresas públicas que serão privatizadas, como as do setor de energia, que é estratégico. Inclusive, essa privatização ficou mais abrangente e poderá chegar também à área ligada aos bancos ou a qualquer outra instituição.

Tenho a responsabilidade de buscar a melhor condição para o meu Estado, para que possa pagar os salários, que, é verdade, estão em atraso. Mas não se pode exigir e obrigar — como faz a União através desse projeto — que os Estados se posicionem e gerem ainda mais desemprego, desacomodando segmentos tão importantes. Cito, no Rio Grande do Sul, a Companhia Regional de Mineração —



CRM, que explora o carvão mineral e tem 450 empregos diretos, e a Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE, empresa importante na distribuição da energia.

Isso nos preocupa. E, com a abrangência ainda maior, quem sabe, amanhã ou depois, não serão atingidos o BANRISUL, a CORSAN e outros?

Portanto, não posso atestar esse projeto, não tenho condições de votar esse projeto que traz tal conteúdo de obrigações, que traz muito desemprego para o meu Estado, potencializando a crise que existe. Esta é a razão de eu não votar a favor desse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no fim de semana, estive em Parauapebas, no sul do Pará, e queria me solidarizar com os trabalhadores da educação, que estão há alguns dias em greve.

Conversei com o Chefe da Casa Civil do Governo do Estado. Há um conflito, porque o Governo quer cortar os dias parados. Eu queria propor uma solução pacífica, até porque, se a greve não é generalizada, está localizada naquele Município importante do Pará, ela também foi provocada pela falta do cumprimento do piso salarial nacional, que é tão baixo para os professores, de pouco mais de 2 mil reais, entre outros direitos que não estão sendo respeitados.

Então, espero que a situação tenha bom termo.



Solidarizo-me, portanto, com a minha categoria, com os meus colegas trabalhadores da educação em Parauapebas.

Um abraço.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde o último dia 15 de março — há quase 1 mês, portanto —, a maioria dos servidores da rede estadual de educação estão em greve, no Município de Parauapebas, no sudeste do Pará.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará — SINTEPP entregou à Secretaria de Estado de Educação — SEDUC uma pauta com 20 reivindicações, que foi ignorada. E agora a categoria está sob a ameaça de ter o desconto dos dias parados, apesar de os professores terem garantido a futura reposição das aulas após o movimento paredista.

O SINTEPP aponta desvios na merenda escolar, o não pagamento do piso salarial — hoje de R\$2.298,80 — e a precária condição das escolas, sendo que três delas estão com laudo de precariedade. O Sindicato alega também que algumas escolas tinham aula somente até o intervalo, devido à falta de professores de diversas disciplinas, e que as turmas são superlotadas. Os manifestantes ainda garantem que não estão impedindo os alunos e funcionários de entrarem nas escolas.

O Governo do Estado não tem nenhuma preocupação com o calendário letivo, afirmam os dirigentes do SINTEPP de Parauapebas, já que os alunos, há muito tempo, vêm perdendo aulas devido à falta de professores em várias disciplinas. Para completar, a SEDUC solicitou ao Conselho Estadual de Educação a



aprovação de um calendário com apenas 160 dias letivos, numa verdadeira afronta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina que haja um mínimo de 200 dias letivos.

A greve atinge a quase totalidade das 13 escolas e 4 anexos da rede estadual — somente 3 são prédios próprios do Estado, sendo o restante cedido pelo Município —, que atendem um total de 9.509 alunos. Nesta segunda-feira, dia 10, os estudantes, que não estão impedidos de entrar nas escolas, assistiram à aula na rua, em sinal de solidariedade aos servidores da educação.

O Governo acionou o Ministério Público do Estado do Pará — MPE-PA para mediar uma negociação, quando os sindicalistas já haviam oferecido várias denúncias sobre os problemas existentes na rede pública de ensino. Porém, ainda não houve manifestação do órgão.

Registro a minha solidariedade ao movimento grevista e à luta em defesa da educação pública e gratuita de qualidade. Sabemos que o abandono do ensino não é uma exclusividade do Município de Parauapebas no Governo de Simão Jatene. Também torcemos para que uma solução negociada seja alcançada, para o bem coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial os Deputados do Partido dos Trabalhadores, eu queria fazer um apelo a todos para que tenhamos a compreensão



histórica de que a crise fiscal dos Estados não se trata de uma novidade, é algo que, há muito tempo, já foi diagnosticado.

Portanto, é indispensável que tenhamos uma abordagem republicana, acima das diferenças partidárias, em prol do que seja a saída do atoleiro em que se encontram os Estados. É verdade que Rio, Minas e Rio Grande do Sul são a ponta do *iceberg*. Mas muitos estão indo nessa mesma direção.

Queria sustentar o que digo com uma informação básica. Há cerca de 1 ano, foi encaminhado a esta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, pela então Presidente Dilma. E as propostas que, àquela altura, o PT apresentava ao Parlamento praticamente não diferem do que aqui estamos a examinar.

Vejam a cristalina informação que traz, dentre os dispositivos sugeridos, a exposição de motivos: redução em 10% da despesa mensal com todos os cargos de livre provimento; e não concessão de aumento de remuneração a qualquer título para servidores.

Quem propôs isso? Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, ela propôs aos Estados suspender a contratação de pessoal e limitar o crescimento das despesas correntes à variação da inflação. Isso é o teto, ou seja, ela propôs que os Estados tivessem um teto.

Ela propôs também que novas leis de criação de programas não seriam ser implantadas.

O art. 9º desse projeto, Sr. Presidente Rodrigo Maia, propunha que a União poderia receber ativos — bens e direitos — para fins de alienação.



Então, vamos lá! Vamos discutir com seriedade! Há vários dispositivos aqui sugeridos para aperfeiçoar o projeto. Mas é indispensável não fugirmos à nossa responsabilidade e votarmos esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a título da verdade, sobre o que foi dito pelo Deputado que me antecedeu, registro que eu era o Líder do PT, fiz emenda retirando todos esses itens e sustentei, no plenário desta Câmara dos Deputados, a obstrução ao projeto do Governo.

Eu, como petista, Líder do PT, fiz isso. Então, não é verdade que esse texto seja do PT. Era um texto do Governo. Apresentei uma emenda e obstruí o projeto. Chegou o Governo Temer, e derrotamos essa proposta por um encaminhamento meu no plenário.

Por isso, convoco os Deputados e as Deputadas da base do Governo Temer, que não querem fazer arrocho salarial de policial militar, de policial civil, de professor, para que retirem de pauta esta matéria, para termos permissão de renegociar as dívidas dos Estados sem impor esse achaque.

É um achaque o que o Governo Federal quer fazer com os Governos Estaduais, botando a conta nos servidores.

O SR. OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, questão de ordem.

Gostaria que V.Exa. certificasse a este Plenário de que o Projeto de Lei Complementar nº 257 foi apresentado pela ex-Presidente Dilma Rousseff e qual era o partido da ex-Presidente Dilma Rousseff. Era o Partido dos Trabalhadores?



V.Exa. certifique isso, por favor, porque o projeto é da lavra do PT.

O SR. AFONSO FLORENCE - E V.Exa. se certifique de que eu fiz uma emenda retirando todos esses itens.

O SR. OTAVIO LEITE - Vamos trabalhar de forma republicana! Vamos trabalhar de forma republicana!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esperem! Vamos com calma!

O SR. AFONSO FLORENCE - O PSDB quer impor o arrocho salarial dos servidores. Eu fiz uma emenda, como Líder do PT, retirando esses itens.

O SR. OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, queria que V.Exa. certificasse ao Plenário: foi a Presidente Dilma que propôs isso ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputados, vamos com calma!

Tem a palavra o Deputado Laudívio Carvalho.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar, neste plenário, o meu medo, a minha angústia com o número de policiais assassinados no Brasil, desde o início deste ano. Só no Rio de Janeiro, até agora, foram assassinados 51.

Os profissionais da segurança pública de Minas Gerais também sofrem esse tipo de violência, por falta de coletes à prova de bala, por falta de blindagem nas viaturas, por falta de segurança nas unidades e, mais do que isso, pelo ataque psicológico que sofrem.

Pelo menos um terço das mortes, principalmente de policiais militares em todo Brasil, tem ocorrido em horários de folga.



Esta Casa precisa, Sr. Presidente, oferecer leis fortes para que a nossa polícia possa combater o crime de frente. Não dá mais para enterrarmos aqueles que defendem a lei e a ordem em nosso País.

Gostaria que a minha fala fosse registrada pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria está em obstrução.

Mas é importante esclarecer para a Casa — eu era Líder do Governo da Presidenta Dilma — como foi a tramitação do PLP 257/16 que veio para a Câmara dos Deputados.

As exigências que eram feitas eram bem diferentes dessas, inclusive com relação à privatização. Não se falava desse tema, ao contrário do projeto de agora, cuja condição é privatizar o setor de saneamento, o setor de energia e o sistema financeiro.

O que fizemos aqui na Câmara, com o Relator, o Governador e Deputado Esperidião Amin? Negociamos uma emenda, que o Líder Afonso apresentou. Eu mesmo negocieei com o Governo a aprovação dessa emenda substitutiva. Por isso, a proposta andou e foi votada.

Portanto, gostaria de esclarecer isso, Sr. Presidente, para que todos possam compreender a nossa posição, o nosso ponto de vista em relação a este projeto. Queremos reformar esse projeto, pois é importante a renegociação das dívidas dos Estados.



Agora, o problema é que o Governo não cede a nada, manda o pacote e não negocia. Essa é a dificuldade de a Oposição votar favoravelmente, ainda que se diga que é a discussão da repactuação da dívida dos Estados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 18;

NÃO: 242.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passo a palavra ao Relator. *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Major Olimpio registra o voto “não”.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, vamos ver se votamos isso rápido.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/PTN-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Aluisio Mendes, do PTN, votou com o partido.

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero registrar o meu voto, pois não tive tempo de registrá-lo: obstrução, como o partido orientou.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Relator, o Deputado Pedro Paulo.

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, depois de algumas rodadas de negociação com Estados, com partidos, com Parlamentares e com o Governo, nós decidimos fazer uma reformulação do parecer, que eu queria apresentar à Câmara dos Deputados.

São pequenas alterações de pontos que no dia a dia poderiam dificultar a operação desses Estados que entram no regime de recuperação fiscal e uma nova redação do art. 11, que fala sobre a polêmica da utilização ou não dos fundos do sistema de Justiça.

Então, passo a ler a reformulação do parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017.

“Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Pedro Paulo

Reformulação de Parecer pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público — CTASP:

Reformulo o parecer proferido em 5 de abril de 2017 relativo ao PLP 343/2017, para acrescentar voto pela aprovação parcial da Emenda nº 33, de autoria do Deputado Otavio Leite, e pela aprovação total das Emendas nºs 56 e 64, de autoria dos Deputados Darcísio Perondi e Mauro Pereira.

Reformulação de Parecer pela Comissão de Finanças e Tributação — CFT:



Reformulo o parecer proferido em 5 de abril de 2017 relativo ao PLP 343/2017, para acrescentar voto pela aprovação parcial da Emenda nº 33 e pela aprovação total das Emendas nºs 56 e 64, na forma da subemenda substitutiva global que ora submeto ao Plenário, que também dá nova redação ao § 1º do art. 11 e ao art. 15 do substitutivo apresentado em 5 de abril de 2017.

Reformulação de Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania — CCJC:

Reformulo o parecer proferido em 5 de abril de 2017 relativo ao PLP 343/2017, para acrescentar voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da subemenda substitutiva global da CFT.

Deputado Pedro Paulo, Relator.”

Passo agora à leitura da íntegra desses artigos que foram modificados, pela reformulação do meu parecer, na emenda substitutiva global.

Quanto ao art. 8º, inciso XI:

“XI - a celebração de convênio, acordo, ajuste ou outros tipos de instrumentos que envolvam transferências de recursos para outros entes federativos ou para organizações da sociedade civil, ressalvados:

- a) aqueles necessários para a efetiva recuperação fiscal;
- b) as renovações de instrumentos já vigentes no momento da adesão ao Regime de Recuperação Fiscal;
- c) aqueles decorrentes de parcerias com organizações sociais e que impliquem redução de despesa, comprovada pelo Conselho de Supervisão de que trata o art. 6º; e



d) aqueles destinados a serviços essenciais, a situações emergenciais, a atividades de assistência social relativas a ações voltadas para pessoas com deficiência, idosos, mulheres, jovens em situação de risco e, suplementarmente, destinados ao cumprimento de limites constitucionais.”

A alteração seguinte é no art. 10.

“Art. 10. Durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, fica suspensa a aplicação dos seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - o art. 23, ressalvado o disposto no § 3º, inciso I;

II - as alíneas “a” e “c” do inciso IV do § 1º do art. 25, ressalvada a observância ao disposto no § 3º do art. 195 da Constituição; e

III - o art. 31.

Parágrafo único. Para os Estados que aderirem ao Regime de Recuperação Fiscal o prazo previsto no *caput* do art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será o mesmo pactuado para o Plano de Recuperação Fiscal.”

Agora, vou ler o art. 11, que também foi reformulado no parecer.

“Art. 11. Durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, o saldo financeiro decorrente dos duodécimos repassados aos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Tribunais de Contas e ao Ministério Público, apurado ao final do exercício, deve ser devolvido ao caixa único do Tesouro do Estado ou seu valor será deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte.

§ 1º Os resultados financeiros, apurados pelo confronto entre entradas e saídas, dos fundos administrados pelos Poderes Legislativo e Judiciário, pelos Tribunais de Contas e pelo Ministério Público serão recolhidos à conta única do Tesouro do Estado ao final do exercício.



§ 2º É vedada a transferência de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais a fundos dos Estados ou do Distrito Federal.”

Agora, o art. 15:

“Art. 15. A Lei Complementar nº 101, de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 32.

.....

§ 6º O prazo de validade da verificação dos limites e das condições de que trata este artigo e da análise realizada para a concessão de garantia pela União será de, no mínimo, noventa dias e, no máximo, duzentos e setenta dias, a critério do Ministério da Fazenda’.”

Antes de finalizar, Sr. Presidente, esclareço que a primeira dessas três alterações permite que as transferências voluntárias do Governo Federal a Estados e conseqüentemente aos Municípios não serão interrompidas.

Um exemplo: emendas parlamentares dos Deputados. Com essa redação, caso um Deputado queira destinar emenda ao seu Município e seja necessário transferir ao Estado, mesmo que não signifique para o Estado aumento de sua despesa, essas transferências não estão impedidas.

Essa foi uma das contribuições do Deputado Darcísio Perondi.

Outra redação corrigida foi a Emenda nº 64, combinada com a Emenda nº 33, de autoria do Deputado Mauro Pereira, com contribuição do Deputado Otavio Leite, que prevê que, em casos de extrema urgência, como, por exemplo, desastre, catástrofe, novos convênios possam ser celebrados com instituições com essa



finalidade; e que instituições que têm, por exemplo, seus serviços regulares de assistência social para pessoas com deficiência, para atenção a jovens em situação de risco, para a questão das mulheres, não sejam impedidas de novos convênios, porque há Estados, por exemplo, que suspenderam esses convênios por conta da situação que vivem de déficits, de arrestos que são produzidos hoje. Então, não impediremos o funcionamento dessas instituições nesses Estados, no que se refere à assistência social.

Em relação à questão dos fundos judiciários, eu já havia colocado para alguns Deputados que me questionaram que a redação anterior, seja a do projeto original do Executivo, seja a do meu primeiro substitutivo, ficava em aberto, com a possibilidade de os Governos dos Estados se apropriarem dos fundos do sistema de Justiça, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público. E isso não faz sentido, porque esses fundos são economias produzidas ao longo de décadas. Apropriar-se desses fundos também quebraria a autonomia do Poder Judiciário.

Mas, de forma consensuada com Deputados, com partidos, com o Governo, encontramos essa redação em que os Poderes passam a contribuir apenas com o resultado das entradas e saídas daquele exercício em diante, durante o período do regime. Então, os fundos não serão apropriados para cobrir déficits, e é essa redação que contém o art. 11 reformulado.

Por último, a redação nova do art. 11, a pedido do Governo Federal, é uma técnica, que são as avaliações das operações de crédito. Elas tinham uma interrupção, elas tinham prazos determinados de 270 dias, mas esses prazos eram interrompidos quando se mudava o exercício. A redação é para que se mantenha



esse prazo de 270 dias, mesmo que o exercício seja ultrapassado. Isso facilita na discussão das operações de crédito que contêm o regime de recuperação fiscal.

São essas as alterações, Sr. Presidente.

Obrigado, Deputados e Deputadas.



O SR. DEJORGE PATRÍCIO (PRB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Eu, Deputado Dejorge Patrício, voto com o partido.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Faço uma questão de ordem baseada nos arts. 179 e 130.

O art. 179 estabelece o seguinte:

Art. 179. Encerrada a discussão do projeto, com emendas, a matéria irá às Comissões que a devam apreciar (...).

Obviamente, se houver emendas novas ou novo texto, será submetido ao Plenário.

Diz o art. 130:

Art. 130. Os pareceres aprovados, depois de opinar a última Comissão a que tenha sido distribuído o processo, serão remetidos juntamente com a proposição à Mesa.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara devolverá à Comissão o parecer que contrarie as disposições regimentais, para ser reformulado na sua conformidade, ou em razão do que prevê o parágrafo único do art. 55.



A minha questão de ordem é a seguinte: eu não encontrei dispositivo regimental que possibilite um novo substitutivo global do Relator. Da minha parte, havendo ou não havendo dispositivo regimental, informo que isso convém, porque se trata de um esforço de aprovarmos o novo regime fiscal e a renegociação das dívidas dos Estados.

Qual é o mérito do meu apelo? A assessoria do meu partido está aqui tentando acompanhar, mas, para que eu mantenha ou apresente novo destaque, eu preciso de algum tempo, eu preciso de um texto escrito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, fique tranquilo. Eu vou responder já.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na votação anterior o Deputado Luiz Sérgio votou com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há a Questão de Ordem nº 624, do Deputado Pauderney Avelino ao Presidente Aldo Rebelo; a nº 207, do Deputado Arnaldo Faria de Sá ao Deputado Arlindo Chinaglia; e a nº 227, do Dr. Pinotti ao Deputado Arlindo Chinaglia.

Mas nós temos dois requerimentos, e é óbvio que eu darei prazo para apresentação de destaques até o encerramento da votação dos dois requerimentos. E se alguém estiver ainda com dúvida, nós aguardaremos mais um tempo para que todo mundo tenha a informação correta sobre o texto que foi modificado. Será feito assim.

O SR. AFONSO FLORENCE - Eu só pediria para que se imprima rapidamente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós combinamos aqui e nós só vamos avançar depois que todos estiverem lido e apresentado, ou reformulado...

O SR. AFONSO FLORENCE - Reiterado ou renovado os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. AFONSO FLORENCE - Eu só peço que se distribua, pelo sistema ou impresso, para nós termos... Farei o mais rápido possível. A obstrução não é isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há problema. Está tranquilo. Hoje nós estamos indo...

O SR. ADAIL CARNEIRO (Bloco/PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de justificar meu voto e dizer que votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, é só votar na próxima votação.

O PMDB tem um requerimento de adiamento de votação da sessão anterior. Mantém ou retira? (*Pausa.*)

Retira.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu sei que é só um procedimento de formalidade. Eu aceito a retirada, mas teria que ser um Líder, um Vice-Líder ou o autor. Só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está bom.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requerimento de quebra de interstício.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do Artigo 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra de interstício para votação nominal do requerimento de adiamento de votação por 1 sessão apresentado ao PLC 434/17.

Erika Kokay



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Chico d'Angelo, na última votação, votou com o partido.

O SR. AFONSO FLORENCE - Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, V.Exa. está inscrito.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós estamos diante de uma situação em que o Governo explicitamente reconhece que não tem voto no Plenário para aprovar o primeiro texto do Relator Pedro Paulo.

Não é por outro motivo — salvo engano da minha parte, estou esperando o texto impresso e o parecer dos nossos técnicos — que mudanças cosméticas justificaram a apresentação de um novo relatório.

Por que mudanças cosméticas? Primeiro porque, até onde eu ouvi, está mantida no texto do Relator Pedro Paulo a obrigatoriedade de arrocho dos servidores policiais, civis, militares, dos professores e das professoras, dos médicos, dos servidores públicos dos Estados que aderirem a esse novo regime fiscal.

Também está mantida a obrigatoriedade de privatização de ativos estaduais do setor elétrico, do setor financeiro e do setor energético e de outros, até de empresas em condições de saúde financeira rentável nesse período de baixa de preço de ativos.

É cosmética porque também está mantida uma política de fim da guerra fiscal, que deveria ser uma decisão do CONFAZ e não uma imposição do Plenário da



Câmara aos Estados em situação de crise fiscal. Portanto, é uma mudança cosmética.

A despeito do malabarismo retórico do Relator, o que explica, então, se são mudanças cosméticas esse novo relatório?

O que explica é que o Governo está tentando enganar as Deputadas e os Deputados, está tentando enganar o povo brasileiro. Está querendo dizer que esse novo relatório não arrocha o salário dos servidores. Mas arrocha. Está querendo dizer que esse relatório não impõe privatizações inoportunas, que não convêm aos Estados. Mas impõe. Está dizendo que esse relatório não sucateia o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Judiciário. Mas sucateia. Está querendo dizer que os Deputados e as Deputadas da base do Governo, diferentemente do que fizeram nos outros dias, devem vir aqui votar nesse relatório. Mas não devem, porque vão botar sua digital em um projeto ruim para o povo do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Por isso, precisamos quebrar o interstício, votar nominalmente e derrotar esse texto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos votar contra o requerimento, vamos dar prosseguimento ao debate, tal qual reza o nosso Regimento. É um projeto duro, difícil, ninguém aqui gostaria de estar votando essa matéria. Mas ela traz um caminho para que se possa dar uma solução, uma saída do atoleiro para importantes Estados brasileiros, dentre outros tantos.



Isso não é uma novidade. A Presidente Dilma, em 16 de março do ano passado, propôs algo similar, talvez até mais duro, mas com os mesmos fundamentos. Então, vamos tratar de maneira republicana essa matéria. Vamos votar “não” ao requerimento.

Haverá opções de destaques. O Plenário estará absolutamente livre para votar esses destaques dessa ou daquela maneira.

Vamos prosseguir. Essa é uma matéria relevante para o Brasil. Infelizmente, é uma matéria dura, mas é relevante para o Brasil. Não cabe mais demagogia, não cabe esconder nada. Vivemos o tempo da hipertransparência. Os números estão aí. Não podemos fugir a nossa responsabilidade. É preciso ter uma luz no fim do túnel.

Vamos votar “não” ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. HERCULANO PASSOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Herculano Passos votou com o partido.

O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Roberto Alves, na última votação, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passemos às orientações de bancada.

Como vota o Bloco PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que esse requerimento vem retardar a votação do projeto.

Esse projeto é da maior urgência, basta ver a situação dos Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Eles estão em situação de penúria, com atraso nos pagamentos, com falta de recursos para sua manutenção, com falta de recursos para a segurança, a educação e a saúde.



Por isso, Sr. Presidente, o apelo que fazemos desde ontem é para que a Oposição vá direto para a votação, para medir voto. Ela terá a oportunidade de apresentar até seis destaques de texto. Aí, sim, a base vai ter que colocar 257 Deputados. Eles, então, vão disputar para melhorar o texto, para fazê-lo crescer, para suprimir.

Por isso, o bloco vota “não” a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

O SR. FRANKLIN LIMA (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, na última votação o Deputado Franklin votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É só votar na próxima, que será nominal.

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, se puder, a base...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

Como vota o PT?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, temos aqui um Líder de um partido da base do Governo que governou o Paraná, arrochou o salário e reprimiu violentamente professores e professoras. Fazem arrocho salarial nos Governos dos seus Estados e insistem em dizer que Dilma mandou, mas não reconhecem que eu, Líder do PT, fiz emenda, e não era possivelmente, era muito menos agravante do que o PLP 343.

O PLP 343 é um escândalo, deveria ser investigado pelo Ministério Público, pois impõe privatização de saneamento, do setor elétrico e energético, com financiamento público que não pode ir para investimento. Isso é um escândalo! Não



é verdade que o Governo Dilma mandou o pior, e é verdade que o PT destacou. Agora o PSDB faz questão de fazer arrocho sobre os servidores.

O PT orienta “sim”.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, para contraditar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não, não, não.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Ele falou do Paraná sem saber que não arrochamos coisa nenhuma. Enquanto a Dilma arrochou...

O SR. AFONSO FLORENCE - Reprimiu os professores...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Cada um fala por vez.

O SR. AFONSO FLORENCE - Reprimiu os professores violentamente!

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Enquanto a Dilma arrochou o salário, o Paraná deu aumento. O Paraná não está endividado, o Paraná não está na situação que o senhor pensando. Nós não precisamos dessa lei.

O SR. AFONSO FLORENCE - Desbancou professores no Paraná! O Governo do Paraná perseguiu os professores!

(O microfone é desligado.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - V.Exa. não tem autoridade para falar...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Afonso, só 1 minutinho. O Deputado pode falar pela orientação do PSDB. V.Exa. não deve, em minha opinião, interromper a fala, porque V.Exa. já falou muito, e ninguém interrompeu sua fala.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.)- Só estou dizendo que o Paraná está com a situação em dia e sofre porque



a crise criada pela Dilma, pelo Lula e pelo PT foi a maior da história do Brasil, a maior crise. Foi maior, inclusive, que a crise do final da ditadura, em 1982.

Portanto, nós, os Estados, os Municípios, a União, as empresas e os trabalhadores, somos todos prejudicados pelo desastre provocado pelo PT, Lula, Dilma e seus “puxadinhos”.

Nós estamos aqui para dizer: *“Eu não deveria votar neste projeto, mas, por solidariedade aos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, vou votar a favor”*.

Nós fomos perseguidos pelo Governo do PT, o Paraná foi perseguido. Por isso que não tem autoridade este Líder que acabou de falar aqui pelo PT. Nós votaremos “sim”. Votaremos “não” a esta emenda e “sim” ao projeto todo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Enquanto o PT se envolve com as suas contradições, o PMDB encaminha pelo voto “não” a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vai votar “não”, Sr. Presidente. Vamos votar este projeto. Quem tiver café no bule ganha este projeto; quem não tiver vai embora para casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Toda a base vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*



Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSOL vota “sim” porque entende que o projeto não tem como fundamento central a solução da encalacrada real em que os Estados brasileiros estão. É evidente que o fundamental seria uma profunda reforma tributária, da qual o Governo central já abriu mão faz tempo.

Aqui, não há nenhuma anistia de dívida, nenhuma renegociação sequer. Pode-se alongar o perfil, mas o que há é cobrança de juros sobre juros.

Sobretudo, para nós, é impossível aprovar o tipo de contrapartida draconiana, pesada, que está proposto aqui, inclusive com o fim do princípio elementar de concurso público, o congelamento de salário de servidores — e a maioria nem está recebendo atualmente — e a emergência de aumentar a alíquota da contribuição previdenciária.

Portanto, o projeto atende mais à União, que centraliza recursos, do que aos Estados, de uma maneira geral. Por isso, o nosso voto é pela quebra de interstício.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de a Rede se pronunciar, informo que o Governo orientou “não” aos partidos da base. O Solidariedade está dividido, mas vai acompanhar a base. Mas eu quero deixar muito bem claro que eu não vou participar desse massacre contra os servidores públicos nos Estados. Os Deputados que estarão votando — como estão ainda, eu acompanhei o Relator fazendo as suas alterações — continuam massacrando os servidores públicos nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? *(Pausa.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requerimento de adiamento de votação.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do Artigo 193 do Regimento Interno, o adiamento da votação do PLP 343/2017, por 1 sessão.

Sala das Sessões, 10/04/17

Deputada Benedita da Silva



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Para falar a favor, concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

O SR. ADEMIR CAMILO (Bloco/PTN-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria justificar. Na votação nominal, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não precisa. Na próxima, V.Exa. vota.

O SR. ADEMIR CAMILO - Muito obrigado.

O SR. LÁZARO BOTELHO (Bloco/PP-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, eu votei de acordo com a orientação do partido. Deputado Lázaro Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e todos os que acompanham esta sessão, a rigor o Brasil está mergulhado numa profunda crise, que exigiria, exige e impõe mudança substancial no modelo econômico liberal periférico. Isso faz com que toda a crise internacional das *commodities*, do preço do petróleo e até de produtos agrícolas como a soja incida fortemente aqui. O Brasil precisa, evidentemente, de uma reforma política radical. O sistema eleitoral, político, de financiamento de partidos e campanhas está apodrecido.

Obviamente, esse regime de recuperação fiscal dos Estados, fora desse amplo movimento de reformas radicais — não o reformismo que o Governo Temer,



do PMDB, que é o partido cujo programa central não é Ponte para o Futuro, mas ponte para o governo de ocasião, sempre —, não vai resolver nada. A nossa convicção é essa.

Nós entendemos que autorizar a privatização de todas as estatais dos Estados, definir uma alíquota da contribuição previdenciária que aumenta em 14% para os servidores e que pode ir além, no caso de emergências e necessidades especiais do Estado, definir que concurso público fique congelado, assim como os salários dos servidores, isso tudo é simplesmente inviabilizar o poder público nos Estados, e não recuperar a sua dinâmica.

Nem uma mínima autocrítica sobre o descalabro havido — e falo especificamente sobre o meu Estado do Rio de Janeiro — nós vemos aqui.

Hoje, por exemplo, o ex-Secretário de Saúde Sérgio Côrtes está preso porque se desvenda agora, corretamente — tem que se desvendar mesmo —, a transação mais criminosa que pode existir, que é com dinheiro público da saúde. Isso tudo é um legado terrível.

É evidente que não é só a corrupção, por mais alta que seja, que explica uma situação falimentar de um Estado. Há todo um contexto. Mas a corrupção é um elemento central. E nós vemos que não se fala disso aqui. O problema central também é o de credibilidade.

Como podem os gestores, herdeiros, sucessores e aliados de quem levou a essa situação de descalabro, com a miragem do petróleo, do polo petroquímico, de novo da dependência das grandes *commodities*, serem os fiadores e os proponentes, aqueles que vão sustentar mudanças substanciais?



De novo: numa República em crise como a nossa, só chamando o poder instituinte, que é o povo, para resolver. É isso que propomos.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado José Airton Cirilo acompanhou o voto do partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, orientamos o voto “não” ao requerimento, e toda a base também.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo. V.Exa. me concede 1 minuto?

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Caetano votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?



O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “sim”, porque nós estamos no esforço de encontrar, junto ao Relator, junto ao Governo, um texto que de fato resolva o problema do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, mas sem essas contrapartidas, sem sangrar, sem sacrificar os servidores públicos.

Nós, a cada dia, estamos convencidos de que o Governo Federal tem soluções, principalmente a partir da Lei Kandir — algo sobre o que esta Casa tem que se debruçar, já há uma Comissão. Mas há reconhecimento por parte do Supremo Tribunal Federal, já há o reconhecimento de que todos os Estados e todos os Municípios têm a receber de crédito da União. Portanto, há solução diferente dessa.

O PDT vota “sim” ao adiamento dessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O que se trata aqui não é de uma precipitação pluviométrica extraordinária, uma catástrofe natural. O Rio de Janeiro, em especial, que é o foco principal deste projeto, vive uma tragédia política e social construída. E o impressionante é que os seus promotores não fazem aqui a mínima autocrítica, o mínimo reconhecimento do caminho que traçaram, do buraco, do abismo.

É bom lembrar que já registramos aqui documento com 10 propostas da frente única dos servidores do Estado do Rio de Janeiro, a MUSPE, razoáveis,



sensatas, com a responsabilidade e a grandeza que tem que ter o servidor público — e nós somos servidores públicos eleitos e temporários.

Então, parabéns aos servidores públicos do Rio, que, em meio a maus salários, atrasos, adiamentos, conseguem pensar num futuro bom para o País. Eles pedem a rejeição desse projeto e oferecem outras propostas, inclusive a começar pelo fim total das desonerações abusivas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede? *(Pausa.)*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



A SRA. LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minuto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requerimento de votação artigo por artigo.

Senhor Presidente:

Requeiro nos termos dos Artigos 117, XIII, e 189, § 4º, do Regimento Interno, que a votação do PLP 343/17 seja feita artigo por artigo.

Sala das Sessões, 04/04/17

Deputado Weverton Rocha



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

O SR. CHICO ALENCAR - O Presidente está poupando a voz ou já é o ambiente de reflexão da Semana Santa?

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, V.Exa. pode me conceder a palavra por 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não sei o que aconteceu. *(Riso.)*

A SRA. LAURA CARNEIRO - Eu quero fazer um apelo ao Deputado Afonso Florence.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu, de repente, dormi; dormi sentado. *(Riso.)*

O SR. CHICO ALENCAR - V.Exa. está com voz de monge beneditino na Sexta-Feira da Paixão. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade! É uma coisa estranha!

Com a palavra o Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Rodrigo Maia, V.Exa. me concede 1 minuto para que eu possa fazer um apelo?

Recebi agora, Sr. Presidente, e levei a V.Exa. a palavra do Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, que me disse simplesmente: *“Ou retiramos o § 3º do art. 3º, que obriga os Estados que participarem do programa a renunciar aos seus direitos de ir em à Justiça, ou o Rio Grande do Sul não entrará no projeto”.*

Sr. Presidente, isso é muito grave! Eu estou pedindo aos Líderes, e pedi ao Líder do PSDB, que ainda tem chance de destacar— há a Emenda nº 1, de minha



autoria, e a Emenda nº 62, do Deputado Onyx Lorenzoni —, para salvarmos pelo menos isso no projeto.

Sr. Presidente, isso é muito grave! Significa que lá na frente outros Estados também não poderão entrar. E mais, isso é absolutamente inconstitucional. A lei não pode impedir que um ente da Federação ou um cidadão tenham acesso à Justiça.

É um absurdo que esta Casa possa votar contra o inciso XXXV do art. 5º do Título II da Constituição Federal — Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Então, cabe a esta Casa mais esse erro numa tarde como a de hoje.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado Luiz Sérgio votou de acordo com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Afonso Florence. *(Pausa.)*

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos retirar de pauta, em função da avaliação de que é necessário aprofundar esta discussão.

Os funcionários do meu Estado, por exemplo, que, teoricamente, serão beneficiados, como se diz aqui, na verdade, são contrários à aprovação deste projeto, porque, a médio e longo prazos, serão profundamente prejudicados.

Então, nós vamos retirar de pauta o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa o seguinte requerimento, do PDT:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos art. 117, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o PLP 343 seja votado artigo por artigo.

Sala das Sessões, em 5/4/2017

Deputado Weverton Rocha

Líder do PDT



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Weverton Rocha. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Rubens Pereira Júnior. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto. *(Pausa.)*

Orientação de bancadas.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT defende a votação artigo por artigo exatamente porque é uma oportunidade de aprofundarmos a discussão. Quem sabe surjam novas luzes, principalmente em relação às contrapartidas?

Se nós não tivéssemos essa tutela, esse absurdo — e há pouco foi colocado aqui por Parlamentares do Governo até a inconstitucionalidade —, tenho certeza de que superaríamos na política e faríamos um consenso com relação à recuperação fiscal dos Estados. Acontece que não são só os Estados federados que estão tutelados. O próprio Governo está tutelado pela burocracia. Essa burocracia, de uma semana para a outra, aumenta o déficit do Governo em 50 bilhões.



Portanto, nós estamos indo todos para o fundo do poço, tutelados por uma grande injustiça. Por isso, defendemos a votação artigo por artigo.

O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este Governo PMDB-PSDB, essa aliança, essa dobradinha, para além de todas as iniciativas de tirar direitos do conjunto de trabalhadores brasileiros, vem agora fazer uma proposta que, objetivamente, prejudica a população do Estado. Quem vai querer, daqui a 1 ano, disputar uma eleição no Rio de Janeiro, um Estado com todo o seu orçamento comprometido para os próximos 10 anos ou 20 anos?

Então, é um projeto irresponsável. Nós sugerimos que a base do Governo faça uma reflexão e veja que os Estados, em vez de beneficiados, serão prejudicados.

Essa dupla PMDB-PSDB, para além de todas as outras iniciativas prejudiciais à população, que tiram direitos na saúde e na educação, com este projeto, piora a qualidade de vida das pessoas nos Estados e não cumpre o que a população espera desse conjunto de Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB vota “não” e solicita que seja inculpada... É “não” para todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Líderes querem falar.

Como vota o PSD?

O SR. MARCOS MONTES (PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Caro Presidente, o PSD vai na lógica. Este é um projeto importante — aqui está o



Governador Pezão, acompanhando esta votação —, e o fato de esse projeto ser opcional dá a cada Governador a oportunidade de querer ou não aderir a este projeto.

Lá em Minas Gerais, o meu Estado, o Governador Fernando Pimentel, por quem eu tenho profundo respeito, já disse que não vai aderir ao projeto. A realidade do Estado cabe ao Estado discutir.

Estou vendo aqui polêmicas entre Parlamentares do Rio de Janeiro na discussão dessa questão — é uma questão interna do Rio de Janeiro. Agora, estamos dando oportunidade aos Estados que queiram de fazer essa opção.

O PSD vota “não”. Queremos votar o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vai votar “não”, Sr. Presidente. Temos que votar este projeto, ganhando ou perdendo. É como eu falei: quem tiver café no bule que ganhe no voto, no plenário, sem obstrução.

Vamos mandar bala nesta votação aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vai votar “não”, porque entende que este é o momento oportuno.

O Prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, ligou e nos pediu que defendêssemos o projeto. E nós estamos aqui.

O PRB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?



O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é claro que este é um requerimento apenas de obstrução. Mas eu vou aproveitar este momento para deixar registrada a consciência de que acabará sendo aprovado — talvez não hoje, talvez em outro dia — este projeto.

Gerações serão punidas pela aprovação deste projeto. É uma imposição, é um sequestro das unidades federadas. O que está se passando no Brasil é o fim da Federação. É história dizer que é opcional. Não é opcional, não. Está materialmente ali colocado como opção, mas todos estarão obrigados a atender a essas condições.

É lamentável que não tenhamos tempo, nem ambiente político aqui para discutirmos artigo por artigo. Não é para ganhar tempo, não, é para mostrar o quanto os brasileiros vão perder com a imposição deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

A SRA. POLLYANA GAMA (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, entendemos que garantias, contrapartidas estão bem definidas no projeto. É um contrassenso procrastinar esta votação.

Nesse sentido, o PPS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota “não” porque esta é uma medida que serve apenas para atrasar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB entende que a discussão artigo por artigo dá melhores



condições aos Deputados e às Deputadas de colocarem com mais consciência o seu voto pelo partido.

Sabemos das dificuldades que estamos passando na economia, na ética e até na moral. Portanto, nós não podemos nos precipitar. Queremos discutir artigo por artigo. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, isso não foi aprovado até agora por um motivo simples: a bancada governista não tem certeza, está preocupada. Está preocupada porque os Governadores não têm certeza também. O que é chamado de Regime de Recuperação Fiscal é um “regime de esfrangalhamento fiscal e social” — é o “Refis”.

Então, não é admissível que não se debata e que se aprove atabalhoadamente. É necessário discutir artigo por artigo. É um direito do Parlamento e é um direito dos cidadãos brasileiros, porque é muito complexa a lei. O que o povo está observando neste momento? Como é que ele pode entender? Como é que os servidores públicos que serão afetados vão entender a desgraça que será para a família descontar 14% — até 17%, quem sabe? —, extraordinariamente, para a Previdência?

Não é admissível, portanto, que não se discuta de forma mais detalhada. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu queria fazer um apelo a V.Exa.



Nós que tanto queremos melhorar a situação dos Estados da Federação sabemos que há uma dívida do Parlamento brasileiro com os Estados, que é a de votar e regulamentar o ressarcimento da Lei Kandir.

O meu Estado — e o Governador Ivo Sartori está conversando com os Deputados — tem um crédito estimado de 41 bilhões de reais.

Então, em vez de votar de afogadilho este projeto, que não resolve dívida nenhuma dos Estados, que só empurra as dívidas com a barriga e as leva para daqui a 3 anos, que piora a situação dos Estados e a situação do Brasil, em primeiro lugar nós deveríamos retirar de pauta este projeto e colocar na pauta o projeto que regulamenta os ressarcimentos da Lei Kandir.

A Minoria vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está pronta para ser instalada a Comissão, Deputado.

É uma pena que nem o Presidente Fernando Henrique Cardoso, nem o Presidente Lula, nem a Presidente Dilma Rousseff tenham ressarcido nenhum dos Estados brasileiros nos últimos anos.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, dialogando com V.Exa., é bom que o Supremo Tribunal Federal tenha decidido que é obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Até novembro.

O SR. HENRIQUE FONTANA - ... a fazer o ressarcimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Daqui para a frente.

O SR. HENRIQUE FONTANA - É uma decisão judicial de dezembro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A partir de novembro.



Como vota o Solidariedade?

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre este assunto, nós do Solidariedade sabemos que é importante e urgente a votação, porque os Estados, especialmente o meu Estado de Minas Gerais, estão em situação crítica.

Eu quero destacar, Sr. Presidente, a grande comitiva que veio do norte de Minas para tratar da questão do Semiárido numa audiência com o Ministro Helder Barbalho sobre seca, renegociação de dívidas rurais e, especialmente, obras de barragens importantes, como a Barragem de Congonhas, a Barragem de Berizal e a de Jequitaiá, que se encontram paradas.

Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos — o Luiz, o repórter Aldeci Xavier, o Delegado da Secretaria Especial de Agricultura Familiar, Dr. Ronaldo Lima, e todos os extensionistas mineiros —, na pessoa de Maurício Fernandes, que está aqui para participar de uma audiência pública sobre a situação do Cerrado e das veredas de Minas e de todo o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) – Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à votação de requerimento de votação em globo dos destaques simples:

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 162, inc. XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, votação em globo da admissibilidade dos requerimentos de destaque simples apresentados ao PLP 343/17.

Sala das Sessões, em 5 de abril de 2017.

Deputado Arthur Lira



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que é a forma mais rápida de se votar isso: em globo.

Votamos “sim”, Sr. Presidente.

Pedimos a V.Exa. que faça também, pela base, a indicação como fizemos: “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Dagoberto Nogueira. *(Pausa.)*

Orientação de bancadas.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcísio Perondi, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, existem valores, princípios numa família, entre amigos, na sociedade, nas relações políticas, nas relações entre os Estados. Um dos valores que eu reputo mais forte é o da solidariedade — a solidariedade a um irmão, a um Município que sofreu com uma enchente, a um Estado que teve uma seca enorme; a solidariedade entre Municípios, entre os Estados, entre o Governo Federal e os Estados. Enfim, “solidariedade” é uma palavra muito forte. E este projeto está impregnado da palavra “solidariedade”.

O querido Rio de Janeiro, que todos nós adoramos, o querido Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, o querido Estado de Minas Gerais, estão esses três Estados no nível dos outros Estados que renegociaram a dívida de 20 anos, 30 anos, lá dos Governos militares, principalmente. Em 1998, houve uma renegociação porque, se não houvesse o Plano Real, que foi vital para o País... E eu estava aqui. O Governo Federal resolveu assumir todas as dívidas dos Estados e estabelecer regras. Aquilo salvou o Plano Real e salvou os Estados, todos os 27 Estados, que tinham uma dívida enorme — mais dos Governos militares e depois um pouco do período democrático... Não. Do Governo militar. Já estávamos no processo de democracia há 4 anos ou 5 anos. Aconteceu essa negociação. Os Estados estavam quebrados. Tinham que jogar no *overnight* todos os dias, todos os dias. Os Tesouros dos Estados, via seus bancos estaduais, emitiam títulos, jogavam dinheiro, aumentavam a inflação do País e se endividavam mais.



Veio a grande negociação. Na época foi muito bom. Foi avançando, avançando e avançando. A prestação do meu Estado é de 300 milhões por mês; acho que a de São Paulo deve ser de 500 ou 600; a de Santa Catarina deve ser de 200 ou menos.

Depois, nos governos mais próximos e a Presidenta Dilma Rousseff, de forma não responsável, de forma não proba, junto com o Ministro da Fazenda e com quem mandava na Fazenda, que era o Arno Augustin, fizeram quase que uma liberação geral da Lei de Responsabilidade Fiscal, que nós votamos no ano de 2000, mas que o PT não quis votar. Aí os Governadores aumentaram muito a questão do pessoal e a questão dos inativos. E aumentou muito mais a dívida de todos os Estados. Mas os piores são esses três. Há mais dez na porta para pedir adesão. Na porta. Mais dez. Há esses três de que falei, e mais dez podem entrar.

Então, o que vamos votar aqui é uma lei de falência — porque há lei de falência das empresas —, lei de falência de uma Prefeitura e de um Estado. O Governo Federal abre mão por 3 anos, depois por mais 3 anos, do pagamento dessa prestação. Esse dinheiro poderia ir para outras áreas. O Governo está com uma grave crise fiscal, mas o Governo vê o presente e vê o futuro. Imaginem o Rio de Janeiro, mais quebrado do que está, sob uma intervenção, ou o Rio Grande do Sul, ou Minas Gerais, que são três Estados ricos. Isso contamina toda a política econômica, isso contamina todo o ambiente comercial e industrial do País. Contamina também os outros Estados, os que não estão entre os três que estão quase quebrados e entre os outros dez que poderão quebrar ali adiante, que estão próximos disso.



Então, o que estamos fazendo aqui é a votação de uma lei de falência, com regras. É óbvio que tem que colocar regras, até para fazer com que os Governadores cumpram, com que esses gestores cumpram. É a solidariedade entre nós Estados, entre nós políticos que gostamos do Brasil, de todos os nossos Estados, que temos responsabilidade cívica, patriótica com o Brasil como um todo. E muito mais. É a solidariedade com aquela senhora professora que está pedindo esmola, que a Rede Globo mostrou ontem. Ela representa a dramaticidade, a dor do funcionário público desses Estados, a dor, a tragédia dos funcionários públicos de todos os Estados, não só do Rio de Janeiro, como também de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Se esses Estados conseguirem — e vão conseguir —, a economia tem que melhorar, a reforma da Previdência Social tem que passar, a reforma trabalhista também. A economia já está começando a melhorar — começando a melhorar —, e aí surgirá uma luz para esses dez Estados e vai afastar esses dez Estados da proximidade do precipício. Três Estados já estão quase no precipício; os outros dez estão se aproximando. Nós não podemos prejudicar os brasileiros, especialmente desses Estados e dos outros que vão ser prejudicados ali adiante.

Vou repetir o que tenho dito aqui. Alô, Deputados do Norte e do Nordeste: o Governo aceitou o pleito dos Governadores do Norte e do Nordeste de reavaliação da dívida que esses Estados têm com o BNDES — estradas e dinheiro do Fundo de Garantia que pegaram para pagar e não conseguiram pagar. Eles estão devendo, têm prestações com o BNDES, e prestações importantes. O Governo encaminhou uma resolução para o Senado. Aliás, elaborou a resolução e a mandou para a Liderança do Governo no Senado. O Senado deve votar esta semana ou semana



que vem a resolução que vai permitir que esse pleito dos Estados do Norte e do Nordeste... Isso vale para todos os Estados. Essa resolução valerá para todos os Estados, mas o pleito era especialmente dos Estados do Norte e do Nordeste e daqueles Estados que não pecaram — esse é o termo —, como os Governadores dos outros Estados. O Governo está tendendo... Eles vão pagar a dívida com o BNDES em 240 meses. Vou repetir: em 240 meses. E a resolução vai ser votada.

Portanto, com a solidariedade, com o espírito público, com a nossa dignidade política, independentemente de partido e Estado, vamos olhar primeiro para quem está sofrendo. Essa servidora pública que está pedindo esmola é o símbolo do sofrimento e da má gestão pública com a qual está sofrendo.

Este projeto é uma luz pequena, para o País continuar avançando, porque o País está mal e precisa cada vez mais de solidariedade, não só da base, mas também da Oposição. Esta discussão não pode ser Fla-Flu, ou Grêmio e Inter, ou Cruzeiro e Atlético. Isto perpassa questões políticas e questões ideológicas. Isto passa por boa gestão e por visão política, que esta Casa já mostrou no *impeachment*, que já mostrou nos 52 projetos que apresentamos e que vai mostrar hoje, sim. Solidariedade, solidariedade, solidariedade.

E mais: vamos nos eleger no ano que vem, com solidariedade, solidariedade e solidariedade.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria encaminhar contra. Eu estava inscrito para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estava, mas não estava no plenário na hora em que o chamei para o encaminhamento.

O SR. ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, mas nem foi para votação e ninguém encaminhou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Agora é só orientação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o painel está incompleto. Antes de o Deputado Simão Sessim fazer a sua orientação, o painel estaria completo se nós tivéssemos ali anotada a presença, com assiduidade e muita aflição, dos Governadores Sartori e Pezão, que não têm faltado a nenhuma sessão. Então o painel estaria completo com o nome de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP, Sr. Presidente, entende que este requerimento atende a tudo o que se vai, a partir de agora, começar a votar.

O PP vota “sim” e pede a V.Exa., se possível, que também coloque “sim” para todos os partidos da base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “sim”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
“Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

O SR. GOULART (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, o PSD vota “sim”.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSB vota “sim”.

O SR. GOULART (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD
vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSD vota “sim”.

O SR. JORGINHO MELLO - O PR quer encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. JORGINHO MELLO (PR-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Antes disso, queria pedir licença a V.Exa. para fazer um convite. Amanhã, às
8h30min, nós vamos estar no 10º andar do Anexo IV, em um café da manhã
organizado pela Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa, com a
presença de Afif Domingos, com a presença do Ministro da Indústria, Comércio



Exterior e Serviços, com a presença de Antonio Imbassahy, com a presença da Frente como um todo, de Deputados e Senadores.

Então, Deputado Otavio Leite, quero fazer um convite a V.Exa. e a todos os Deputados que estão nos ouvindo, para que compareçam para falar de uma agenda positiva, que é o Projeto de Lei Complementar nº 341, de 2017, que trata da micro e pequena empresa.

O PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PR vota “não”.

A SRA. POLLYANA GAMA (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PPS vota “sim”.

O SR. JORGINHO MELLO - Sr. Presidente, o PR vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção para o § 3º do art. 3º do projeto. Ele quer, como é o texto, retirar dos Estados a capacidade de litigar.

Os Estados já têm uma série de ações ajuizadas, em que discutem com a União questões relevantes em relação à dívida. Em muitos momentos, a União praticou com os Estados da Federação verdadeira ação de agiota, porque emprestava dinheiro a um valor muito menor para investimentos no estrangeiro, e os Estados eram sufocados por uma taxa de agiota.

Portanto, Sr. Presidente, não é razoável que os Estados não tenham o direito de discutir na Justiça um direito que a Constituição lhes assegura e que os obriga.

Por essa razão, o Democratas quer chamar a atenção para dois destaques importantes — um foi apresentado pela Deputada Laura Carneiro; o outro foi



apresentado por mim —, que salvaguardam aquilo que é líquido e certo e aquilo que é constitucional. Não é possível que as ações que tramitam hoje, no interesse da sociedade, que são as brasileiras e os brasileiros das mais diversas regiões, não possam ter continuidade.

O Governo tem que ser parceiro dos Estados, ele não pode ser carrasco nem agiota.

Por isso é que o DEM vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, uma questão de ordem: art. 54, combinado com o art. 44.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós estamos no processo de orientação, Deputado.

Com a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, depois da peroração de que nós estamos aqui votando a solidariedade, de que nós estamos aqui votando um processo de falência, eu duvido que haja conforto por parte dos Governadores, que estão inclusive aqui no plenário... E quero saudar o meu Governador, pelo qual tenho o maior respeito, José Ivo Sartori.

Mas, para a surpresa, o PDT, embora inconformado com uma estratégia de plenário, vai votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota a Rede? (*Pausa.*)

O SR. SABINO CASTELO BRANCO (PTB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PTB vota "sim".

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota a Rede? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o PSOL vota "não", em nome do debate detalhado do projeto. Votar em globo os destaques simples é prejudicial à redução de danos do projeto que nos vemos impelidos a votar, pelo fato de tudo indicar que o texto básico virá a ser aprovado.

Continuamos considerando que essa recuperação fiscal dos Estados é algo que não recupera, estruturalmente, nenhum Estado brasileiro; que a Federação está aviltada pelo centralismo, inclusive do Governo da União, que arrecada mais de 60% dos impostos; e que uma reforma tributária progressiva, profunda, que taxe grandes fortunas e uma nova política nacional, que valha para os Estados também, de revisão profunda das desonerações, é fundamental. Assim como na Previdência, se você não cobra os grandes devedores, você não avança.

O nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vota "não", porque estamos diante de um ritual macabro, a rigor.

Já sabemos o fim desta história: os Estados serão aprisionados pelo Governo Central. Pura e simplesmente, os Estados perderão autonomia. E isso o Brasil já viu. Retira-se a autonomia financeira, e, daqui a pouco, a autonomia política também estará oferecida ao Poder Central.



Nós estamos regredindo com este tipo de solução. Não é uma boa solução para o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro está vendo novas autoridades serem presas; muitas outras ainda irão. Aí está a verdadeira responsabilidade pelo caos no Estado.

Neste momento, em homenagem ao povo do Rio de Janeiro e à inteligência do povo do Rio de Janeiro, nós votamos “não”.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC orienta o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Em votação.

A SRA. POLLYANA GAMA (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PPS vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Governo vota “sim”.

Como vota a Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero trazer uma outra questão. Na minha fala anterior eu reivindiquei de V.Exa., e insisto em que nós devemos priorizar a votação da lei que garantirá o ressarcimento da Lei Kandir. O próprio Relator deixou esse assunto fora, e esse é um crédito dos Estados. Ninguém aqui é irresponsável em achar que o



Governo Federal poderia pagar os 41 bilhões de reais para o Rio Grande do Sul à vista. Há que fazer um encontro de contas.

Os Governadores que estão aqui, Pezão, Ivo Sartori, do meu Estado, devem fazer uma grande frente de Governadores para exigir os direitos do Estado e não ajoelhar perante o Governo Federal dizendo que vão vender, no caso do Rio Grande do Sul, a CORSAN — Companhia Riograndense de Saneamento, o BANRISUL — Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Vender estatais, como já se venderam no passado, Deputado Décio Lima, sem resolver nenhum problema. O Rio Grande do Sul vendeu a CRT — Companhia Riograndense de Telecomunicações há muitos anos, e a dívida é cada vez maior. Por quê? Porque os índices que corrigem essa dívida estão fazendo o Governo Federal ganhar dinheiro em cima dos Estados.

O nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTN?

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Por que o PT não mandou a regulamentação antes da Lei Kandir? Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere aí, Deputado.

O PTN está com a palavra.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Posso responder ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, depois.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Nós fizemos ressarcimentos, Deputado Darcísio Perondi, que agora foram totalmente suspensos. Aliás, desde que assumiu o Governo ilegítimo de Temer, não houve 1 centavo de ressarcimento da Lei Kandir. Esse é o grande problema.



O SR. DARCÍSIO PERONDI - A regulamentação o PT não mandou...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Ademir Camilo está com a palavra.

O SR. ADEMIR CAMILO (Bloco/PTN-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos apresentar uma questão de ordem, baseada no art. 54, combinado com o art. 144.

O Relator apresentou o parecer pela inconstitucionalidade e inadequação da Emenda nº 7. O Regimento Interno, e fui informado pela Mesa que nós não poderemos apresentar o recurso... O art. 144 é claro, permite apresentar recurso contra esse parecer. Ele prevê o recurso contra o parecer terminativo. Então, há tempo hábil para se apresentar esse recurso.

Eu queria que V.Exa. respondesse à questão de ordem, já que interfere cabalmente no processo de votação desta matéria.

O SR. LELO COIMBRA - Presidente, um esclarecimento. Eu conversei há pouco com a Secretária Ana Vescovi...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aguarde 1 minuto, Deputado. Eu preciso responder à questão de ordem.

O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB orienta o voto "sim".

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Ademir Camilo, o Relator deu o parecer na quarta-feira à noite. O prazo para o recurso foi quinta-feira ao



meio-dia. Só foi apresentado recurso pela inadequação financeira e orçamentária, que, nesse caso específico, não cabe a...

O SR. ADEMIR CAMILO - No Regimento não há prazo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas o prazo foi dado.

O SR. LELO COIMBRA - Presidente, posso fazer um esclarecimento?



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor da admissibilidade permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.



O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG) - Verificação, Presidente.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB-RJ) - Verificação conjunta.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ) - Verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação concedida.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a votação do visor de cada posto.



O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Presidente, enquanto se inicia a votação, eu queria fazer um esclarecimento.

Conversei há pouco com a Secretária Ana Vescovi, que me informou que no texto o que está escrito se refere a dívidas entre o Estado e a União que estão judicializadas e que fazem parte deste acordo que estamos votando, não se refere e não se aplica às compensações desejadas adiante com a Lei Kandir, que serão motivo de Comissão Especial, cujo Relator, a partir da próxima semana, deverá ser o Deputado José Priante, do PMDB do Pará.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PCdoB muda a orientação para “obstrução”.

O SR. REGINALDO LOPES (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT muda a orientação para “obstrução”.

O SR. CHICO ALENCAR - Presidente, quem pediu verificação, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT. Depois pediram verificação conjunta.

O SR. CHICO ALENCAR - Quem venceu a votação não pode pedir verificação, regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Poder, pode. Mas foi o PT.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT troca a orientação para “obstrução”, Sr. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR - Pelo Regimento, não pode.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Solidariedade vota “sim”.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em protesto, estamos em obstrução. Quem vence a votação não pode pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas quem pediu foi quem perdeu, Deputado.

O SR. CHICO ALENCAR - Foi quem perdeu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sim, foi o PT. O primeiro a pedir foi o PT.

O SR. DANIEL COELHO - Sim, mas é permitido a quem ganha marcar os votos e pedir verificação.

O SR. CHICO ALENCAR - O PSOL está em obstrução.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vota "sim".

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só quero reafirmar o embate que todos nós estamos fazendo. V.Exa. tem compreensão do que vivem Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Nós vivemos uma dificuldade muito grande, Presidente. No Rio Grande do Sul, eu posso dar o testemunho, o Governador Ivo Sartori já fez vários ajustes no que diz respeito ao funcionalismo público, à Previdência. Enfim, já apertou o cinto o que dá. Agora, se, além de apertar o cinto, que já foi apertado, nós ainda tivermos que avaliar aqui o fim do Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul — CIEE, o fim da Companhia Riograndense de Saneamento — CORSAN, o fim do saneamento básico, o fim do BANRISUL — Banco do Estado do Rio Grande do



Sul S.A., nós do PDT não teremos como endossar essa postura. Nós queremos, Presidente, negociar a dívida.

O Brasil deve, com a Lei Kandir, quase 50 bilhões ao Rio Grande do Sul. A União é ligeira em cobrar o que nós devemos para ela, mas é lenta, muito devagar, em pagar o que nos deve. Nós precisamos iniciar os trabalhos da Comissão Especial da Lei Kandir para liberar o dinheiro...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

(Pausa.)

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos Deputados do PMDB para que venham ao Plenário para podermos votar e que aqui permaneçam, porque nós teremos durante esta tarde e, acredito, noite várias votações importantes.

Quero dizer que este projeto é fundamental não só para os Estados de Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, é extremamente importante para o nosso País. Por isso, peço aos Deputados do PMDB que venham e votem, e, claro, que todos os Deputados da base e dos demais partidos possam permanecer no Plenário para que possamos avançar nesta votação extremamente importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a palavra para mudar a orientação do Democratas para o voto "sim", obedecendo à orientação do Líder do Governo e atendendo ao



clamor do nosso Estado, Rio de Janeiro, que passa por tamanha necessidade nesta hora da urgência na votação deste projeto.

Peço que mude nossa orientação para o voto “sim”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Paulo Henrique Lustosa.

O SR. PAULO HENRIQUE LUSTOSA (Bloco/PP-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro publicou na semana passada um *ranking* da situação fiscal dos Estados brasileiros — tema importante e oportuno trazer para esta discussão — que coloca o Rio Grande do Sul, o Governador Ivo Sartori, na pior situação fiscal, e o meu Estado, Ceará, na melhor. Essa situação do Governo do Estado é fruto de mais de 10 anos de várias administrações comprometidas com o rigor fiscal.

Nós ficamos muito felizes com a palavra do Líder do Governo, Deputado Darcísio Perondi, quando diz que o Governo está sensível para ouvir os apelos dos Estados que não estão na situação do Rio de Janeiro. Concordo com S.Exa. em que o princípio hoje, Governador, da solidariedade se sobrepõe ao da Justiça, fazendo com que conclamemos todos os colegas do Partido Progressista para que venham ao plenário votar em favor do projeto de lei.

Pedimos critérios de meritocracia na discussão futura com o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Major Olimpio, pela Liderança do Solidariedade. *(Pausa.)*



O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar aos Deputados do PP que venham ao plenário. Estamos em processo de votação nominal e é preciso que haja quórum. Se possível, peço aos Deputados que fiquem no plenário para as próximas votações.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Major Olimpio, para uma Comunicação de Liderança, pelo Solidariedade.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, população brasileira que nos acompanha, quero dizer que os servidores públicos, no caso, dos Estados não fazem parte do problema dos desvios financeiros, da roubalheira, da improbidade.

Ao acompanharmos a situação do Rio de Janeiro nos noticiários, tomamos conhecimento dos crimes praticados pela quadrilha de Cabral. Ontem mesmo o Governador daquele Estado esteve aqui durante a sessão, pedindo. Mas também deve ser responsabilizado criminalmente num Tribunal de Contas em que cinco Conselheiros foram presos.

Dizemos que os servidores do Rio de Janeiro são responsáveis por qualquer quebra de Estado é um absurdo, é penalizar duas vezes aqueles que já pagam seus tributos, que contribuem.

Sras. e Srs. Deputados, prestem muita atenção ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que trata da renegociação da dívida dos Estados. O Relator veio aqui novamente e nada alterou nos condicionantes em relação aos servidores públicos.

Quero lembrar aos Deputados de outros Estados que, quando votaram aqui o Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016, advertimos a todos que não votassem daquela forma, pois passariam a valer como despesa com pessoal os serviços contratados de limpeza, de vigilância e outros, que deixaram de serem serviços efetivamente e passaram a compor as despesas de pessoal.



Muitos Estados estão muito próximos de atingir agora os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e penalizar os seus servidores, aumentando de 11% para no mínimo 14% a contribuição previdenciária. Isso é terrível. É imoral! Não são merecedores os servidores.

Vejo muitos Parlamentares virem à tribuna dizer que admiram os professores, os profissionais da saúde, os policiais civis e militares, e agora estão dizendo... O Presidente Temer disse ontem, em entrevista à *CBN*, Deputado Jair Bolsonaro, que quem não votar no que o Governo está mandando — mandando os Deputados da base — vai perder os cargos e as emendas. Fiquei com nojo ao ler essa matéria do Presidente da República ameaçando.

Vejam, Srs. Deputados, e hoje tem a liberação de 1 bilhão e 800 milhões de reais. Hoje é o dia para se cumprir a parte: 1 bilhão e 800 milhões de reais nas nossas emendas. E está o Presidente dizendo no noticiário da *CBN*: “*Os Deputados que não me obedecerem vão perder os cargos e as emendas*”.

Então, eu quero que a população acompanhe qual é o Deputado que está votando com convicção, qual é aquele que está com medo de perder seus cargos e suas emendas. Por favor, população brasileira acompanhe!

É vergonhoso! O que antes se dizia que acontecia nos bastidores — negociações menos republicanas —, agora o Presidente, com transparência, diz: eu compro o Deputado com as emendas, que eu mando liberar, e com os cargos, que eu coloco. Então, Deputado não tem nenhuma autonomia sobre o seu voto: ou vota com o Presidente — no caso agora — e arrebenta com os servidores públicos nos Estados ou vai perder suas emendas e seus cargos.



Peço à população que acompanhe quais serão os Deputados que sairão reclamando porque perderam seus cargos e suas emendas e quais estarão comemorando com o sangue dos servidores públicos dos Estados e sendo contemplados com seus carguinhos e suas emendas.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero dizer que o Partido dos Trabalhadores tem um projeto substitutivo exatamente para ajudar os Estados, porque este que está aqui não ajuda. Este é para destruir os Estados.

Eu me lembro de quando o Britto era o Governador do Rio Grande do Sul, o Malan era Ministro, e o FHC era Presidente da República. Fez-se uma negociação à época, e o discurso era o mesmo, Sr. Presidente: era preciso vender patrimônio público.

O Rio Grande do Sul vendeu patrimônio público. A dívida era de 9,8 bilhões de reais, ele pagou 25 bilhões de reais, e a dívida está em 52 bilhões de reais. Agora querem apresentar a mesma receita, mas essa é uma receita falida.

Então, eu queria dizer que não há nenhuma solidariedade, o que há é agressão. Vejam bem, o Rio Grande do Sul não pode recorrer à Justiça para reivindicar os desmandos da Lei Kandir; tem que aumentar a contribuição previdenciária; tem que vender o BANRISUL — Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a CORSAN — Companhia Riograndense de Saneamento e o que resta da CEEE — Companhia Estadual de Energia Elétrica; não pode fazer concurso, nem contratar mais servidores.

Isso é uma agressão!

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero apenas pedir para mudar a orientação do PV no painel para “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga. *(Pausa.)*

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas pedir para colocar “sim” na orientação do PEN, por favor.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos ouvindo alguns companheiros fazerem a separação entre aqueles que gostam do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e os que não gostam. A questão não é essa.

Eu quero fazer um apelo ao Relator e aos Governadores do Rio de Janeiro e ao do Rio Grande do Sul, que estão aqui presentes, e também ao Governador Pimentel, que não está presente, mas conta aqui com os seus emissários. Nós que estamos contra a votação do texto original do projeto estamos oferecendo alternativa via compensação da Lei Kandir, para que não se sangrem os servidores.

Faço este apelo aos Srs. Deputados para que, de fato, retirem deste projeto as condicionantes que sangram os servidores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Lincoln Portela.

O SR. LINCOLN PORTELA (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, eu quero pedir a V.Exa. que nós nos preocupemos em colocar em pauta a Proposta de Emenda à Constituição nº 308, de 2004, que cria a polícia penal brasileira e trata do sistema prisional. O agente penitenciário já não aguenta mais ser chamado de carcereiro. Ele já faz o papel de polícia. Então, eu quero pedir a V.Exa. e aos Líderes que coloquem na pauta a PEC 308/04. Há 120 mil agentes penitenciários e socioeducativos no Brasil.



Quero ainda, Sr. Presidente, pedir a inclusão na pauta da PEC 534/02, que trata das Guardas Municipais. É fundamental que as Guardas Municipais sejam de fato inseridas no art. 144 da Constituição Federal.

Já existe a Lei nº 13.022, mas, agora, queremos a aprovação da PEC 534/02, para que elas tenham plena autonomia, com sua inserção no art. 144 da Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Mauro Pereira.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, eu gostaria de conclamar os meus colegas Deputados e Deputadas para virem ao plenário votar este importante projeto que regulamenta o ajuste fiscal nos Estados.

Hoje, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, precisa muito do apoio, do coleguismo de V.Exas., porque este projeto que nós vamos votar vai beneficiar todo o País. É lógico que, se o Estado que não precisar, é melhor, mas nós estamos precisando, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais também estão precisando. Então, é um projeto muito importante.

E vou dizer uma coisa: nós temos que aprovar este projeto para que os servidores públicos desses Estados possam receber o seu salário em dia, o que hoje não está acontecendo. Então, quem votar contra este projeto com certeza estará votando contra os servidores públicos do seu Estado.

Eu peço, por favor, que nos ajudem a aprovar este projeto, que é de extrema importância para os Estados.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana por 1 minuto. Em seguida, terá a palavra como Líder o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, a situação dos Estados em geral é de estrangulamento fiscal. O nível de investimento é pífio, o custeio é apertado, mas alguns fizeram uma gestão responsável de suas finanças públicas.

A crise é fruto de uma mistura de queda do preço das *commodities*, recessão e má gestão fiscal e é uma da realidade. A situação é gravíssima, principalmente no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. E o Congresso não pode virar as costas a essa realidade. Nós temos que produzir soluções. Não adianta refinanciar a dívida, renegociá-la sem um plano de ajustes, porque tudo vai estar agravado daqui a 3 anos.

Então, é muito importante que todos venham ao plenário, para que nós possamos produzir uma decisão. Não adianta procrastinar, tergiversar. A crise é gravíssima. E se nós tivermos o colapso do Rio de Janeiro, haverá repercussões nacionais gravíssimas. Nós temos que cumprir com as nossas responsabilidades.

Portanto, todos deveriam vir ao plenário, para que nós possamos deliberar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu ocupo esta tribuna para dizer que os professores e as professoras do



Distrito Federal estão há quase 1 mês em greve por cumprimento do Plano Distrital de Educação, por cumprimento de acordos, por uma série de reivindicações.

Hoje, os professores decidiram entrar em greve de fome e se encontram literalmente acorrentados na Catedral. Eu acho que seria muito importante que esta Casa, enquanto Poder Legislativo, contribuísse de alguma forma para que fossem restabelecidas as negociações, e negociações de fato, não negociações formais, com vistas a que nós possamos encontrar uma solução para o movimento dos professores e professoras do Distrito Federal.

Nós estamos falando de educação. Tem razão Paulo Freire quando diz: “*Se a educação não resolve tudo, sem ela não resolvemos nada*” E também: “*A gente até fica cansado, mas a gente não desiste nunca*”.

Então, eu faço este apelo a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com certeza, Deputada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pr. Marco Feliciano, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na qualidade de Deputado eleito pelo Estado de São Paulo com cerca de 400 mil votos, eu me sinto na obrigação de vir aqui falar, em nome das pessoas que me elegeram, a respeito da dívida dos Estados.

Existe um *slogan*, muito conhecido e muito criticado, de que o Estado de São Paulo é a locomotiva do Brasil. De fato, se formos ver o PIB brasileiro, São Paulo, sozinho, é responsável por 31% do que é produzido no País, seguido por Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

Em relação aos impostos pagos à União, Sr. Presidente, para ilustrar aqui, o Estado de São Paulo repassa mais de 200 bilhões de reais ao ano e tem cerca de 20 bilhões de reais de retorno, ou seja, 10%, aproximadamente, Sr. Presidente, é o valor devolvido pela União ao Estado de São Paulo. Da mesma forma, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são dois Estados que pagam mais em impostos do que recebem em retorno.

Quero crer, Sr. Presidente, que o Governo Federal tem conhecimento desses números. E, se ele está consciente dessa discrepância, não há que se falar em dívida. Quem está em dívida na verdade é a União, que fica com a maior fatia do que é produzido nesses Estados, repassa a eles esmolas e espera que os Governadores façam milagre.

Nós não tínhamos que estar aqui debatendo a renegociação das dívidas de Estados que enviam muito mais dinheiro à União do que recebem dela. Justamente



por serem mais desenvolvidos, possuem necessidade de financiamento muito maior para quitar suas contas.

Deveríamos estar aqui debatendo essa disparidade em que a União fica com a maior fatia do bolo. Hoje, são o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul que estão aqui de joelhos implorando esmola do Governo Federal. Amanhã pode ser o meu querido Estado de São Paulo, que responde, sozinho, por 31% de tudo o que é produzido no País.

O povo brasileiro — paulistas, cariocas, gaúchos, mineiros, paranaenses e todos os demais que constituem este nosso grande País — não merece estar de joelhos, quando quem deve, de fato, é o Governo Federal. Isso não está certo! Isso não é justo com quem produz!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PEPE VARGAS (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós queremos chamar a atenção não só da população brasileira, mas também deste Plenário, inclusive dos Governadores, porque há alternativas distintas desta que o Governo Temer está apresentando para renegociar a dívida dos Estados. Inclusive, o Deputado Afonso Florence, da bancada do Partido dos Trabalhadores, tem se esmerado muito e apresentou um substitutivo a esta proposta que o Governo apresentou.

Qual o grande problema desta proposta que o Governo apresentou? Em primeiro lugar, ela faz com que, por 36 meses, os Estados não tenham que pagar as parcelas da dívida. Entretanto, quando voltarem a pagar, essa dívida estará aumentada, vai ser maior, porque continuam incidindo juros e serviços sobre a dívida. Portanto, quando forem retomados os pagamentos, as parcelas serão maiores. Além do mais, há um conjunto de exigências que fará com que a economia desses Estados venha a se ressentir muito. Ao impedir que haja reajustamento salarial, haverá uma queda do poder aquisitivo de servidores públicos, conseqüentemente o comércio, os serviços e a indústria se ressentirão dessa queda de renda de parcela da população que faz a economia girar melhor. Além disso, a proposta impede a realização de concursos públicos, como, por exemplo, para a área da segurança, que tem histórica defasagem.

Os Estados também não poderão fazer financiamentos, mesmo que tenham espaço fiscal para fazê-los, para investir na infraestrutura, como construir estradas e outros equipamentos públicos importantes, inclusive para movimentar a cadeia produtiva da construção civil, que gera emprego e renda. Os Estados só poderão fazer financiamentos para fins de ajuste fiscal.



Essa ideia de que é preciso cortar, de que é preciso fazer ajuste, ajuste e ajuste não resolve o problema. Os Estados brasileiros já viveram isso na década de 90, e isso nos levou a uma crise ainda pior. Portanto, há alternativas a isso.

Nós queremos rejeitar a proposta e aprovar o substitutivo que segue o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal e cria alternativa aos Estados que não é tão dispendiosa como esta apresentada pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a matéria, de fato, é controversa. Nós tentamos votá-la com esses critérios em dezembro e não conseguimos aprová-la aqui na Câmara. E houve o veto do Presidente Temer ao projeto que aprovamos.

Eu prefiro ver este projeto de lei não como um socorro ao Rio de Janeiro, a Minas Gerais ou ao Rio Grande do Sul, mas como um aprimoramento, uma melhora, um mecanismo que vai tornar a Lei de Responsabilidade Fiscal mais segura para Estados que no futuro terão problemas com questões macroeconômicas ou mesmo questões históricas de gestão, como nesses Estados, cujos problemas não surgiram nos últimos 6 meses, 1 ano ou 2 anos. São problemas que se vêm acumulando ao longo de décadas e também vêm combinados com uma grande crise nos fundamentos macroeconômicos da nossa economia.

Por isso, eu prefiro ver a votação deste projeto, hoje, como uma melhoria, um mecanismo para ajudar a Lei de Responsabilidade Fiscal a trabalhar e auxiliar os gestores dos Estados.



O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Vitor Valim votou com o partido na votação passada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, que o Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, faz uso da máquina pública para atender aos seus interesses pessoais é algo que o Ministério Público já constatou há algum tempo, em alguns casos. E, finalmente, o TRE da Paraíba vai julgar uma dessas ações, depois de mais da metade do mandato já cumprido. Mas, além de usar a máquina pública para atender aos seus interesses pessoais, o Governador Ricardo Coutinho vai além e deixa de cumprir com suas obrigações públicas.

Quero destacar aqui, com a indignação que o tema merece, a retaliação do atual Governo da Paraíba com a Universidade Estadual da Paraíba — UEPB. A instituição entra em greve amanhã, pela falta de repasse de recursos, por essa retaliação do Governo Estadual.

Espero que, em cumprimento de uma obrigação pública, haja, Sr. Presidente, mudança de conduta no Governo do Estado da Paraíba.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

Em seguida, concederei a palavra a V.Exa., Deputado Rubens Bueno.



O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero ressaltar desta tribuna que está conosco aqui o Governador José Ivo Sartori.

Estou ouvindo aqui, Governador Ivo Sartori, dos nossos colegas da Oposição no Rio Grande do Sul, que o ex-Governador Tarso Genro está criticando, agora, o fato de que o Governo não vai poder dar aumento, pela proposta que o Presidente Michel Temer apresentou.

Agora vejam a irresponsabilidade do Governo anterior. O aumento para os professores foi dado praticamente às vésperas da eleição de 2014. Esse aumento foi de 14% e passaria a vigorar, logicamente, de 2015 para frente.

O aumento para o pessoal da segurança eu até entendo que era necessário, mas deram aumento de 31%, que passaria a vigorar em 2015, 2016, 2017 e 2018. Ele não pagou, mas fez com o Governador Sartori pagasse o aumento dos funcionários da segurança. Eu até entendo que seja justo, Deputado Giovani Feltes, mas o problema é a irresponsabilidade daquele que estava com a chave do cofre na mão.

E quanto aos depósitos judiciais? Ele pagava a folha e reclama que o pagamento está sendo parcelado agora. Só que, quando chegava o final do mês, ele lançava mão dos depósitos judiciais para pagar os funcionários. Ele usou quase 7 bilhões de reais desse jeito. E o Governo Sartori paga hoje quase 1 bilhão de reais em juros pela irresponsabilidade do Governo anterior. Dessa forma é fácil governar, é só jogar para os outros: *“Eu não pago nada. Quem me suceder vai pagar”*.



Por isso nós estamos a favor desta renegociação. Entendo que é uma oportunidade que o Presidente Michel Temer está dando aos Governadores dos Estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos destacar claramente a questão colocada pela Oposição em plenário. Esta proposta é para buscar o equilíbrio fiscal. Sem isso, o País não sairá da crise em que se encontra e será levado a quê? Será levado a uma situação de insolvência.

Nós vivemos a maior recessão da história no último período, e isso é obra, é um legado do PT e dos seus aliados. Assim foi no Rio Grande do Sul; assim foi com os seus aliados no Rio de Janeiro.

É importante destacar que este projeto não obriga os Estados a atenderem ao que manda a lei. Os Estados vão participar se quiserem. É voluntária a participação dos Estados na negociação prevista neste projeto apresentado pelo Relator, o Deputado do Rio de Janeiro Pedro Paulo.

É um prazer muito grande estar aqui não só para falar sobre o relatório, mas também para dizer que é preciso buscar o equilíbrio fiscal. Este é o momento mais importante para o País sair da crise. E este projeto é parte dele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Danilo Cabral.



O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer um registro. Na manhã do último dia 5, um crime bárbaro chocou o povo de Pernambuco. A fisioterapeuta Tássia Mirella Sena de Araújo, de 28 anos, foi estuprada, torturada e morta com uma facada no pescoço, dentro de sua casa, em Recife. O vizinho dela, o comerciante Edvan Luiz, foi preso em flagrante.

Infelizmente, a tragédia que abateu Mirella não é um caso isolado. No Brasil, a cada 5 minutos, uma mulher sofre algum tipo de violência. De acordo com os resultados do *Mapa da Violência de 2015*, morreram 13 mulheres por dia no ano de 2013. O Brasil é o quinto país do mundo em número de feminicídios.

O feminicídio é a resultante extrema da cultura do machismo, que inferioriza a mulher e a vê como objeto, a ponto de torná-la vulnerável ao assédio, ao estupro e à morte.

Aqui eu faço o registro das palavras da mãe da vítima, Suely Araújo, que disse exatamente que foi o machismo que matou a sua filha. Isso não é mais admissível no mundo de hoje.

Quero deixar aqui a minha solidariedade à família.

Não ao feminicídio! Basta de machismo! Somos todos Mirella!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na manhã do último dia 5, um crime bárbaro chocou o povo de Pernambuco. A fisioterapeuta Tássia Mirella Sena de Araújo, de 28 anos, foi estuprada, torturada e morta com uma facada no pescoço,



dentro de sua casa em Recife, Pernambuco. O vizinho dela, o comerciante Edvan Luiz da Silva, de 32 anos, foi preso em flagrante pelo crime.

Infelizmente, a tragédia que abateu Mirella não é um caso isolado. No Brasil, a cada 5 minutos uma mulher sofre algum tipo de violência. E, de acordo com o *Mapa da Violência 2015*, morreram 13 mulheres por dia no ano de 2013. O Brasil é o quinto em número de feminicídios no mundo.

Por que o Brasil se destaca negativamente com esses índices? Muitas vezes, o senso comum relaciona os casos de estupro e feminicídio a pessoas desequilibradas, impulsivas ou que possuem problemas psíquicos. Teria o Brasil mais pessoas com essas características do que os demais países? Obviamente, isso não responde ao problema! O feminicídio é a resultante extrema da cultura do machismo, que inferioriza a mulher e a vê como objeto, a ponto de torná-la vulnerável ao assédio, ao estupro e à morte.

A cultura machista é transmitida de pai para filho e é reforçada todos os dias em músicas, programas televisivos, propagandas, entrando diariamente em nossas casas pelo rádio e pela televisão, influenciando nossas crianças e seus pais.

Recentemente, nós nos deparamos com o caso de assédio protagonizado pelo ator José Mayer. E, no mesmo dia, a Polícia Civil de Minas Gerais indiciou o cantor Victor Chaves, da dupla Victor e Léo, por suspeita de agredir a mulher, que está grávida. Não fossem as imagens, a vítima estaria até agora tentando justificar as dúvidas levantadas desde o início do episódio sobre sua sanidade — como se uma acusação desse calibre trouxesse a ela algum benefício.

Zé Mayer e Victor Chaves não são casos isolados. Eles são parte de uma cultura na qual o machão da novela tem *status* de galã e protagonista e músicas que



vangloriam o perfil de comportamento masculino bruto e rústico fazem sucesso nas rádios.

Nesse mesmo texto, nós nos deparamos com o lamentável discurso machista do Deputado Jair Bolsonaro proferido no último dia 3 de abril, no clube Hebraica. Ao se referir ao nascimento de sua filha, Bolsonaro alegou que o fato de nascer uma mulher dentre seus filhos homens foi decorrente de “fraqueza” de sua parte. Isso é um verdadeiro absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Rodrigo Maia, eu queria fazer um registro importante.

Estamos aqui com uma comitiva de Santa Maria: o Vereador Admar Pozzobom, que é irmão do Prefeito de Santa Maria e Presidente da Câmara Municipal; o Vereador Vanderlei Araujo, do Partido Progressista; e o Vereador Mano. São líderes importantes naquela cidade e trazem projetos e pleitos importantes do Município de Santa Maria, juntamente com o nosso Vice-Prefeito, Sergio Cechin.

Quero registrar que os projetos que aqui estão sendo encaminhados aqui são de interesse da comunidade de Santa Maria, e o nosso gabinete faz questão de fazer a apresentação de todos esses projetos, programas e iniciativas importantes para melhorar a vida de toda a comunidade santa-mariense.

Fazendo esse registro, agradeço ao Presidente e peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”. O PMB não vota em projetos que retiram direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos e dos aposentados, e este projeto é nocivo para o Estado de Minas Gerais.

Nós já apresentamos aqui a nossa sugestão. Há possibilidade de se fazer o encontro de contas com a Lei Kandir. Essa dívida apresentada o Estado de Minas Gerais não reconhece, porque ele tem uma dívida a receber do Governo Federal. Que se faça esse encontro de contas e não se prejudique o conjunto da população.

O projeto prevê aumento da alíquota de contribuição previdenciária, que passará de 11% para 14%, e proíbe o Governo de contrair empréstimos para programas importantes, como os de infraestrutura. Então, é um projeto que, com certeza, vai dificultar mais ainda o desenvolvimento e a geração de emprego e de renda neste momento difícil do nosso País.

Nós somos totalmente contrários a este projeto, da mesma maneira como o PMB é contrário à reforma da previdência e à reforma trabalhista.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 234;

NÃO: 39.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a respeito da reformulação de voto pelo Deputado Pedro Paulo, S.Exa. apenas diz que, no parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ele vota pela aprovação parcial da Emenda nº 33. Na Comissão de Finanças e Tributação, ele diz a mesma coisa. Entretanto, no parecer não está destacada qual é essa reformulação parcial. Se fosse total, seria a emenda toda. Como ele diz parcial, mas não destaca o que é o parcial, impede-nos de avaliar se essa alteração é substancial, é fundamental ou não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço ao Relator que procure o Deputado Arnaldo Faria de Sá para esclarecer o questionamento do Deputado.

O SR. ASSIS DO COUTO (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nesta votação votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós ainda estamos votando o requerimento, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, mas S.Exa. tem de esclarecer isso antes de votarmos qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro, eu ainda estou votando o requerimento, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do Artigo 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra do interstício para a votação nominal da admissibilidade dos destaques simples apresentado ao PLP 343/17.

Sala das Sessões, 11/04/17

Deputado Carlos Zarattini



O SR. RÔNEY NEMER (Bloco/PP-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, na última votação, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra
ao Deputado Henrique Fontana. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até em homenagem ao Governador Pezão,
que está aqui batalhando muito nesta votação, nós gostaríamos de retirar esse
requerimento.



O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga para falar como Líder, pela Liderança do PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos que assistem à sessão neste momento, para aqueles que ainda acham que a aprovação desta matéria beneficia o Rio de Janeiro e outros Estados brasileiros quero ler para V.Exas. a nota do MUSPE, o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais, que é composto por 42 entidades sindicais e associativas:

O MUSPE — Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais — composto por 42 entidades sindicais e associativas, vem, através deste documento, manifestar-se sobre o PLP 343/2017 (...).

Pedem eles:

1 - Rejeição integral e imediata do PLP 343/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e DF — “Pacote de Maldades do Michel Temer”, principalmente no que tange aos artigos 2º, 8º, 11º e 12º, I.

2 - Auxílio da União ao Rio de Janeiro sem as gravosas contrapartidas à população e aos servidores. Para isso, basta que o Governo Federal realize o necessário encontro de contas da dívida da União com o



Estado do Rio, na ordem de R\$ 50 bilhões, através da regulamentação e aplicação da Lei Kandir.

3 - Suspensão imediata e revisão das isenções fiscais das empresas inscritas na Dívida Ativa Estadual e/ou que não comprovarem a contrapartida exigida pela lei ou decreto que instituiu a isenção, bem como as que foram concedidas por decreto, à revelia dos necessários processos legislativos, o que diminui as chances de fiscalização e menospreza o papel do legislador. (...)

Concluo:

O MUSPE vem trabalhando intensamente, em defesa do Estado. Temos um compromisso com centenas de milhares de servidores. Esta responsabilidade nos obriga a alertar V.Exas. que a insistência na aprovação desse pacote do Governo pode gerar forte comoção em todo o Estado.

Não tem sido fácil para as lideranças controlar a imensa massa de servidores frustrados, lesados e revoltados. Temos tentado uma solução para os problemas. Esperamos que os membros desta Casa Legislativa ajam com a costumeira responsabilidade, no sentido de não impor à sociedade e aos servidores a conta por uma crise a que estes não deram causa, sob



pena de se perder o comando do controle social, o que pode gerar consequências imprevisíveis.

Por fim, comunicamos que o MUSPE vem se organizando para recepcionar os Deputados nos aeroportos e em suas bases eleitorais, tornando pública a posição de cada Parlamentar.

A matéria em apreciação não ajuda o Rio de Janeiro, não ajuda os outros Estados e não deve prosperar.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de dispensa de interstício com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, dispensa do interstício para nova verificação de votação na votação da admissibilidade dos destaques simples.

Sala de Sessões, em 11 de abril de 2017.

Deputado Baleia Rossi



O SR. FRANCISCO FLORIANO (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação o Deputado Francisco Floriano votou com o partido.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PHS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última votação o Deputado Marcelo Aro votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna me manifestar contrariamente à aprovação desse projeto nos termos trazidos e falar a favor da quebra de interstício no que diz respeito à admissibilidade dos destaques simples.

Essa matéria pune duramente o Rio de Janeiro, o seu povo e os servidores em especial e não exige da União aquilo que ela deve ao Estado. A União deve cerca de 50 bilhões de reais ao Estado do Rio de Janeiro.

No entanto, em vez de fazer um acerto de contas, a União exige do Rio de Janeiro sacrifícios inaceitáveis e medidas absurdas. Exige, por exemplo, para a privatização de qualquer empresa pública do Estado, que um representante dos credores seja colocado dentro da empresa pública, para que ela seja privatizada de acordo com o interesse dos credores.

Essa proposta fere duramente a Federação e é inconstitucional, porque prevê que todas as medidas a serem adotadas por um Estado devam ser aprovadas por um conselho, formado por três representantes do Governo Federal, sem que haja a oitiva de qualquer representante do Governo Estadual. Prevê também o aumento da



contribuição previdenciária dos servidores. Portanto, os servidores, que não são culpados pela crise, terão que pagar a conta. É uma proposta que foi apresentada pelo Governo Federal de maneira muito dura.

Eu tenho a absoluta convicção de que se tentou reduzir, no parecer do Relator, os efeitos perversos dessa proposta, mas ela permanece insatisfatória do ponto de vista do povo e dos servidores do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, neste momento de enorme dificuldade por que passa o Rio de Janeiro, o correto seria começar a negociação com o encontro de contas, Deputado Glauber Braga, assim como pede os servidores estaduais através do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais — MUSPE, cuja manifestação V.Exa. leu dessa tribuna.

Devemos fazer o encontro de contas e socorrer o Rio de Janeiro, cujo Governador é do mesmo partido do Presidente da República. Isso, no entanto, em vez de servir para um mínimo de compreensão, de solidariedade ao sofrido povo do Rio de Janeiro, tem servido para a imposição de medidas duras e amargas de um Governo que não está preocupado com a popularidade, com a população em si, nem com o sofrimento do povo do Rio de Janeiro, em especial dos servidores públicos, que irão pagar a conta dessa crise.

Por essa razão, Sr. Presidente, trago o meu repúdio a essa proposta injusta, perversa; o meu voto contrário a essa matéria, no principal; e o meu voto favorável à quebra de interstício da admissibilidade dos destaques simples.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP?



O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PP vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JONY MARCOS (PRB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, o Deputado Jony Marcos votou com o PRB na última votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão
do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que o Relator pudesse se explicar, porque
ele pegou parte de uma emenda e juntou com outra. Na verdade, fica um texto
incompreensível. (*Pausa.*)

O Relator está aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Pedro Paulo, V.Exa. pode ir
até o Deputado Arnaldo Faria de Sá explicar?

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Eu já expliquei
ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, mas ele quer que eu o faça publicamente. É
simples: eu fiz a junção da Emenda nº 64, de autoria do Deputado Mauro Pereira,
com a Emenda nº 33, de autoria do Deputado Otavio Leite. Peguei a redação inteira
da Emenda nº 64 e apenas uma parte da redação da Emenda nº 33. Eu enxertei o
texto na Emenda nº 64, que se transformou na alínea “d” do art. 8º.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, diante do que fala o
Relator, eu acho que nós precisamos de um texto redacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O texto já foi distribuído.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, no texto, não há a informação da qual
o Relator fala. Ele diz que ele pega um pedaço da Emenda nº 33, junta com a
Emenda nº 64 e produz um novo texto. Esse texto tem que ser digitado e
disponibilizado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O texto está na mão dele. V.Exa. já distribuiu o texto?

O SR. PEDRO PAULO - O texto já está distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu estou com o texto na mão, que é diferente do que ele está falando.

Na verdade, o que é necessário fazer? É necessário fazer uma redação e distribuí-la a nós todos. Isso é o mínimo! Essa é uma matéria da mais alta importância.

Ele pega o pedaço de um texto, junta com outro, e aí temos que votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Relator fez a redação? *(Pausa.)*

Então, entregue a redação ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Não precisa falar, Deputado Pedro Paulo. Entregue a redação a ele.

O SR. PEDRO PAULO - A redação já está entregue.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ótimo!

Orientação de bancada.

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. PEDRO PAULO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base do Governo toda vota "sim".

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*



Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSB? (*Pausa.*),

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como eu tinha informado que daria, com calma, prazo para a apresentação de destaques, por causa da nova redação, informo que em mais 5 minutos encerro o prazo para a apresentação de destaques.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não é só isso, Sr. Presidente. Eu não sei se V.Exa. viu o que foi distribuído. Não é o novo parecer. Eu posso ler para V.Exa. um trecho, é claro:

Reformulação de Parecer pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Eu gostaria de continuar:

Reformulo o parecer proferido em 5 de abril de 2017 relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, para acrescentar voto pela aprovação parcial da Emenda nº 33 e pela aprovação total das Emendas nºs 56 e 64.

Que parte da Emenda nº 33 afinal de contas foi recebida pelo Relator?

O mesmo se dá depois com relação à aprovação total das emendas:



(...) na forma da subemenda substitutiva global que
ora submeto ao Plenário (...)

Eu não tenho — não sei se o Deputado Arnaldo a tem — a subemenda substitutiva global.

Eu penso que, para termos a fidelidade do que está sendo votado, quem considerar que isso aqui é o parecer, publique-o agora no *site* da Câmara, para que se possa discutir depois se os Deputados sabiam o que estava sendo votado. Com esse material que temos em mãos, não dá para receber.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, há uma subemenda que foi apresentada — está aqui na minha frente — e distribuída.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Nós precisaríamos ter essa subemenda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas foi distribuída. Quem ficou responsável pela distribuição da subemenda? (*Pausa.*)

Os partidos receberam? (*Pausa.*)

O SR. MIRO TEIXEIRA - Aqui deste lado, a resposta é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está aqui a subemenda. A Deputada Laura Carneiro está com ela na mão. Os partidos receberam.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto é de acordo com o partido.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - De qualquer maneira, a Rede vai votar, diante de tudo isso, pela quebra de interstício. É bom que votemos nominalmente.

Para aqueles que nos assistem, quebrar o interstício significa a possibilidade de termos uma votação nominal seguida da outra, sem o intervalo de 1 hora.



Então, votamos “sim” à quebra de interstício, protestando pelo conhecimento do que está sendo votado.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, é evidente que...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. CARLOS ZARATTINI - Eu não orientei ainda, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL ALMEIDA - Espere aí! Quero encaminhar! Calma, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE - Orientação!

O SR. CARLOS ZARATTINI - V.Exa. não me chamou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Chamei o PT, sim.

Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que o PCdoB vota pela quebra do interstício e considera necessário que haja um tempo para esse substitutivo. E 5 minutos é um tempo muito exíguo para analisar e apresentar destaque a esse substitutivo, sem naturalmente, Sr. Presidente, deixarmos de levar em conta os aspectos que já reforçamos aqui sobre o mérito.

Prestamos toda a solidariedade ao Estado do Rio de Janeiro, mas não é disso que se trata. Se o Governo Temer quisesse resolver o problema do Rio de Janeiro, era só ter sancionado o projeto que aprovamos aqui anteriormente, mas ele fez o veto.

Eu quero insistir mais uma vez que o caminho adequado é pautar o veto que o Presidente Temer fez, para deliberar sobre ele. Não sendo isso, nós queremos discutir cada item, cada parágrafo, cada artigo. Por isso a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é evidente que essa proposta transforma a União numa agência de agiotagem. Há uma intervenção nos Estados que não é dita, não é esclarecida. Ela



desrespeita claramente a autonomia dos Estados, do Poder Judiciário estadual e do Ministério Público Estadual. Mais do que isso: sequestra receitas de impostos, como o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis, o ICMS, o IPVA, o Imposto de Renda, 20% de qualquer imposto. Onde nós vamos parar? Vender as estatais que eles quiserem?!

A nova versão do Relator não deixa só bancos, empresas de saneamento e eletricidade. Ele abre a privatização a qualquer bem do Estado. Isso aqui é uma vergonha! É criminoso esse projeto privatizante!

O PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT apresentou um substitutivo ao projeto do Relator que propõe, sim, que haja a renegociação da dívida dos Estados, mas que não se limita à negociação de três Estados, até porque — nós vamos distribuir uma tabela para todos os Deputados verem — temos muitos outros Estados que vão entrar na fila da quebradeira. E precisamos evitar a quebradeira.

Então, o nosso substitutivo, além disso, propõe que as contrapartidas dos Estados sejam negociadas caso a caso. E o que a base do Governo quer é evitar a votação nominal desse nosso substitutivo.

Por isso, é importante que os partidos de oposição marquem obstrução, para que não haja a quebra de interstício e possamos votar nominalmente aqui, a fim de saber quem é a favor do projeto que arrocha os Estados e que vai levar à quebra definitiva do Rio de Janeiro e quem quer efetivamente recuperar a economia dos Estados.



O SR. ENIO VERRI - Sr. Presidente, pela Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra. (*Pausa.*)

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PCdoB altera o voto, estamos em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que nem todos orientaram e já está aberta a votação. Eu recomendo que se cumpra o Regimento, e esperemos a fala de todos.

Em segundo lugar, entendemos que é possível, sim, fazer uma renegociação, é possível construir uma alternativa, mas o que está apresentado é muito ruim para todos os Estados, tanto para os que estão desesperados hoje como para os que ficarão muito em breve. Propõe-se ampliar a recessão nos Estados, daqui a 3 anos a crise será duplicada, e nós não teremos alternativa.

Quero destacar que a retirada dos incentivos dados às empresas, tanto de 20% como essa nova proposta de 10%, fará com que as empresas que estão localizadas nesses três Estados imediatamente saiam destes para irem para as outras 24 Unidades da Federação, a fim de obter as mesmas vantagens, aumentando, portanto, ainda mais o desemprego.

De acordo com esse conceito, nós entramos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?



O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Este PLP é uma espécie de Robin Hood às avessas, ao contrário, porque não proporciona a discussão, a revisão do pacto federativo.

Mario Lago já dizia que uma cidade parece pequena se comparada com o país, mas é na cidade que se começa a ser feliz. O cidadão mora e vive no Município, e, a cada dia que passa, Municípios e Estados assumem mais e mais atribuições que são da União. Defendo a revisão total do pacto federativo.

Não reconhecemos a dívida que o Governo Federal imputa ao Estado de Minas Gerais, uma agiotagem, uma dívida astronômica. Poderia ser feito o encontro de contas. Minas Gerais tem muito a receber da Lei Kandir. Se o Governo Federal pagar o que deve a Minas, em vez de Minas passar a ser um Estado devedor, será um Estado credor.

Então, há alternativas, e estamos apresentando a solução. O que não aceitamos, de jeito nenhum, é que seja jogado tudo nas costas do povo, dos servidores públicos, dos aposentados, prejudicando os concursos públicos, o Ministério Público, o Judiciário e a Defensoria Pública.

Por isso, estamos em obstrução.

O SR. JOSE STÉDILE (PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado Mandetta votou com o partido.

O SR. ROBERTO BRITTO (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Roberto Britto, na última votação, votou conforme a orientação do Partido Progressista.



O SR. ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente.,,

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, reafirmamos o nosso compromisso: queremos contribuir com o povo do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, mas não poderemos deixar os demais Estados da Federação de fora deste projeto.

Apelamos para o Governo que inclua também o Estado do Piauí e outros Estados. Não podemos permitir que os Estados quebrem, para poderem entrar nessa negociação.

Portanto, Sr. Presidente, queremos reafirmar o nosso compromisso, sem entrar no jogo, muitas vezes, de algumas lideranças que gratuitamente ficam agredindo o PT e outros governos. Quem quebrou Minas Gerais? Sabemos que certamente não foi o PT. Quem quebrou o Rio de Janeiro? Certamente não foi o PT. O Rio Grande do Sul há mais de 60 anos não reelege um Governador, porque está quebrado. Então, é preciso um pouco de paciência.

É importante que tenhamos aqui, Sr. Presidente, uma proposta que contribua com o Rio de Janeiro, com Minas Gerais e com o Rio Grande do Sul, mas também protejamos os demais Estados da Federação, porque somente neste ano serão 7 bilhões que deixarão de ser recolhidos, o que, vezes 6 anos, dá 42 bilhões. Este valor não entrará mais nos cofres dos outros Estados, que estão sendo excluídos.

O nosso apelo é para que este Governo, por mais insensível que seja, compreenda que não pode permitir que os outros Estados que ainda não quebraram também venham a quebrar. É apenas esse o nosso apelo.



Nós queremos, Deputado Pedro Paulo, contribuir com o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul, mas apelamos a V.Exa. para que os demais Estados da Federação também sejam incluídos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede muda para obstrução.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Alex Manente votou com o partido na última votação.

O SR. VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Victor Mendes votou com o partido.

O SR. GENECIAS NORONHA (SD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Genecias Noronha, se aqui estivesse, votaria com o partido nas últimas votações.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Mudem o painel, por favor! A Rede mudou para obstrução.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero fazer um apelo: peço aos Deputados que venham ao plenário votar. Essa matéria é importante não só para o Rio de Janeiro, mas para todos os Estados. Os Estados não estão necessitando agora, mas podem necessitar nos próximos meses.

Essa matéria é transparente, clara. Existem milhares de funcionários públicos que dependem da decisão da Câmara dos Deputados. Eu faço este apelo. Essa



matéria não é do PMDB, nem do PT, nem do PSDB, nem do DEM, nem de nenhum partido. Essa é uma matéria importante, transparente.

Os Estados terão que fazer as suas obrigações. O Governo Federal está propondo uma forma transparente e clara. Não há nada às escondidas. Milhares de pessoas dependem dessa matéria. Eu peço encarecidamente aos Deputados que votem.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero falar sobre um assunto muito importante para o Brasil nesse momento, que é a segurança pública. A segurança pública, por exemplo, será atingida frontalmente se essa matéria não for aprovada. O Rio de Janeiro precisa desse socorro nesse momento, mas outros Estados poderão vir a se beneficiar dessa votação aqui assim que precisarem. Já imaginaram o Estado do Rio de Janeiro ter um problema com a segurança pública, a exemplo do que aconteceu no Espírito Santo, que já tem um problema? E se isso se agravar?

Então, eu peço encarecidamente aos Deputados que venham votar essa matéria. Esse projeto que estamos aprovando aqui hoje é muito importante para o Brasil e para cada Estado que venha a necessitar desses recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria apenas de esclarecer que, percebendo que o requerimento seria usado para impedir a votação nominal do próximo projeto, a nossa orientação mudou para obstrução. Por isso, estamos obstruindo a matéria, para garantir a votação nominal do próximo projeto.

Aliás, essa é uma boa oportunidade para todo o mundo que entende que o projeto é bom deixar a sua marca nele, por meio de uma votação nominal. Assim,



cada um poderá deixar clara a sua posição, de acordo com a sua convicção, Sr. Presidente.

O SR. SILAS FREIRE (PR-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade, o momento é de solidariedade. Nós queremos ajudar o Rio de Janeiro e os outros Estados. Todos os Estados da Federação já precisaram também de uma redivisão, como ocorreu no caso dos *royalties*, quando o Rio de Janeiro foi para a Justiça a fim de não dividir a riqueza. Porém, agora, o Rio de Janeiro quer dividir a pobreza, por exemplo, com o meu Estado do Piauí. Eu não tenho nada contra. Nós somos solidários.

Agora está ajuizado. Quando os *royalties* eram a fortuna do País, o Rio se negava a dividir essas riquezas com os outros Estados, alegando que era unicamente dele; hoje o Rio está precisando — como o mundo dá voltas. Então, vamos ser solidários.

Espero que o Governo cumpra a palavra com os Estados, com o meu Estado, o Piauí, de alongamento da dívida, por exemplo, do BNDES. É bom que se diga que os servidores não se enquadram nas mesmas regras. E o Piauí não precisa aderir a esse programa, porque são endividamentos diferenciados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Julio Lopes.

O SR. JULIO LOPES (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na realidade estamos criando — é a proposta do Governo Michel Temer — uma legislação para aqueles Estados que estão em dificuldade, o que equivaleria dizer que nós estamos criando a lei das concordatas para os Estados.



Obviamente todos os Estados têm pleitos, reivindicações. Mas há que se ter um conjunto de qualificações para se habilitar a essa lei, que cria uma nova plataforma, que cria um novo instrumento legal. Dessa forma, a legislação brasileira enquadrará os Estados que têm problema momentâneo para pagamento de funcionários, para pagamento de aposentados e pensionistas.

Trata-se da criação de um novo instrumento legal a que todos os Estados brasileiros possam se habilitar. Entretanto, neste momento, poderão fazer uso da lei aqueles que já estão em situação equivalente à concordata, Sr. Presidente.

Portanto, vamos pedir a toda a bancada e a todos bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DELEGADO WALDIR (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que assistem à *TV Câmara* neste momento, lembro a todos que, ao longo dos últimos anos, vários Governadores foram incompetentes, quebraram seus Estados. E quem vai pagar a conta agora? Todo o Brasil vai pagar a conta pela incompetência de vários Governadores? Os Governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás foram incompetentes; muita corrupção; são dois ex-Governadores do Rio de Janeiro presos; e o que vamos fazer? Dar mais dinheiro aos Estados? Vamos mandar a raposa cuidar do parreiral? É uma vergonha o que vamos fazer aqui! Nós não podemos fazer isso, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, não votem contra os servidores dos seus Estados. Não se esqueçam de que no ano que vem haverá eleição, e V.Exas. serão lembrados...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço aos colegas Parlamentares que, como eu, querem resolver de fato o problema da dívida dos Estados que entrem em obstrução neste momento.

Precisamos derrubar essa tentativa, que não é de solucionar a dívida, mas de simplesmente postergar o pagamento por 3 anos, de aumentar a dívida de todos os Estados — no caso do Rio Grande do Sul, vai aumentar em quase 25 bilhões de reais — e inviabilizar a vida futura desses Estados. Como eu tenho dito, vale mais a pena terminar com a eleição para Governador, não é preciso mais eleger Governador, coloca-se um interventor que o Governo Federal decide.

O Rio Grande do Sul não pode se ajoelhar diante dessa proposta indecente e aceitar vender o resto da CEEE, da CORSAN, do BANRISUL. Essa proposta não serve ao Brasil.

Peço aos Deputados que entrem em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

O SR. ASSIS MELO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Assis Melo.

Em seguida, falarão os Deputados Júlio Delgado, Gilberto Nascimento e Alexandre Leite.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado nos Anais da Casa a posição do nosso partido não só em âmbito nacional, mas também em âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.



Esta proposta inviabiliza a contratação de novos profissionais, nas áreas da segurança, da saúde e da educação, e também congela o salário dos atuais funcionários públicos. Por isso queremos deixar registrado nesta Casa a posição do nosso partido no Estado do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer ao conhecimento desta Casa e do povo brasileiro que nos acompanha por meio dos veículos de comunicação e pelas redes sociais o posicionamento do PCdoB do Rio Grande do Sul sobre o acordo de renegociação da dívida do Estado, proposto pelo Presidente golpista Michel Temer e defendido pelo Governador Ivo Sartori.

Muito embora a suspensão dos pagamentos das prestações de dívida por 36 meses, proposta no Projeto de Lei Complementar nº 343-A, de 2017, seja um desejo dos atuais Governadores e Prefeitos, as exigências e restrições impostas são completamente desarrazoadas, mesmo porque esses valores serão capitalizados e incorporados ao restante da dívida.

O conjunto das exigências inevitavelmente levará os Estados e Municípios a programas de desestatização, de precarização dos serviços públicos e de penalizações aos servidores, civis e militares.

No caso do Rio Grande do Sul, esse acordo de renegociação da dívida é uma “miragem”! Não solucionará o problema da crise e será péssimo para o Estado! As condições impostas pelo Governo Federal acarretarão um desmonte e endividamento ainda maiores para o Rio Grande do Sul.



Os salários dos trabalhadores continuarão sendo parcelados e, segundo as regras do acordo, será proibido contratar mais brigadianos, professores, médicos e profissionais de saúde. Outra exigência é o desmonte completo do Estado, com a privatização da CEEE, Companhia Riograndense de Mineração (CRM), SULGAS, CORSAN e até do BANRISUL.

Segundo a própria Secretaria da Fazenda (SEFAZ), a suspensão do pagamento por 36 meses aumentará ainda mais a dívida. Este valor será de R\$ 16 bilhões se considerar o efeito dos juros e da correção, conforme o Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (CEAPE). Ou seja, a dívida crescerá!

Em vez de defender o Rio Grande e questionar as condições do acordo impostas pelo Governo Temer, Sartori faz chantagem com a sociedade e o Parlamento gaúcho, para que se dobre a tais exigências.

Na prática, esta dívida já foi paga. Quando foi feito o acordo, em 1998, durante o Governo Brito, era de R\$ 9 bilhões. Já foram pagos R\$ 25 bilhões. No entanto, hoje a dívida está em R\$ 57 bilhões. Além disso, somente pelas compensações da Lei Kandir, a União deve cerca de R\$ 40 bilhões ao Rio Grande do Sul.

Há outro caminho para enfrentar a crise, mas isso Sartori não quer: o combate à sonegação que representa cerca de R\$ 7 bilhões ao ano; rever aquelas isenções que trazem pouco benefício ao Estado e somam cerca de R\$ 9 bilhões ao ano; recuperar as dívidas fiscais que hoje são cerca de R\$ 40 bilhões.



Ao contrário do que propõe Sartori, o Rio Grande precisa do fortalecimento do papel do Estado, com valorização e qualificação dos serviços públicos, sustentados no investimento e na promoção do desenvolvimento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pedi a palavra só para esclarecer a bancada do PSB.

Estamos votando “sim”, mas esta votação tem o efeito claro de fazer a quebra de interstício, esta ser nominal, e a votação do principal — muitos querem votar “não” a esse refinanciamento — não ser feita nominalmente, mas simbolicamente.

Portanto, informo àqueles que querem votar nominalmente a questão do projeto principal — isso vale tanto para a bancada do PSB como para as bancadas de todos os partidos — que o voto, para a questão da quebra de interstício, é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Júlio Delgado, como se trata de projeto de lei complementar, a votação é nominal.

Tem a palavra o Deputado Gilberto Nascimento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tenho observado nesta Casa Oposição e Governo se digladiarem todo o tempo.

É claro que temos que pensar que estamos num Brasil quebrado. O Brasil faliu. O Brasil quebrou. Mas não adianta imaginar a competência de PT, de PSDB.



Essa luta, neste momento, não importa. O que importa neste momento são os 13 milhões de desempregados. O que importa neste momento são os funcionários do Rio de Janeiro que, há 3 meses, não recebem seus salários. O que importa neste momento são os funcionários do Rio Grande do Sul que não recebem seus salários. Mas isso é o reflexo do que será daqui a algum tempo.

Eu vi, por exemplo, o relatório do Deputado Pedro Paulo — é perfeito o relatório. Porém, há algumas injustiças. O juro composto será um problema que, num futuro muito breve, vamos enfrentar novamente.

Eu perguntaria, por exemplo, com todo o respeito àqueles que fazem oposição: qual é a outra saída que se tem, se nós não temos neste momento a possibilidade de vermos este projeto aprovado para salvar o Rio de Janeiro — do Rio Grande ao grande Rio —, para tentarmos resolver o problema? Qual é a outra saída? Qual é a outra solução?

Por favor, não adianta mais ficarmos aqui obstruindo, obstruindo e não chegarmos a uma solução. Vamos tentar mostrar a saída. Se não temos outra saída, eu gostaria de pedir aos nossos companheiros nesta Casa: vamos votar o que temos aqui, porque é a única forma de tentarmos resolver hoje o problema que está aí. Daqui a 5 anos ou 10 anos, vamos enfrentá-lo novamente.

A Câmara tem que enfrentar o problema do Brasil como um todo, porque, infelizmente, as nossas contas públicas estão desajustadas, o nosso Governo não está ainda num caminho de desenvolvimento como nós gostaríamos, mas ainda assim temos que votar alguma coisa.



Por isso, eu vou votar favoravelmente a este projeto para salvar o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e talvez outros Estados que estejam em melancolia neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é fato que, no Brasil, praticamente todos os Estados brasileiros passam por dificuldade e arrocho financeiro. Foi dito aqui que São Paulo quebrou — São Paulo não quebrou, passa por arrocho financeiro.

Os Estados que podem atingir todos os pré-requisitos para aderir a este programa de recuperação falimentar de Estado são apenas Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Quero dizer também que “jogar para a galera” — dito popular — é fácil, mas os únicos três Estados que atingem os requisitos são esses, e o programa não é obrigatório. O programa é facultativo ao Estado que quebrou e atingiu todos os requisitos, e depende de anuência da União para a adesão. Então, é populismo “jogar para a galera” e dizer que os Estados vão perder dinheiro em detrimento de apenas esses três.

E o Estado de São Paulo ainda está longe de atingir qualquer um dos requisitos firmados neste diploma legal.

Obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

O SR. CABO DACIOLO - Sr. Presidente, o Deputado Cabo Daciolo é contra o projeto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 237;

NÃO: 27.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.



O SR. CABO DACIOLO - Sr. Presidente, eu quero fazer apenas uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra por 1 minuto.

O SR. CABO DACIOLO (Bloco/PTdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria fazer um pedido a todos os Parlamentares. Há um motivo para o Estado do Rio de Janeiro, que tem a segunda maior arrecadação do País, estar quebrado. Ele está quebrado hoje por causa da quadrilha Sérgio Cabral, quadrilha da qual o atual Governador, Pezão, também faz parte.

Eu quero dizer a todos que hoje foi preso o antigo Secretário Sérgio Côrtes, que faz parte dessa quadrilha. E quero colocar com clareza que está em volta desse Secretário o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. No período em que ele foi Secretário, o Corpo de Bombeiros foi colocado na área da saúde quando, na verdade, é da área da segurança pública.

Então, espero que o Ministério Público fique bem ligado nisto, porque os comandantes do Corpo de Bombeiros que faziam parte do Governo Sérgio Cabral — eu estou falando do Coronel Simões, do Coronel Alcântara e do Coronel Jerry — fazem parte dessa quadrilha.

Eu sou contra este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Raimundo Gomes de Matos votou com o partido na votação anterior.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votação em globo das admissibilidades dos requerimentos de destaque simples.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PP? (*Pausa.*)

Como vota o PMDB? (*Pausa.*)

Como vota o PT? (*Pausa.*)

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PMDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto de todos os partidos da base é “não”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um Deputado que me antecedeu perguntou se existe alternativa. Existe! A alternativa é o substitutivo global, que não impõe arrocho salarial para servidores públicos, professores, profissionais da educação, servidores da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública; e não obriga a privatização de empresas rentáveis no momento em que há uma queda da precificação de ativos.

Portanto, há um texto alternativo, que é o substitutivo global, apresentado pela Oposição. Parece que o Líder da base do Governo não tinha conhecimento disso.

Por isso, o PT vota pela admissibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)



O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. TONINHO PINHEIRO (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Toninho Pinheiro votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos votar necessariamente os destaques simples. Não existe motivo para que esta matéria seja votada a toque de caixa. O Estado do Rio de Janeiro e outros Estados do Brasil tem que dar de satisfação. Renegociar a dívida, sim. Mas renegociar a dívida com essas contrapartidas draconianas, colocando nas costas dos servidores e da população do Estado do Rio de Janeiro o peso de pagar essa conta, não, de maneira nenhuma!

O PSOL vai continuar obstruindo esta votação até o fim. Lembro aos senhores que não estão conseguindo ter o número suficiente de votos por se tratar de um projeto de lei complementar que exige 257 votos. Vamos continuar a obstrução até o Governo dar marcha à ré e retirar essas contrapartidas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. DELEGADO WALDIR (PR-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR orienta o voto “não”. Quero lembrar o seguinte: os Governadores quebraram os Estados com corrupção. Acho uma vergonha tirarmos dinheiro do caixa geral, de contribuições de todos os brasileiros, para dar a Estados cujos Governadores foram incompetentes e permitiram corrupção!



Considerando que temos na Constituição a ferramenta da intervenção federal, peço ao Presidente Temer que decrete intervenção federal no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os Governadores foram incompetentes! Eu penso que esse é o caminho. Essa é a orientação do PR.

Lembro mais: se o Governo Federal tem dinheiro para dar para Estado quebrado, não continue com a reforma da Previdência, que tira o dinheiro dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós votamos contra a votação em globo dos destaques simples. Mas está-se vendo pelo projeto que o Governo Federal tem os meios financeiros para negociar com os Estados. Do contrário, não abriria mão de recebimentos da dívida por 3 anos. Se ele está abrindo mão dessas parcelas, para cobrar daqui a 3 anos, é porque ele tem meios hoje de fazê-lo.

Porém, neste nosso ambiente de debate, em que a rigor não se consegue debater nada, vamos apenas reafirmar as posições anteriores, que justificam o nosso posicionamento de obstrução, embora eu creia que não haverá votação nominal.

Orientamos o voto “não” à votação em globo.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a votação pela aprovação do requerimento anterior de quebra de interstício será nominal?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só se alguém pedir, Deputada.



A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA - Mas a aprovação do requerimento anterior...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está autorizado. Mas alguém tem que pedir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria entende que o Governo Temer e todos os seus Ministros estão apontando para uma única saída da crise econômica não só dos Estados, mas também do País, o que não é verdade.

Na economia sempre há alternativas, sempre é possível se achar uma saída para a solução da crise dos Estados que não seja o arrocho, a privatização, o aumento do desemprego e, daqui a 3 anos, o aprofundamento da recessão.

A Minoria defende a negociação. Nós entendemos que é necessário e urgente que o Estado do Rio de Janeiro seja atendido, mas não da maneira como está sendo colocado. Já votamos aqui no passado o PLC 257/16. Era só convocarmos uma reunião do Congresso, derrubarmos o veto e estaria resolvido o problema dos Estados. Mas me parece que o Governo não pensa assim e quer, de fato, aprofundar a recessão.

Por isso, a Minoria orienta o voto “sim”.

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito embora o Solidariedade esteja acompanhando o posicionamento do Governo, eu quero dizer aos 70 Deputados de São Paulo que, no *ranking* de indicadores do regime de recuperação fiscal — as informações são do dia 27 de



março —, São Paulo já atinge dois dos três requisitos dentro da linha que permite entrar no regime de recuperação fiscal de insolvência fiscal.

Apenas para que todos saibam, quando se fala em despesa de pessoal e serviços com a dívida, São Paulo já atingiu 66,76%, quando o limite é 70%. Os Deputados de São Paulo que votarem esse projeto estarão votando “sim” contra os servidores públicos, contra os policiais civis e militares de São Paulo. Deixo isto aqui muito claro. Não tem mi-mi-mi, não!

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PT também está em obstrução. Peço para alterar para obstrução.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que foram favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança da Minoria orienta obstrução.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA - Sr. Presidente, peço a palavra pelo PCdoB. O partido não orientou.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL) - Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação concedida.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem pediu verificação? Não há dúvida, Sr. Presidente! Todo mundo orientou “não”!

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA - Não, não tem...

O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT muda a orientação para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não há dúvida de que isso aí é uma manobra do Governo para pedir votação nominal!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT está orientando “sim”, Deputado.

(Tumulto no plenário.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, não, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - Isso é manobra, isso é manobra! Já começou a manobra. Está faltando quórum e está faltando voto para o Governo, e começou a manobra!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está iniciada a votação.

(Tumulto no plenário.)

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, não, não, Sr. Presidente!

O SR. AFONSO FLORENCE - Não há quórum. Isso é manobra da Mesa! Está faltando voto para o Governo, e começou a manobra.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Alessandro Molon, olhe o painel, por favor, e veja o PDR, por favor!

O SR. ALESSANDRO MOLON - Quem ganhou...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ótimo. Pode, pode.

Há posições divergentes. É claro que pode.

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA - O PDT não pediu, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - Questão de ordem.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Havendo votação divergente, o Presidente consultará o Plenário se há dúvida quanto ao resultado proclamado, assegurando o oportunidade de formular os pedidos de verificação de votação.

Está resolvido o problema.



Vamos em frente! O processo de votação está em andamento.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 52. Nesse mesmo artigo diz que precisa... Quem ganhou...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posição divergente. Não diz que só o perdedor pode.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA - Sr. Presidente, quem pode pedir verificação é a parte que perdeu.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - A Oposição não quer votar.

O SR. JEFFERSON CAMPOS - Temos que votar aí, Sr. Presidente.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Vocês querem ganhar no golpe, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE - Encerra logo, então!

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não há dúvida, Sr. Presidente!

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem!

O SR. AFONSO FLORENCE - Encerre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Encerre, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já vou encerrar, Deputado Alessandro Molon.



O SR. ALESSANDRO MOLON - Encerre agora a votação, por favor, Sr. Presidente. Encerre!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ALESSANDRO MOLON - Obstrução é obstrução!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AFONSO FLORENCE - O artigo que V.Exa. citou...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arthur Lira. *(Pausa.)*

O SR. ALESSANDRO MOLON - O Deputado do PP...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. AFONSO FLORENCE - Já que eles não querem votar, encerre logo a sessão, Sr. Presidente!

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, não, não! Presidente, não há dúvida sobre o resultado!

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP muda a orientação e franqueia o pedido de verificação.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não há dúvida sobre o resultado! O resultado desejado pelo Líder do Governo foi aprovado para impedir a votação nominal, Presidente!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ALESSANDRO MOLON - Assim não, Presidente. Querem ganhar no voto!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Rede está em obstrução desde o início, por orientação do Líder Miro Teixeira.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, Presidente, não é nem a questão da Rede...

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA - Obstrução, Presidente!

O SR. ALESSANDRO MOLON - A questão é que não há dúvida sobre o resultado...

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição não quer apertar o dedo, para mostrar que estão contra o povo brasileiro!

A SRA. PROFESSORA MARCIVANIA (PCdoB-AP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Estamos em obstrução, Sr. Presidente!

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, nós queremos apertar o dedo! O Governo é que tem medo! Tenham a coragem de apertar o dedo...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - A Oposição não quer votar!

O SR. ALESSANDRO MOLON - Deputado Darcísio Perondi, tenha coragem de fazer a votação nominal.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARTHUR LIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Questão de ordem, Deputado Arthur Lira.



O SR. ALESSANDRO MOLON - O Governo está fazendo uma confusão aqui para impedir a votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem. Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Vamos fazer a votação nominal do principal, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arthur Lira. *(Pausa.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Oposição faz as suas questões de ordem e todo mundo ouve.

O SR. ARTHUR LIRA - Se eu puder falar eu agradeço.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ - Tem que respeitar a palavra do Deputado Arthur Lira.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, dei todo o direito ao Deputado Alessandro Molon, que é um Deputado competente, de contraditar. Agora, eu queria pelo menos fazer a minha formulação.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Vou ouvi-lo. Depois, quero contraditar, Sr. Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Eu também estou pedindo a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Questão de ordem nº 680, de 2010, Sr. Presidente. Pode pedir verificação inclusive a parte vencedora. Então, a parte vencedora da votação de V.Exa. está



pedindo verificação. O PP e o Bloco têm número. Nós estamos ratificando o pedido de verificação. E, se V.Exa. ficar mais confortável, nós mudamos até a orientação do partido para pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A verificação é permitida na divergência. Há divergência.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Para contraditar, Sr. Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Para contraditar.

O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB muda a orientação para “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem contradita, porque ele citou uma questão de ordem que já existe na Casa. Essa questão está superada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Para contraditar, para contraditar!

O SR. ALESSANDRO MOLON - Eu quero contraditar a questão de ordem. É claro que tem contradita, Sr. Presidente! Eu peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Molon, pode contraditar.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não há dúvida quanto ao resultado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - É “não”.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Essa manobra que foi tomada pelo Governo é para impedir a votação nominal da matéria principal, porque o Governo sabe que é uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A votação principal é nominal, Deputado Molon. É lei complementar.



O SR. ALESSANDRO MOLON - Então, Sr. Presidente, qual é a razão de pedir a verificação nisso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não sei, Deputado. Pergunte à base.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente!

O SR. ALESSANDRO MOLON - O problema é a preferência, é qual nominal será. O problema é a preferência, é a preferência que o Governo quer votar.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A principal tem que ser nominal, tem que ser nominal! A matéria principal vai ser nominal!

O SR. ALESSANDRO MOLON - É a preferência, é a preferência que o Governo quer evitar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO MOLON - O Governo quer evitar a votação nominal da preferência. É manobra, Sr. Presidente. Isso é antirregimental. É uma maneira de impedir o Plenário de mostrar a sua cara. É para esconder da população brasileira quem vota de um lado e quem vota de outro. Vamos votar nominal a preferência, Presidente! O Governo tem medo.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Peço a palavra para contraditar.

O SR. ALIEL MACHADO - Questão de ordem. Sr. Presidente, V.Exa. pode fazer de ofício.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Conceda de ofício, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA - Faz nominal!



O SR. ALIEL MACHADO - Obstrução é obstrução. Acordo é acordo, senão é obstrução, é o Regimento. Obstrução é Regimento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DANIEL COELHO - A Oposição só tem Regimento quando é a favor dela. Quando é a favor do Governo, não pode, é ilegítimo. É assim que funciona a Oposição. Para eles, democracia é só quando é para o lado deles.

O SR. GLAUBER BRAGA - Peço a palavra para contribuir, Sr. Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Para contraditar...

O SR. ALIEL MACHADO - Questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. DANIEL COELHO - Usaram o Regimento. Foram 3 dias de obstrução. Esses absurdos podem. Quando se faz pedido de verificação, é essa choradeira! Mi-mi-mi, vão chorar em outro lugar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos lá, um de cada vez!

O Deputado Glauber tem a palavra. Está esperando há mais tempo.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é para contribuir com o entendimento de V.Exa., que, tenho certeza, vai fazer uma avaliação diferente da que foi trazida pelo Deputado Arthur Lira.

O Deputado Arthur Lira trouxe uma questão de ordem do ano de 2010 que fazia com que V.Exa. pudesse ter esse entendimento, é verdade. Contudo, o que o Deputado Arthur Lira não falou é que a Questão de Ordem nº 52, do ano de 2015 — de 2015 —, que não é a de 2010, indicada por ele, reviu esse entendimento. A Questão de Ordem nº 52, de 2015, recuperou o entendimento da Questão de Ordem



nº 656, do ano de 2010. Leio textualmente o que diz a questão de ordem: não ser possível pedido de verificação pela parte vencedora.

O SR. ALESSANDRO MOLON - É claro! É claro! É isso, Sr. Presidente! É claro!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, essa matéria tem que ser...

O SR. BOHN GASS - É de 2015, Presidente!

O SR. GLAUBER BRAGA - Essa verificação tem que ser imediatamente desfeita, de acordo com questão de ordem mais recente. *(Palmas.)*

O SR. ALESSANDRO MOLON - Proclamado o resultado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está de acordo com essa argumentação do Deputado Glauber. Nossa questão de ordem coincide com a do Deputado Glauber Braga.

O SR. NELSON MARQUEZELLI - A parte vencedora... Não foi a parte vencedora! Foram todos!

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como disse o Deputado Glauber... O Deputado Glauber também sabe, Sr. Presidente, que questão de ordem não tem efeito vinculante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro! Eu já decidi essa questão, eu já decidi. Já li o artigo do Regimento. E mais: a questão de ordem do Deputado Arthur Lira pode, será e é ratificada por esta Presidência. Então, é a que vale neste momento.

Vamos votar, vamos votar!



O SR. ARTHUR LIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO - Apenas uma dúvida, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Matéria vencida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Recorremos ao Plenário da decisão de V.Exa., solicitando efeito suspensivo da
votação. Recorremos ao Plenário.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da
oradora.) - Sr. Presidente, recorro ao Plenário.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. ALICE PORTUGAL - Recorro ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, que dê efeito suspensivo à
sessão de V.Exa. até que o Plenário se manifeste.

A SRA. ALICE PORTUGAL - V.Exa. não se assiste do Regimento. O
Plenário é soberano e eu recorro ao Plenário.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - Vamos fazer votação. Se um terço levantar, V.Exa. tem votar. V.Exa. tem
que conceder o recurso ao Plenário.

O SR. GLAUBER BRAGA - Recorremos ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não cabe recurso ao Plenário durante
o processo de votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Cabe sim, Presidente. É o § 8º do art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Durante o processo de votação não
cabe. Nós estamos tendo votação.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou encerrar a votação.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, aceite o recurso. Que o Plenário se manifeste. O Plenário é soberano.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Presidente, §8º do art. 95, Presidente.

O SR. ALCEU MOREIRA - O Presidente tem razão, tem razão, total razão!

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: toda essa celeuma que nós estamos vivendo é em função de que, parece-nos, há uma manobra da base do Governo no sentido de evitar uma votação nominal no requerimento de preferência do projeto. Portanto, nós gostaríamos... E me parece que a Situação defende com clareza esse projeto, com limpidez.

Então, o que nós queremos aqui? Que V.Exa., de ofício, garanta a votação nominal ao requerimento de preferência, porque nós temos certeza que permitirá que todos os Deputados manifestem sua opinião. *(Palmas.)*

O SR. ALCEU MOREIRA - Não, não senhor!

Cumpra o Regimento, Sr. Presidente. Cumpra o Regimento e sem concessão.

O SR. ARTHUR LIRA - O interesse é obstrução, pura e simplesmente. Vamos votar essa matéria. É importante votar.

A SRA. ALICE PORTUGAL - A manobra é para isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado está fazendo a proposta dele. Vamos ouvir, vamos ouvir! Ouço a proposta de V.Exa.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, questão de ordem.



O SR. ARTHUR LIRA - Para concluir, o Regimento já é muito benéfico com quem não quer trabalhar, Sr. Presidente. Nós estamos há 3 semanas para votar essa matéria. É importante que seja decidida de um jeito ou de outro hoje, Sr. Presidente.

O SR. ALCEU MOREIRA - E vamos votar essa matéria, com certeza. Minoria é minoria, e tem que ser conhecida como minoria.

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas uma dúvida. V.Exa. reviu o entendimento sobre a questão de ordem de 2015?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O meu entendimento baseado no que já li do Regimento Interno da Casa é que cabe verificação em posição divergente. Há posição divergente. Eu acatei o pedido de verificação da base do Governo, como já acatei muitas vezes da Oposição.

O SR. ALIEL MACHADO - Apenas como dúvida: V.Exa. mudou, como Presidente, o entendimento dessa questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esta questão está superada, Deputado Aliel.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, Sr. Presidente. Esta é outra questão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos encerrar a votação! Peço aos Deputados e Deputadas que venham ao plenário.



O SR. ALIEL MACHADO - S.Exa. mudou o entendimento do Regimento durante a votação! S.Exa. mudou o entendimento do Regimento durante a votação! E já há questão de ordem formada sobre isso.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, art. 95.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero uma informação de V.Exa. Por que V.Exa. disse que não cabe recurso ao Plenário, se é regimental?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Porque estamos em processo de votação, Deputado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Após o processo de votação, V.Exa. poderá dar esse recurso ao plenário?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos definir isso em outro momento.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, está bem. Faremos depois.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Mas este é um processo de votação irregular, irregular! Sr. Presidente, questão de ordem. É sobre o processo de votação de que V.Exa. indeferiu a solicitação de suspensão, porque a parte vencedora estava impedida pelo Regimento de solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não está impedida. Temos divergência sobre este tema.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Portanto, com base na sua decisão, com base no art. 95, § 9º, que diz que, na hipótese, *“o Deputado, com o apoio de um terço dos presentes, poderá requerer que o Plenário decida de imediato sobre o efeito suspensivo ao recurso”*. Fizemos o recurso, e solicito o apoio de um



terço do Plenário. Que V.Exa. venha a aferir um terço do Plenário conforme o Regimento induz e o Regimento Interno garante, para que possamos suspender.

O SR. ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, matéria vencida! Matéria vencida!

A SRA. ALICE PORTUGAL - Não é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, vou esclarecer.

O SR. BETINHO GOMES - Matéria vencida. O caso está precluso, Sr. Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação, Sr. Presidente. Então, não é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, vamos ao que interessa.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Isso interessa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Primeiro, estamos em processo de votação, não cabe. E quando acabar a votação, a questão está superada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Pois é, por isso que cabe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então essa questão está decidida, e a maioria vai decidir se há quórum ou não para votar essa matéria.

O SR. GLAUBER BRAGA - Não, não, Sr. Presidente. Isso é retirar o direito da Minoria de pedir recurso. Dessa forma não, assim não!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ALIEL MACHADO - V.Exa. mudou o entendimento no meio da votação, Sr. Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Art. 187, § 3º.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa., quando havia 114 votantes, disse que ia encerrar a votação.



O SR. ALIEL MACHADO - V.Exa. mudou o Regimento no meio da votação, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu tentei fazer a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação. Alguém ainda vai votar?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Art. 187. Questão de ordem.

O SR. ALIEL MACHADO - Eu não vou votar porque não sei qual regra vale: a de antes ou a de depois.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos votar, Deputados.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado.

O SR. AFONSO FLORENCE - Quando V.Exa. disse pela primeira vez que ia encerrar a votação havia 114 votos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso foi bom. Foi bom eu ter falado. Já há 245.

O SR. AFONSO FLORENCE - Então o que não pode é pairar dúvida de que V.Exa. está usando de artifícios não regimentais para liderar a base do Governo no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não é verdade. Não seja injusto. V.Exa. era Líder do PT no passado, e muitas vezes eu dei a vitória à Oposição contra a Maioria. V.Exa. sabe disso.

O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, eu disse que não pode pairar dúvida. Sr. Presidente, eu disse que não pode pairar dúvida.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas não há dúvida na minha decisão.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE - Mas há, Presidente! Eu tentei fazer a questão de ordem sobre a Maioria, e V.Exa. não permitiu e colocou em votação, abriu a votação.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Sr. Presidente...

O SR. AFONSO FLORENCE - Agora, nós temos uma solução para não haver dúvida sobre a condução de V.Exa. Dê de ofício a nominal no requerimento de preferência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. já me fez uma proposta de acordo semana passada. E V.Exa. já sabe a minha resposta. Eu não preciso repetir.

O SR. AFONSO FLORENCE - Qual é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou respeitar o Regimento. Eu vou seguir o Regimento.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, Presidente. Eu não proponho acordo, eu quero falar do Regimento. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não vou gritar aqui, mas parece que se estabeleceu o grito como forma de ser ouvido nesta Casa. Isso não é argumento para um Parlamento. No Parlamento, nós podemos nos fazer ouvir pelos argumentos que nós temos; cada um expõe o seu, e que vença o melhor.



A SRA. ALICE PORTUGAL - Eu vou pedir com mansidão: questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Está complicado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Aguinaldo Ribeiro está com a palavra, Deputada. Isso não é possível!

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Deputada, peço respeito a minha fala, assim como respeitei todo mundo aqui, calado, ouvindo direitinho.

Vamos estabelecer o que é fundamental: Oposição cuida da Oposição; Governo cuida do Governo. A Oposição não tem que dizer o que o Governo vai fazer ou qual a estratégia do Governo. Isso é problema do Governo. Temos que garantir os votos aqui e ganhar as votações.

Esta matéria, diga-se de passagem — e de verdade —, é uma matéria que interessa ao País. Nós estamos tratando aqui de recuperação fiscal. Estamos tentando fazer um debate. Eu ainda não tinha feito esse enfrentamento do debate, aguardando o momento oportuno, porque estamos há 1 semana em obstrução, cumprindo o nosso mister como Deputado que é estar aqui pacientemente, aguardando, votando os requerimentos. E, devagarzinho, estamos vencendo essa obstrução.

Este é o momento em que eu queria...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Deputado Aguinaldo Ribeiro, Líder...

O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Deixe-me concluir...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Eu queria dialogar com V.Exa. Nós dois temos um bom diálogo.



O SR. AGUINALDO RIBEIRO - Estou só querendo concluir para dizer o seguinte: Sr. Presidente, nós chegamos até aqui no dia de hoje, numa Semana Santa, vários Parlamentares fizeram o esforço de sair de suas bases, de permanecerem aqui ontem até tarde da noite e de estarem aqui hoje até esta hora, alguns sem almoçar.

Então, por respeito a todos, vamos seguir com as votações. Eu quero chamar os Parlamentares que estão na Casa para virem ao plenário, porque muitos não estão aqui presentes.

Dessa forma, respeitosamente, vamos poder vencer a obstrução e ganhar no voto, colocando, sim, as nossas digitais nessa importante matéria para o nosso País.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, com base no art. 96, quero fazer uma reclamação.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Presidente Rodrigo Maia, eu quero dialogar com o Líder Aguinaldo Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não, Deputado.

Vamos ouvir a questão de ordem da Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente. Com toda a mansidão, Sr. Líder do Governo, refiro-me ao § 3º do art. 187:

Art. 187.

§ 3º Só poderão ser feitas e aceitas reclamações quanto ao resultado de votação antes de ser anunciada a discussão ou votação de nova matéria.



Portanto, nós estamos no tempo. Não se trata de matéria vencida, regimentalmente. E isso, Sr. Presidente, é para garantir a solicitação com base no § 8º do art. 95:

Art. 95.

§ 8º O Deputado, em qualquer caso, poderá recorrer da decisão da Presidência para o Plenário, sem efeito suspensivo.

Então, o art. 95 garante isso, mesmo que a CCJC dê um parecer em plenário. Em qualquer caso, todos os Deputados que solicitaram o pedido de apoio de um terço, recurso do Plenário sobre esta votação, estão exercendo um direito contra uma manobra regimental, boa se viesse do Líder do Governo, se ele mostrasse destreza para tal, mas que, infelizmente, veio da Mesa.

Nós pedimos que V.Exa., *data venia*, dê ouvidos ao Regimento e receba o nosso recurso. Se não o receber, consulte o Plenário. Se alcançarmos um terço do apoio, a votação será anulada, pois houve um equívoco na votação anterior, ou não, para que esta fosse nominal incorretamente, fora do tempo.

Assim sendo, nós almejamos que a votação do recurso de preferência do PT seja nominal. Não quero crer que o objeto da rejeição do recurso seja esse. Confio no juízo de V.Exa. para que nós possamos, qualquer Deputado, solicitar um terço de apoio para o recurso, e o recurso seja votado pelo Plenário, que é soberano, ou pelo menos até então.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, a questão de ordem de V.Exa. não procede, porque reclamações só poderão ser feitas e aceitas quanto ao



resultado da votação, não quanto à verificação. Em relação à reclamação, não cabe recurso.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu não pedi recurso, eu pedi para fazer uma reclamação ao art. 96.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 47;

NÃO: 233;

ABSTENÇÃO: 1.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão inadmitidos todos os destaques simples.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma reclamação quanto à decisão tomada por V.Exa. nesta tarde. Até hoje vigorava o entendimento de que a parte vencedora não poderia pedir verificação do resultado alcançado. O que o Deputado Arthur Lira fez foi isto: alcançou o resultado que pretendia, e a orientação do seu partido foi a vitoriosa. No entanto, foi pedida votação nominal apenas para evitar que a próxima votação, que é de destaque de preferência, e que os Parlamentares terão que optar entre uma alternativa que ajuda os Estados sem punir os servidores, e aquela que ajuda os Estados, punindo os servidores, seja simbólica e não nominal.

Sr. Presidente, em qualquer Governo, há ônus e bônus em ser da base ou da Oposição. O que a base do Governo está querendo é ser base do Governo e não ter ônus, não quer colocar a digital para defender a proposta do Governo. É disto que se trata, sim: a manobra é para evitar a votação nominal na preferência.

Então, quero reclamar do procedimento de V.Exa., que está mudando o entendimento apenas nesta ocasião. E eu quero, de forma pública, reclamar disso e pedir a V.Exa. que reconsidere. V.Exa. tem procurado conduzir os debates desta Casa de forma democrática, e isso não combina com o seu procedimento. Eu quero fazer esse apelo e pedir a V.Exa. que recupere esse equívoco, concedendo, de ofício, a votação nominal da preferência. E, por nós, estará superado o episódio.

Eu faço este apelo em nome da transparência do processo legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, olhe como são as coisas. O Deputado Eduardo Cunha, Presidente à época, responde à questão de ordem



mudando o entendimento da questão anterior, colocada pelo Deputado Arthur Lira. E quem foi o Deputado que recorreu da decisão do Deputado Eduardo Cunha?

O SR. ARTHUR LIRA - Pois não, Presidente, revele aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON - É claro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Bom, Deputado, V.Exa. veja como são as coisas. Por isso que não posso acatar sua reclamação.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Porque não é possível cada... V.Exa. sabe por quê? O que me revolta é que cada Presidente escolhe o procedimento que mais lhe convém. Ele fazia isso, e V.Exa. aprendeu com ele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu não, não aprendi, não. Não aprendi com ele não.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Requerimento de quebra de interstício.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do Artigo 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra de interstício para votação nominal do destaque de preferência para a Emenda nº 39 apresentada ao PLP nº 343/17.

Deputado Carlos Zarattini



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quero falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou dar a palavra a V.Exa., Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, só para lembrar ao Deputado Alessandro Molon um velho provérbio popular: *“A língua é o chicote do corpo”*.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Eu quero agradecer ao Deputado Esperidião Amin e convidá-lo para um debate a respeito do tema. Ele está há muito tempo na política e sabe disso melhor do que eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, pelo Bloco Parlamentar PTB/PROS/PSL/PRP.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quem presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania não pode dar golpe em seus pares. O que o Deputado Arthur Lira fez foi um golpe, porque ele pediu verificação para inviabilizar uma verificação futura. Esta Casa tem que respeitar princípios. A partir do momento em que se rasgam os princípios, coloca-se em dúvida toda a cidadania. A Casa do Povo, que é a Câmara dos Deputados, tem que dar exemplo de cidadania, não pode fazer manobras que tentem impedir essa questão.

Alguns Deputados do Rio de Janeiro me pediram: não vá mais à tribuna, deixa votar. Como não vou mais à tribuna, depois de um fato como esse, ou depois do que aconteceu pela manhã? Todo mundo viu pela televisão a prisão de mais um da Turma do Guardanapo, do Secretário de Saúde, que foi Diretor do INTO — Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, que tomou dinheiro da população do Rio de Janeiro vendendo próteses e órteses a preços superfaturados. Cobrem deles, daqueles que fizeram isso. Não venham cobrar de nós aqui desesperadamente dizendo que precisam resolver o problema do Rio de Janeiro. É fácil resolver o problema do Rio de Janeiro, é só o Governo Federal intervir no Rio de Janeiro. Ele tem todos os preceitos e todas as condições para fazer intervenção e, depois da intervenção, o Governo Federal faz o que quer fazer.

Por que o Governo não quer intervir? É fácil explicar para V.Exas.: porque uma intervenção federal trava qualquer reforma. Como o Governo não quer impedir a continuidade da reforma da Previdência, ele deixa de fazer o que deve fazer, que é



a intervenção, para poder salvar essa maldita reforma da Previdência. Se ele decretar a intervenção, ele tem que parar a tramitação da reforma da Previdência.

Esse é o jogo. Vamos assumir. Vamos falar as verdades às claras. Vamos deixar tudo transparente. Não há ninguém no Rio de Janeiro na condição atual de poder governar aquele Estado. Tem que haver intervenção federal. Tem que haver a decisão de Governo. E, a partir dessa decisão... O Governo só não a toma agora por causa da reforma da Previdência. Essa é a verdadeira jogada que está por trás de tudo isso.

E nós não podemos, Sr. Presidente, não podemos, Sras. e Srs. Parlamentares, votar um texto como este, em que há algumas coisas extremamente absurdas. E eu quero ler algo, para não dizerem que sou eu que estou falando. Olha o absurdo: *“Autorização de privatização de empresas dos setores financeiro, de energia, de saneamento e outros”*. Quais outros? Todos! Está aqui no texto que esta Casa vai votar: permite a privatização de qualquer coisa: “outras coisas”. É um absurdo que esta Casa possa...

Pelo menos, Sr. Relator, tire essa palavra “outros”. Não seja um dos outros, porque é lamentável.

E, depois, a elevação da alíquota de contribuição de 11% para 14%. E, prestem atenção: eu vou ler. Não acreditem em mim não. Eu vou ler: *“E instituição, se necessário, para financiar o regime de alíquota extraordinária”*. Além dos 14%, ainda pode temporariamente haver uma alíquota extraordinária. Isso é tirar a pele do servidor do Rio de Janeiro. Quase que eu falo uma palavra que não devo falar, e a tempo a boca me calou.



Farsantes são aqueles que dizem que querem salvar os funcionários do Rio de Janeiro. Salvar dessa forma, elevando a alíquota para 14% e criando uma alíquota adicional temporária, quanto for, na extraordinária?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, lutarei historicamente até o fim contra a votação deste texto. É uma vergonha para esta Casa votar este texto que tem na subemenda um pedaço de uma emenda, um pedaço de outra emenda e uma terceira emenda enxertada. Tudo isso é para tentar iludir esta Casa a votar esta matéria. Nós não podemos votar esta matéria.

Se o Governo Federal quiser, está fácil para ele assumir a sua responsabilidade. Resolva hoje, decrete intervenção no Estado falido do Rio de Janeiro. Para aquilo é preciso nomear um síndico da massa falida. Aí, então, teremos a intervenção federal e, com ela, iremos resolver os problemas do Rio de Janeiro sem impedir que o Governo faça aquilo que deve fazer: que é não continuar com a tramitação da reforma da Previdência.

“Não” a esta votação, “já” à intervenção, “não” à reforma da Previdência e “não” a esta proposta.



O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dou como lido o meu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, retorno a esta tribuna para, desta vez, fazer um alerta sobre a constante morte de policiais em serviço ou fora dele neste País. No último fim de semana, quatro agentes foram assassinados, engrossando ainda mais essas tristes estatísticas. Isso jamais deveria acontecer, nem quando o profissional estivesse em serviço, muito menos em seu momento de folga.

Esse é um problema que se arrasta há anos. Levantamentos recentes feitos nas Secretarias de Segurança Pública do País apontam que pelo menos um policial é assassinado a cada 32 horas no Brasil. Entre civis e militares, ao menos 230 foram mortos. Lamentavelmente, destes, 79% estava de folga.

Esse número pode ser ainda maior, já que alguns Estados como Rio de Janeiro, que tem um dos maiores índices de assassinatos de policiais, não discriminam as causas das mortes fora do horário de expediente.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, em 2016, foram registrados 390 casos de policiais baleados, sendo que 111 deles morreram. É uma situação lamentável.

Lembremos ainda que em toda colheita há as maçãs podres. O jornal *O Tempo*, de Belo Horizonte, publicou matéria na última segunda-feira sobre o número de policiais militares e expulsos nos últimos 3 anos. Foram, pelo menos, oito agentes desligados por mês. Corrupção e crimes contra o patrimônio estão entre os principais motivos.



Um absurdo! Quem deveria combater o crime é contaminado por ele e vira bandido. Isso não pode acontecer. A lei tem de valer para todos.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao D Carlos Zarattini, que falará pela Liderança do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de dizer que estamos muito preocupados com esse projeto e gostaríamos que esta votação do requerimento de preferência fosse nominal, para que os Deputados manifestassem a sua opinião.

Vejam só, Srs. Deputados: o Governo apresenta um projeto cujo objetivo é atender os Estados que estão em pior situação financeira, numa situação de quebra, que exige um plano de recuperação. Mas o plano de recuperação que o Governo propõe é extremamente rigoroso, leva os Estados a arrocharem os seus funcionários e cortarem serviços públicos, impede que os Estados façam novas contratações e obriga os Estados a fazerem privatizações do seu patrimônio.

Esta proposta do Governo é absolutamente insuficiente para o momento atual. Vejam que eu distribuí uma tabela feita pelos Estados com critérios técnicos, que mostra, em azul, os Estados já quebrados e, em cinza, os Estados que ainda não quebraram, mas estão próximos de quebrar. Então, fica a pergunta: por que vamos aprovar um plano, nesta Casa, para atender apenas aos que já quebraram, sem dar àqueles que se aproximam rapidamente do precipício a oportunidade de evitar sua queda?

Não estou falando de qualquer Estado. Estou falando, por exemplo, do Estado de Goiás. Estou falando, por exemplo, do Estado de São Paulo. Aqui os Deputados de São Paulo, do PSDB, permanentemente elogiam a rigidez, a austeridade do Governador Geraldo Alckmin. Mas quero dizer que o problema financeiro do Estado de São Paulo está colocado na queda de arrecadação, que



atinge todos os Estados brasileiros. São Paulo, como é um Estado grande, com uma dívida muito grande, vai sentir violentamente essa queda de arrecadação. Se ele esperar para chegar à situação em que está o Rio de Janeiro, qual vai ser o resultado? A quebra do Estado de São Paulo, a necessidade de que o Estado de São Paulo arroche o salário dos seus funcionários mais do que já está arrojado, que o Estado de São Paulo privatize o que sobrou de patrimônio público.

Enfim, é uma situação calamitosa. E o nosso projeto substitutivo permite que a União se antecipe a essa situação caótica, permite que a União negocie caso a caso com os Estados.

O Governo do Estado de Minas Gerais não está disposto a privatizar a Companhia Energética de Minas Gerais — CEMIG. E faz muito bem o Governador Pimentel, porque a CEMIG é um instrumento de fomento, um instrumento importantíssimo para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Se o Governador privatizar a CEMIG, ela vai ser uma empresa que não vai mais se orientar por esse objetivo desenvolvimentista. Conseqüentemente, o Governador de Minas Gerais, seja o Pimentel ou qualquer outro que o suceder, terá muito mais dificuldades para tirar o Estado da crise.

Então, Srs. Deputados e Deputadas, precisamos raciocinar aqui com clareza, com tranquilidade. Estamos aprovando um projeto que vai ter efetividade durante muitos anos e que vai ser importante para salvar os Estados da crise, permitindo que os Estados se safem de um pagamento de juros extremamente pesado.

Para os Estados que já chegaram a essa situação será dada uma moratória de 3 anos. E pode ser feita uma moratória com menos benefícios para os Estados que ainda não estão com tanta dificuldade, mas que já têm alguma dificuldade.



Por isso, aqui queremos colocar a nossa posição, a posição do PT, que é muito clara no sentido de que temos que fazer um plano de recuperação que atenda a todo o Brasil, a todo o País. Não existe hoje um só Estado que não tenha problemas financeiros, sendo que uns têm mais, como o Rio de Janeiro, cuja situação é absolutamente caótica e achamos que deve ser solucionada, sim.

Estamos obstruindo a votação porque queremos aprovar um projeto mais amplo, que atenda a todos os Estados do País. E tenho certeza de que todo Deputado aqui presente está pensando na situação do seu Estado, na situação do seu governo. Mesmo quem é oposição não quer que o governo do seu Estado quebre, porque sabe que, no momento seguinte, daqui a 1 ano, poderá eleger um governador e não vai querer que ele pegue um verdadeiro abacaxi.

Não queremos ver o Brasil indo à bancarrota. Este Governo Central tem promovido uma política de desmonte, de afundamento do País, com altíssimas taxas de juros. Essa política recessiva, que só fala em ajuste fiscal, retirou recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES e está impedindo a indústria de retomar o crescimento e o desenvolvimento, está impedindo o País de crescer. Hoje só há um setor que está caminhando, o do agronegócio, não por questões internas, mas porque melhorou a cotação dos produtos agrícolas lá fora.

Esta é a realidade. Precisamos equilibrar o País, e isso não será feito da forma como está fazendo o Governo do Sr. Meirelles, um governo cuja única preocupação é arrochar os Estados e o povo brasileiro. Temos que sair dessa situação e, para isso, precisamos ter investimento público, condições de fornecer um serviço público de qualidade.



A Universidade Estadual do Rio de Janeiro está parada há meses. Por quê? Porque não tem dinheiro nem condições de funcionar. Também a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico do Rio de Janeiro estão parados, para não dizer da segurança pública, que está absolutamente sem recursos, o que pode levar o Estado a se tornar verdadeiro barril de pólvora

Não queremos que os outros Estados cheguem à mesma situação do Rio de Janeiro. Queremos salvar o Brasil. E isso o Governo de Temer e Meirelles não quer, pois quer é afundar o País.

Portanto, pedimos aos Deputados e às Deputadas que votem a favor do nosso substitutivo, para salvarmos o Brasil e tirarmos os Estados da crise, impedindo que o nosso País afunde ainda mais.

Muito obrigado.

*O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da
Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º
Suplente de Secretário.*



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero apenas registrar a presença entre nós do Vereador Otoni de Paula, do Rio de Janeiro. É uma honra para todos os Deputados do nosso Estado tê-lo aqui. (*Palmas.*)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Seja bem-vindo, Vereador.

O SR. MISSIONÁRIO JOSÉ OLÍMPIO (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Missionário José Olímpio votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada Alice Portugal, V.Exa. tem o tempo regimental, como Líder, de 4 minutos.

Enquanto V.Exa. se dirige à tribuna, aproveito para registrar a presença do Prefeito Marquinhos, de Bom Jesus do Norte, Município vizinho do Estado do Rio de Janeiro, que está aqui acompanhado de Vereadores.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na penúltima votação, o Deputado Pedro Chaves acompanhou o partido.

O SR. IRAJÁ ABREU (PSD-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Irajá Abreu acompanhou o PSD na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputada Alice Portugal, regimentalmente V.Exa. dispõe de 4 minutos, pelo PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para os telespectadores da *TV Câmara*, para aqueles que nos ouvem e veem, realmente os momentos de polêmica neste plenário acabam se transformando num ringue, onde, sem dúvida, o grito acaba prevalecendo sobre a razão.

Há pouco assistimos a um atropelo olímpico do Regimento Interno. Primeiro, retirou-se a prerrogativa do Plenário de solicitar questão de ordem. Segundo, quando a voz é aguda, a situação é ainda pior e as dificuldades aqui são grandes, porque o tom de voz parece prevalecer quando é possível se falar mais grosso.

Quero, portanto, dizer que acabamos de ver algo que interrompe o processo legislativo na medida em que, se este Plenário tivesse sido consultado, haveria um terço de apoio para que interrompêssemos a votação anterior e pudéssemos garantir a votação para o substitutivo que o PT apresenta. E aí? Que substitutivo é esse?

Aproveito a presença do Governador e de Prefeitos e Vereadores do Rio de Janeiro — Estado que todo o Brasil ama e, evidentemente, tem como referência, por sua riqueza, sua beleza e seu povo — para dizer que somos a favor do socorro aos Estados. Ninguém é contra que a União socorra os Estados em crise. Aliás, votamos essa matéria em dezembro do ano passado e aprovamos o socorro, senhores representantes do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e dos demais Estados, que, mesmo não estando em situação crítica, em situação



absolutamente de lamentável insolvência, também achamos que precisam e merecem esse socorro.

Votamos e aprovamos o projeto. Mas o Presidente da República, Sr. Michel Temer, que está apossado indevidamente do poder, vetou o projeto porque nele não constavam as contrapartidas que lhe interessavam. Por isso, a sua bancada é induzida a erros grotescos e primários como o que foi cometido aqui nesse momento, um erro de superação do rito regimental, um erro de superação da democracia interna no Parlamento.

Ora, se já votamos e aprovamos esse projeto que ele vetou em função da inexistência das contrapartidas, queremos, objetivamente, a derrubada do veto. Por que não se convoca uma sessão para análise de vetos? Em 2017, não houve uma sessão sequer!

Por outro lado, Srs. Deputados, V.Exas. que estão ocasionalmente na base desse Governo — e sei que alguns estão amargando agruras profundas em razão do apoio a esse malfadado Governo transitório, não representativo, golpista — sabem que as contrapartidas são objetivamente chantagens para prejudicar o servidor, para obrigar os governadores a privatizarem as suas empresas de saneamento e de energia.

Portanto, apoiamos o substitutivo do PT e queremos votação nominal para ele.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos. S.Exa. tem o tempo regimental de 9 minutos, improrrogáveis.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente quero agradecer aqui a honra de falar em nome da Liderança da Minoria e agradecer ao Líder da Minoria, José Guimarães.

Quero dizer, muito claramente, Sr. Presidente, que esse PLP 343 deixa todos nós angustiados, contrariados. Todos aqui somos homens e mulheres, Deputados e Deputadas de boa-fé, que conhecemos a realidade dos nossos Estados e temos a preocupação de corrigir, aperfeiçoar e melhorar a relação dos entes federados com a União.

Mas a proposta apresentada pelo Governo é absurda e invasiva. Ele quer coordenar, comandar e tutelar os Estados a partir deste projeto. Isso é inaceitável.

Por isso, vimos à tribuna, em nome da Minoria, dizer que o PL 257, lá do ano passado, cujo Relator foi o Deputado Esperidião Amin, já discutiu e debateu toda essa matéria. Na época, houve a decisão de que os Estados poderiam renegociar as dívidas com a União sem o exagero das contrapartidas.

Esse projeto foi vetado pelo Presidente Michel Temer. O veto está aqui para ser apreciado, mas não foi colocado em apreciação pelo Presidente da Câmara dos Deputados. E estamos votando outro projeto sem nem sequer apreciarmos esse veto. Isso é uma redundância.

Então, esse projeto que estamos apreciando é inaceitável, ainda mais considerando que uma das suas exigências para a adesão dos Estados é que a



dívida deles seja maior do que a receita corrente líquida. Esta é a primeira exigência. A segunda exigência é que a despesa com pessoal, mais os juros da amortização da dívida, seja igual ou maior do que 70% da receita corrente líquida. A terceira exigência é que a obrigação financeira seja maior do que a despesa ou a disponibilidade de caixa.

Ora, essas exigências só três Estados preenchem: o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os outros Estados ficam fora de qualquer chance de eventual possibilidade de renegociação da dívida. Ou seja, a proposta é excludente. Ela não tem a amplitude, não tem a grandeza, não tem o significado que precisa ter a relação entre a União e os entes federados.

Por isso, Sr. Presidente, queremos votar o substitutivo do PT, que é do Deputado Afonso Florence, que é da Minoria, que equilibra essa relação.

Também queremos deixar muito claro que somos a favor da renegociação da dívida dos Estados com a União. Agora, não podemos aceitar que, nesse período de 3 anos, os governos dos Estados fiquem impedidos de contratar servidores; que, nesses 3 anos, os governos dos Estados fiquem impedidos de dar reajuste aos servidores, por menor que seja; que, nesses 3 anos, os governos dos Estados sejam obrigados a vender ativos, a privatizar.

Está ali escrito, em letras garrafais, grifadas, que os Estados são obrigados a vender ativos financeiros. No caso do Rio Grande do Sul, só falta escreverem embaixo, Deputado Bohn Gass, que ele terá que vender o BANRISUL, que terá que vender ativos da área do saneamento básico. Só falta escreverem embaixo: "*Leia-se Companhia Rio-Grandense de Saneamento — CORSAN*". Só falta escreverem que



ele terá que vender ativos da área de energia elétrica. Só falta estar implícita a venda da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica — CEEE.

Não contente com isso, o projeto ainda diz “e outros ativos”, como se houvesse uma privatização genérica. Liberou geral! Vendam tudo! Podem vender tudo!. Vendam esses ativos e, daqui a uns dias, não terão mais o que vender, mas a dívida continuará. Vão comer a ponta dos dedos, para matar a fome na barriga, e amanhã estarão com fome na barriga, mas não terão mais dedos para comer. A dívida continuará, mas amanhã não haverá mais estatal para vender.

Se o preço para acertar as dívidas do meu querido e amado Rio Grande, se o preço para fazer o acordo com a União é vender o BANRISUL, a CORSAN e *outras cositas más*, eu lamento, mas não têm o meu apoio, não têm o meu voto.

Registro aqui a minha crítica, os meus reparos, que faço de forma solene, pública, aberta, séria e transparente. Espero que me entenda o Rio Grande, até porque, se não houvesse alternativa, eu me dobraria. Mas não sou daqueles que se ajoelham, que lambem bota, que pedem penico. O Rio Grande tem que estar altivo. Os Estados federados têm que ser fortes nesta hora.

Deputado Afonso Florence, o Brasil deve ao meu Rio Grande amado quase 50 bilhões de reais da Lei Kandir, que desonera as exportações dos produtos *in natura*. Lá nós exportamos soja, exportamos arroz, exportamos carne de gado, carne de frango, carne de suíno, exportamos produtos *in natura*.

O Estado do Rio Grande do Sul não recebe um centavo de ICMS dessa exportação. Por outro lado, a União fica, por lei, responsável por compensar essa falta de contribuição do ICMS. E o que ela faz? Ela diz: “*Devo. Reconheço que devo. Estou sabendo que estou devendo. Mas pago quando puder*”.



O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a Lei Kandir tem que ser regulamentada, para se fazer o cálculo de quanto a União deve a cada Estado. O Presidente Rodrigo Maia disse, em reunião com a bancada gaúcha, que iria instalar uma Comissão para discutir e decidir sobre tal regulamentação. Isso faz mais de 1 mês, e não vi sair a Comissão, que não está funcionando. Aliás, o meu partido já me indicou para ser membro da Comissão, que ainda não existe.

Então, alto lá! *“Devagar com o andor, que o santo é de barro.”* O Rio Grande, o Rio de Janeiro e Minas Gerais precisam de socorro, sim, mas precisam de respeito. O meu Estado deve. Reconheço que ele deve. Talvez não devamos tudo o que estão nos cobrando. Mas não nos pagam o que estão nos devendo.

Não podemos ser avalistas desse projeto que determina que, para negociar as dívidas, o Rio Grande tenha que vender CEEE, CORSAN, CRT e outros ativos. Eu não assino como avalista. Eu não assino na ponta-esquerda. A minha assinatura não vai ali.

O Governador Sartori, lá no Rio Grande — eu sei e dou o testemunho —, já apertou o cinto o que pôde e não tem mais o que apertar. A União é que tem que pagar o que nos deve. Não sejam caloteiros! Criem vergonha e paguem ao filho Rio Grande do Sul o dinheiro que a Lei Kandir está nos devendo! Não nos neguem o nosso direito! O Rio Grande já foi Farroupilha, em defesa dos seus direitos. Será que vamos ter que voltar a ser Farroupilha?

Por isso, não vamos votar a favor desse projeto. Queremos votar o substitutivo, que equilibra essa relação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor do requerimento, concedo a palavra ao Deputado Zarattini. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Bohn Gass.

Vamos contar o tempo, por favor.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que só recomponha o tempo, por favor. *(Pausa.)* Obrigado.

Sr. Presidente, colegas Deputadas, colegas Deputados, estamos aqui querendo a votação nominal do projeto substitutivo, em que o nosso querido Deputado Afonso Florence tem insistido tanto e que foi construído pela nossa bancada, juntamente com várias bancadas.

Queria dialogar com os Deputados de todos os Estados do País. Aqui há um projeto só para três Estados: o Rio Grande do Sul, Minas e o Rio de Janeiro. E os outros Estados? A União não vai ajudá-los?

O projeto que nós da bancada do PT estamos apresentando vai ajudar os outros Estados também. Na lista que foi apresentada há pouco pelo Deputado Carlos Zarattini, há um levantamento que mostra que, com essa política recessiva — que não arrecada porque faz cortes de recursos exatamente em áreas importantes —, em que o desemprego cresce e a atividade fica fragilizada, outros Estados também entrarão em dificuldade. E o Governo Federal não vai ajudá-los? O nosso projeto, o projeto que o PT apresentou permite também a ajuda para os outros Estados e, melhor, não comete o crime que o Temer e o Meirelles cometem contra os Estados que vão aderir a esse plano.

Vejam que, primeiro, o servidor dos Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro vai precisar contribuir mais para a Previdência, 14%, e



poderá contribuir com taxas extras. E nós Deputados vamos aprovar taxas extras para o servidor, que está recebendo parcelado o seu salário? Segundo, nós que queremos disputar a nossa dívida pela Lei Kandir vamos ter que abrir mão dela. Terceiro, não poderá haver concurso público nem aumento de salário para servidor. Quarto, teremos que vender patrimônio público. No Rio Grande do Sul, cito, por exemplo, na área dos bancos, o BANRISUL; na área de saneamento, a CORSAN; na área da energia, a Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE, além de outras que podem ser vendidas.

Então, vamos abrir a janela para entregar todo o patrimônio dos Estados. Ou seja, vamos dizer a todos que é para o Meirelles ir ao Governo do Rio Grande do Sul ou de qualquer Estado e mandar lá. Isso tira a autonomia dos Estados. Não há como aceitarmos isso de forma alguma.

Portanto, queremos, com o requerimento, que todos os Deputados votem nessa proposta, que vai ajudar todos os Estados, sem essas contrapartidas do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação. *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD/PR? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*



O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para a base toda o Governo orienta o voto “não”. Toda a base governista.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base do Governo vota “não”.
(Pausa.)

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA - O PR...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (Pausa.)

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA - O PR...

Só um minutinho, Deputado.

Como vota o PT? (Pausa.)

O SR. ASSIS DO COUTO (PDT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”. (Pausa.)

Como vota o PT? Um minuto para o PT.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós precisamos debater este assunto para o Brasil entender. Nós aqui não vamos solucionar nenhum problema dos Estados da federação.

Esse projeto é mais ou menos aquela história de alguém que tivesse uma dívida de 10 mil reais no cheque especial: o juro é insuportável, aí o gerente do banco chama a pessoa e diz o seguinte: “*Eu vou te deixar 3 anos sem pagar nada*”. E aí o cara pergunta: “*Mas quanta bondade! O que acontece depois dos 3 anos?*” O gerente diz: “*Ah, bom! Depois dos 3 anos, os juros, correção monetária e a dívida vão aumentar vertiginosamente*”. Só que aí o Governador é outro, o Presidente é outro.



Esse projeto, Sr. Presidente, é uma proposta indecente, não resolve nada da federação. Nós temos que votar aqui os créditos dos Estados.

Sr. Presidente, nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós entendemos que essa matéria é da mais alta importância, e que nós já votamos a matéria. Infelizmente, o Presidente da República de plantão a vetou.

Se tivéssemos uma sessão de vetos para análise, poderíamos derrubar o veto, e os Estados seriam contemplados com a moratória que, de fato, não salva ninguém, mas sem essas contrapartidas que são draconianas contra os servidores, contra o Estado, contra o pacto federativo. São contrapartidas que lamentavelmente fazem com que os Governadores sejam obrigados a vender suas empresas de saneamento, suas empresas de energia elétrica, suas empresas, ainda que tenham bancos — no caso do Rio Grande do Sul, o Estado tem bancos.

Então, é importante esclarecer para a sociedade o porquê da nossa opinião a favor do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com essa proposta de recuperação, na verdade, as dívidas não serão perdoadas nem reduzidas, nem os Estados terão direito ao encontro de contas, como a questão da Lei Kandir.

Em segundo lugar, nós vamos ter juros capitalizados daqui a 3 anos. Quem vai pagar essa conta monstruosa 36 meses depois?



E mais, a finalidade mesmo é partir para as privatizações, e isso tem a ver com o momento que nós estamos vivendo também de: *“Venha, mercado, venha! Estamos vendendo tudo!”*. Os Governadores podem vender tudo, não só água, energia, saneamento e banco, podem vender muito mais: é o que o Governador quiser! É liquidação!

Nós não podemos aceitar isso, porque é uma violação inclusive do pacto federativo. Na verdade, o tumulto não pode atingir a reforma da Previdência.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a cada 2 dias morre um policial militar assassinado no nosso Estado. A todo instante morrem outros cidadãos. As escolas têm que interromper as aulas, a todo momento, por causa dos tiroteios, por causa das balas que matam as crianças.

Bom, esse projeto proíbe os Estados de investirem em pessoal, na área de segurança, na área de educação. Não precisaria falar muito mais. Quem é do Rio de Janeiro sabe a aflição que todo o povo do Rio de Janeiro está passando, a aflição e a revolta, porque eu vou repetir sempre: essa roubalheira no Rio de Janeiro do Governo Cabral; a prisão hoje do Sérgio Côrtes, não têm paralelo no Brasil. Os Estados estão sendo feitos reféns por um projeto que...

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - O PDT quer mudar a orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu vou orientar o voto.



Sr. Presidente, eu não estou aqui fazendo obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei, Deputado, mas eu tenho que cumprir o Regimento com todos.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Estou tentando mostrar que essa é uma matéria que deve ser votada nominalmente. Todos devem estar muito esclarecidos.

Voto "sim" à quebra de interstício.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - O PDT quer mudar a orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota "sim". Como nós temos dito de forma permanente, esse projeto é muito nocivo. Se não tivesse saída, alternativa, mas há saída, há alternativa. Qual é a saída? Qual é a alternativa? Inclusive a mais justa, a mais correta: fazer um encontro de contas com a Lei Kandir. Há posicionamento do próprio Supremo Tribunal Federal. Poderíamos já ter aprovado uma lei nesta Casa. Minas Gerais passaria de uma situação de déficit para uma situação de ter o que receber do Governo Federal.

Na minha fala passada, eu disse que essa lei parece com a lei Robin Hood ao contrário, penalizando e dificultando mais ainda a vida do cidadão e dos Estados. Temos que rever o pacto federativo. O cidadão mora no Município. A cada dia os Estados e os Municípios assumem mais e mais atribuições da União, até para manter as forças de segurança pública, a polícia...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? Tem 1 minuto.



O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu estou encaminhando pela
Minoria!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Minoria?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, o PDT quer reorientar.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, só peço para repor o tempo
de 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, eu queria reforçar que o projeto que nós estamos votando vai ampliar
a recessão econômica e a crise em Estados como Rio Grande do Sul, Rio de
Janeiro e Minas Gerais, porque ele obriga só esses Estados a retirarem os
incentivos fiscais. Então as empresas vão fugir do Rio de Janeiro, do Rio Grande do
Sul e de Minas Gerais, enquanto os outros Estados continuam dando incentivos
fiscais.

Este projeto é o caos, Sr. Presidente. Este projeto é uma vergonha. É uma
discriminação contra os Estados. Ele é péssimo!

Por isso...

(Desligamento automático do microfone.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem contrários permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. AFONSO FLORENCE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode fazer.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 66, § 4º, da Constituição, estabelece que o veto será apreciado em sessão conjunta dentro de 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não cabe aqui. É questão de ordem sobre o processo de votação. V.Exa. me desculpe.

O SR. AFONSO FLORENCE - É isso, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do Artigo 161, inciso IV e § 2º, do Regimento Interno, destaque de preferência para votação da emenda substitutiva global 39, apresentada ao PLP 343/2017.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT orientou. Não há reclamação, Deputado.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Reclamação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o art. 96 diz:

Art. 96. Em qualquer fase da sessão da Câmara ou de reunião de Comissão, poderá ser usada a palavra para reclamação, restrita durante a Ordem do Dia à hipótese do parágrafo único do art. 55 (...).

O PDT queria apenas reorientar. Tinha orientado “sim” e queria reorientar “obstrução”. V.Exa. não permitiu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não teve votação nominal, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Peço para corrigir meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Podem corrigir o tempo do Deputado Henrique Fontana. São 3 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero repetir, Sr. Presidente, argumentos que tenho colocado.



Ponto nº 1: todos nós aqui — Deputado Molon, Deputado Afonso Florence — queremos encontrar uma solução real para a dívida dos Estados. Esta solução aqui, na verdade, é o contrário. Ela vai agravar a dívida dos Estados. E o que querem, na verdade, o Governo Temer e o Governo Meirelles?

Desculpe-me pela ironia, Sr. Presidente, mas V.Exa. hoje está meio Presidente, meio Líder do Governo — mais para Líder do Governo do que para Presidente, porque está inclusive manipulando o Regimento para atropelar a votação.

O que querem o Governo Temer e o Governo Meirelles? Querem impor uma forma de governar os Estados.

Veja a gravidade, Deputado Edmilson: ele quer dizer que os Estados que estão ali sob pressão ficam manipulando a questão do atraso dos salários, como se o servidor estivesse torcendo para aprovar um absurdo desses. Aí eles querem obrigar o Estado que está no limite de uma condição financeira difícil a assinar um acordo que — este sim — vai quebrar os Estados, porque, se o Rio Grande do Sul, por exemplo, tiver que tirar 10% dos incentivos fiscais a cada ano, no final do segundo ano as suas indústrias vão para Santa Catarina, vão para Goiás, vão para outros Estados.

Segunda questão, o Governador do Rio Grande do Sul deveria ser o líder contra esse projeto, porque se entra nessa renegociação, o Estado do Rio Grande do Sul, depois desses 3 anos em que a dívida vai-se acumular e nós vamos chegar a mais 25 bilhões de dívida, não terá nem o limitador, Deputado Beto, de 13% da receita tributária líquida. Aí vai gastar muito mais.



Agora, eu acho que o Governador e o Temer, que são amigos do mesmo partido, estão dizendo o seguinte: “*Vamos livrar o nosso, deixa o Rio Grande do Sul se arreentar e aí, na próxima vez, vai ser outro Governador, outro Presidente, e eles que resolvam*”. Não é assim que se faz política pública com seriedade!

Este projeto aqui não altera nada da condição da dívida do Estado do Rio Grande do Sul. Ele aumenta a dívida e exige que, para aumentar a dívida, o Rio Grande do Sul tenha que vender o BANRISUL, a CORSAN e a CEEE.

E eu peço a todos neste plenário: não vamos aprovar o fim da federação...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a base é “não”, pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base é “não”.

Como vota o PT?



A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, para o destaque são dois e dois, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, é um. É destaque de preferência. Não é destaque da matéria.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subi à Mesa para perguntar isso, se eram dois. Informaram-me que eram dois.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. Não são dois.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, nós precisamos ter um critério republicano. Não se pode mudar ao sabor do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está correndo o tempo do PT. O critério é republicano.

Destaque de emenda é uma coisa. Destaque de preferência é outra.

O SR. HENRIQUE FONTANA - V.Exa. hoje assumiu a Liderança do Governo, Sr. Presidente! Hoje está demais, Sr. Presidente! Se houver voto do Governo para aprovar, está bem. Acho péssimo que se aprove, mas nós não podemos atropelar o Regimento para aprovar algo que não tem maioria aqui na Casa.

O SR. DARCÍSIO PERONDI - Este é o Regimento, é o mandamento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Na matéria são dois e dois.

O SR. HENRIQUE FONTANA - São dois e dois, Sr. Presidente. Nós precisamos do segundo. Se o Governo não quer usar suas inscrições, nós queremos, para esclarecer o desastre que é este projeto.

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente, art. 192, questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai continuar na obstrução. Eu quero dizer o seguinte aos nobres Deputados que estão fazendo declaração de amor a Minas Gerais: se amam, de fato, Minas Gerais, se respeitam os servidores públicos de Minas Gerais, compreendam nosso esforço de obstrução, que não é uma obstrução para impedir a votação do projeto. Esta é uma obstrução para conseguirmos avançar para uma alteração necessária ao projeto.

O PDT, desde o primeiro momento, está advogando a necessidade de fazermos uma alteração para retirar as condicionantes que prejudicam os servidores, para retirar as condicionantes que prejudicam o patrimônio de Minas Gerais, para que nós possamos efetivamente votar e garantir a capacidade de recuperação fiscal de Minas Gerais e dos demais Estados.

Então, essa declaração de amor não...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT está em obstrução.

Como vota o PCdoB?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota "sim".

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós somos a favor da preferência. Quero repetir, como Deputada do Rio de Janeiro, que o projeto enviado pelo Governo vai piorar a situação do Estado do Rio de Janeiro, não vai incorporar o acordo com Minas Gerais e quiçá com o Rio Grande do Sul e não vai salvar os outros Estados por uma



simples razão: não tem nenhum efeito imediato. As condições que o projeto impõe demandam meses para que cada Estado que resolver cumprir a receita definida pelo projeto perceba algum efeito.

Em segundo lugar, vai aumentar a dívida, e o próximo Governante, qualquer um, na hora em que pegar o Governo, nem terá mais o que vender.

Então, nós estamos enganando a população brasileira ao dizer que estamos resolvendo o problema emergencial dos Estados que estão em insolvência.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É 1 minuto. O PSOL vai usar a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Mas V.Exa. às vezes dá mais 10 segundos ou 15 segundos só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode concluir. Como vota o PCdoB: “sim” ou “não”?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - O PCdoB, em nome da saúde financeira dos Estados brasileiros e do Rio de Janeiro, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? É 1 minuto. *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. vai poder fazer a questão de ordem no final, antes da votação.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSOL vota “sim”, entendendo que esse projeto tem uma falha gravíssima: ele não considera, nem sequer do ponto de vista fiscal e administrativo, a diversidade da Federação brasileira.

Ele coloca numa “caixinha” um modelo de refinanciamento de dívida que implica juros sobre juros, na verdade não alivia nada aos Estados, apenas empurra com a barriga e, em especial, estabelece contrapartidas inadmissíveis, que vão levar os Estados à insolvência absoluta, penalizando aqueles que são nervo e vida da administração pública, os servidores, com contribuições maiores ainda para a Previdência, com o fim de concursos públicos, com congelamento salarial cruel.

Portanto, nosso voto é “sim”, pela preferência, para discuti-la no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes que o tempo cesse, eu não posso dizer que o voto é “sim” e vou começar desta maneira: o voto da Rede é “sim” à preferência.

Nós estamos diante de um projeto do Governo que não vai acrescentar boas expectativas de futuro para a Federação brasileira. A preferência para a votação da emenda substitutiva global poderia ensejar um tempo em que se harmonizasse o que nós pretendemos, a rigor, na interpretação da nossa Federação.

Não é possível a violação que está acontecendo hoje ao princípio federativo, que pode não ter recuperação tão cedo.

Quanto ao Rio de Janeiro, já explicitamos que o seu povo sofre, mas é pelo roubo dos governantes.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

O SR. WELITON PRADO - Sr. Presidente, gostaríamos que fosse acrescido o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está bem.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem e como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota “sim”. Inclusive, temos perspectiva de aprovar essa emenda que impede um grande retrocesso para o conjunto dos servidores públicos estaduais e para o Estado de Minas Gerais.

Temos a decisão do Supremo Tribunal Federal do dia 30 de novembro passado, que, por maioria de votos, decidiu que o Congresso Nacional teria 12 meses para aprovar uma lei para compensar financeiramente os Estados com a desoneração do ICMS sobre os produtos exportados. Se isso acontecesse, o Estado de Minas Gerais, que hoje deve 65 bilhões de reais para a União, passaria a receber do Governo Federal 92 bilhões de reais em decorrência da Lei Kandir. O Estado de Minas Gerais teria quase 30 bilhões de reais para receber do Governo Federal e sairia da situação de déficit. Essa seria uma alternativa, em vez de jogar todos os problemas nas costas dos servidores.

A medida proposta prejudica não só os servidores dos três Estados. Podem ter certeza de que ela vai ter reflexos.

Há também a questão de que esses Estados deixariam de ser competitivos, pois não teriam como atrair mais empresas. Muitas empresas deixariam, no caso, o Estado de Minas Gerais e outros Estados.

Então, há alternativas, basta querer, basta ter vontade política.



Nós encaminhamos pela possibilidade de aprovarmos essa emenda preferencial. Essa emenda preferencial é realmente muito importante. Nós não podemos penalizar o conjunto dos servidores, não podemos penalizar o conjunto dos trabalhadores. Da mesma, o PMB é totalmente contrário à reforma da Previdência.

A reforma da Previdência é uma maldade, uma injustiça com as pessoas mais pobres, principalmente com as mulheres, que vão ser as mais prejudicadas.

Aqui o meu posicionamento é o mesmo. Tive esse posicionamento no Governo passado e tenho o mesmo posicionamento no Governo atual. Eu não tinha nenhum cargo no Governo passado e não tenho nenhum cargo neste Governo.

Não vou de acordo com a onda de quem está no poder. O nosso posicionamento é o mesmo. Tenho compromisso público, inclusive registrado em cartório, de não votar contra o servidor público, não votar contra os aposentados e não votar contra os trabalhadores. Esse é o nosso posicionamento, e vamos continuar mantendo-o.

Se nós garantirmos a aprovação dessa emenda, nós não vamos penalizar os trabalhadores. Por quê? Porque os Estados têm que contratar. Por exemplo, a Defensoria Pública, cujos integrantes são advogados do pobre, do povo, daquelas pessoas que não têm voz, que não têm vez, tem um déficit muito grande de Defensores Públicos. Isso acontece no Brasil inteiro; em Minas Gerais não é diferente. Como é possível que a Defensoria Pública não vá poder contratar Defensor se já há um déficit muito grande?

Prejudicam-se os outros Poderes também, os servidores e a população que é atendida pelo Judiciário. Muitas pessoas procuram o Judiciário como sua única



esperança — o Deputado Alessandro Molon disse muito bem — para conseguir um médico na área da saúde, na área da Previdência Social. Às vezes, depende-se do Ministério Público.

Como se vai desfalcar totalmente o Ministério Público? Como que o Judiciário já não vai ter Defensoria Pública? O Estado, às vezes, tendo condições financeiras para contrair um empréstimo, não vai poder contraí-lo? Isso é injusto, não é certo.

Por isso, é muito importante a aprovação dessa emenda. Por isso o PMB encaminha o voto “sim”. E o nosso posicionamento é o mesmo, mantendo a coerência, pelos servidores, pelos trabalhadores. Não votamos de maneira nenhuma para prejudicar as pessoas que mais precisam.

E a Lei Kandir seria uma alternativa para fazer essa compensação. Como eu coloquei, qual é a dívida de Minas Gerais? A dívida é de 65 bilhões de reais. O que o Estado de Minas Gerais teria para receber com a Lei Kandir? Ele teria 92 bilhões de reais para receber; 92 bilhões de reais menos 65 bilhões de reais são praticamente 30 bilhões de reais que o Governo, a população de Minas Gerais teria que receber, em vez de ter que entregar os seus bens, como a CEMIG, que é patrimônio do povo mineiro.

Não é certo entregarmos as nossas riquezas a preço de banana num momento realmente de crise. Momento de crise é momento de gerar emprego, de gerar renda, de garantir desenvolvimento. Se for aprovado o PLP 343/17, vai ocorrer o contrário. Por isso, eu digo: é Robin Hood ao contrário. Vai-se levar mais fome, mais desemprego e vai-se penalizar o conjunto da população, que vai ter um péssimo atendimento.



Nós temos que valorizar o serviço público. Serviço público é para servir bem ao público. Como se vai servir bem ao público, se não houver servidores, se não houver recursos para recompor os órgãos, como no caso da Defensoria, que citei aqui e, para mim, é emblemático.

Então, o nosso posicionamento é o mesmo: somos contra o PLP 343/17.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

O SR. MIRO TEIXEIRA - Peço o tempo da Rede, Sr. Presidente. A Rede não usou o tempo.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente, com base no art. 95 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Líder tem preferência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Rede-RJ. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este é um momento bastante grave, e a Câmara dos Deputados jamais deixou de compreender este tipo de momento.

Nós temos um ambiente de muitas conversas, muitos círculos que se reúnem para assuntos diversos, mas, na hora da deliberação, nós temos aquela responsabilidade do eleitor dentro da cabine, até. Nós jamais faltamos ao Brasil. Essa é a verdade.

O ideal, para nós garantirmos, assegurarmos à Federação brasileira que a nossa Constituição não é composta de letras mortas, é permitirmos que se vote essa preferência para a emenda substitutiva. Não é que depois se vá aprovar a emenda substitutiva. É que em torno da emenda substitutiva nós poderemos tecer um acordo que atenda à Federação.

O meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, foi muitas vezes aqui citado: a situação é desesperadora. Quando se fala com qualquer pessoa, de qualquer nível social, o desalento que se percebe é inédito, é inimaginável. O Estado do Rio de Janeiro é um Estado alegre, é um Estado vivo, é um Estado vibrante, mas está de braços caídos, está desanimado, como se estivesse no canto de um ringue; um lutador abatido.

Mas o Estado não está abatido. A sua população é trabalhadora, é empreendedora. O que lá se passou também é inédito. A roubalheira que houve no Rio de Janeiro não tem paralelo em nenhum Estado brasileiro. V.Exas. podem entrar



nos *sites* do jornal *O Globo* ou de outros jornais que se dedicam ao noticiário do Rio de Janeiro para verificar que foi preso hoje de manhã um ex-Secretário de Saúde que se meteu até a roubar taxa de incêndio lá no nosso Estado.

Em nome do socorro ao Rio de Janeiro, vota-se um projeto que acaba com a Federação? É o contrário! Nós temos que dar àqueles dirigentes do Rio de Janeiro, isto sim, a punição devida. Eles têm que estar expostos, sim, à lei, ao julgamento, à cadeia. E são poucos ainda os que foram descobertos. Outros o serão, como hoje foi uma turma ligada ao Secretário de Saúde. Outros fatos acontecerão ainda, virão à tona.

O Rio de Janeiro não precisa, neste momento, desta votação. O Rio de Janeiro precisa é da aplicação da lei. O que hoje está sendo apontado como solução para Rio será a guilhotina dos outros Estados da Federação; é uma centralização de todos os poderes no Governo Federal. O Governo Federal vai dizer a cada Unidade da Federação o que deve ser feito por ela na administração dos interesses do povo.

Além do mais, nós mergulhamos agora num ambiente politicamente muito delicado. Se acessarem o *site* do jornal *O Estado de S.Paulo* — e agora já está, seguramente, em outro *site* —, verão revelada a decisão do Ministro Fachin sobre aquilo que foi chamado de “lista do Janot”. São Governadores, Senadores e Deputados que passarão a ser investigados. Eu desejo até que provem a sua inocência. Porém, politicamente, este é um momento que tem uma gravidade ímpar, uma gravidade única.

Eu peço a V.Exas. que nós votemos pela emenda substitutiva global, mas depois não passemos à votação do mérito.

Eu, por consequência, encerro aqui a minha fala.



Talvez o Presidente pudesse, de ofício, encerrar esta sessão. Senão, vamos à votação nominal.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Minoria?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
A Minoria vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho, pela Liderança do DEM.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Presidente, vamos votar a matéria! O Governo não estava com pressa de votar a matéria? Vamos votar a matéria! Para que o Governo agora vai atrasar? Para terminar a sessão e começar outra? Outra manobra, Presidente?

O SR. HENRIQUE FONTANA - Agora os Líderes do Governo vão se expor. Ficou interessante este debate! Ficou muito bom agora! Agora os Líderes do Governo resolveram debater a matéria. Estou gostando, Presidente! Agora está boa a coisa, Presidente! Eu gostei!

O Presidente está ali, está vendo como é. Agora foi dentro do Regimento. Está certo.

E é bom nós ouvirmos o argumento do Governo. Vamos ouvir como é a coisa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Quem sabe V.Exa. sai convencido com o discurso do Deputado Efraim Filho?



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Efraim Filho, pela Liderança do DEM.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, temos uma votação importantíssima agora, que definirá que tipo de texto nós iremos levar à votação pelo Plenário.

Este não é momento para essa briga, muitas vezes predatória, que a Oposição faz seja para poder ter a atenção dos demais Deputados e Deputadas, seja para ter os holofotes da imprensa, seja para fazer o “quanto pior, melhor”, que é a prática que a Oposição sempre desejou utilizar ao discutir os problemas do Brasil e agora, mais especialmente, o problema de três Estados: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Nós estamos prestes a votar não apenas uma lei de renegociação de dívidas, mas quase uma lei de falência dos Estados. Esta é a hora em que este Parlamento chama os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas a atingirem uma outra dimensão, a abandonarem a política pequena, a politicagem de fazer a briga naquilo que envolve a vida dos cidadãos brasileiros.

O que está em jogo aqui não é uma vitória do Governo ou da Oposição, como querem colocar. O que está em jogo aqui é a vida das pessoas, dos servidores, das servidoras, dos cidadãos, das famílias — neste momento, principalmente desses Estados. É gente que não está conseguindo colocar o pão na mesa da sua família, não está conseguindo pagar a conta da farmácia, não está pagando a escola dos filhos, e está aqui sendo objeto de jogo da Oposição, que manipula para inviabilizar a votação. Não!



Tenho absoluta convicção de que as Sras. e os Srs. Deputados terão essa grandeza. Esta é a hora em que homens e mulheres públicos são chamados a se pronunciar. Não entrem nesse jogo! Não esmoreçam! Não retrocedam! Não recuem! A população quer dos seus representantes posição, convicção! Não é hora de ficarem em cima do muro. Não é hora de se esconderem sob argumentos populistas, hipócritas, frágeis. É hora, sim, de nos posicionarmos.

A nossa digital ficará marcada se esse texto não passar; se esse projeto, Presidente, Deputado Rodrigo Maia, não passar, porque sabemos o que pode vir adiante: o caos administrativo; o não pagamento das polícias, que estão sem receber e estão firmes e fortes, esperando a resposta deste Parlamento.

E nós faremos o quê? Ficaremos parados? Seremos populistas? Amanhã, caso elas pararem e se instale caos pior do que o que vimos no Espírito Santo, isso será debitado na conta deste Congresso. Será debitado na conta deste Parlamento. A omissão e a inércia não são respostas para este momento. A omissão e a inércia, propostas pela Oposição, não são as respostas que V.Exas. têm que dar.

Sr. Presidente, faço este apelo para que na votação nos posicionemos e deixemos bem claro que temos que resolver com solidariedade a situação dos Estados. Esse recurso não é para salvar gestor, não é para salvar Governador, não é para salvar Deputados Estaduais. Esse recurso que virá desses acordos é fruto de um momento que nenhum outro Estado gostaria de estar vivendo.

Eu ouvi, no plenário, argumentos como o seguinte: “*O meu Estado fez o dever de casa, e outros Estados terão os benefícios?*” Não quero, jamais, que a minha Paraíba precise desse socorro, porque chegar a essa situação é estar à beira do precipício, do abismo, e não temos asas para voar.



É preciso refazer o caminho passo a passo; voltar para poder reconstruir uma história que não deixa saudade. Tenho certeza de que aqueles que são dos Estados que estão nesse processo não têm saudade do momento que passou.

Mas é hora de mirar o futuro; é hora de olhar adiante; e — insisto — é hora de pensar no servidor que está sem colocar o pão na mesa da sua família, no aposentado que não consegue pagar a conta da farmácia, naqueles que não estão recebendo dinheiro para poder pagar a escola dos seus filhos.

E é o seu voto que decidirá e definirá o futuro dessas pessoas. É hora de termos consciência da dimensão que têm homens e mulheres públicos, para que possamos dar a resposta que a sociedade e o momento histórico exigem e que o Parlamento cobra daqueles que compõem esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a sessão, porque o PMDB pediu a palavra e falta apenas 1 minuto. Então, preciso encerrar a sessão.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Solicito novo painel, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vou pedir novo painel, para dar uma avaliada na presença, Sr. Presidente.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ANGELIM (PT-AC. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham neste momento das galerias do Plenário ou pelos órgãos de comunicação da Câmara dos Deputados, quero usar desta tribuna para me somar à reclamação feita ontem pelo Deputado Glauber Braga sobre o uso de um perfil oficial da Câmara dos Deputados no Facebook para divulgar a posição do Governo sobre a reforma da Previdência, especialmente porque sabemos que os números divulgados são falaciosos.

Desde o início deste debate, os auditores-fiscais da Receita Federal, através da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal — ANFIP, vêm denunciando que o alegado déficit da Previdência é uma falácia, pois os gastos com a Previdência fazem parte do orçamento da chamada seguridade social, composta ainda pela saúde e pela assistência social, enquanto que as receitas que atendem a estas despesas vão muito além das contribuições de trabalhadores e empregadores, pois contam com os recursos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do PIS/PASEP, além de parte da arrecadação com loterias federais.

A Constituição de 1988 estabeleceu dois seguimentos clássicos da Previdência no Brasil, um segmento urbano, superavitário, com elevado nível de receitas próprias advindas das contribuições dos trabalhadores e das empresas, e um segmento rural, que praticamente não contribui e tem caráter assistencial, para cujo financiamento o Constituinte previu as contribuições acima aludidas.



Ao contrário do que vem dizendo o Governo, os números do próprio Governo mostram que, mesmo com toda a crise econômica que estamos passando, agravada pela incompetência mostrada nestes últimos meses, tivemos superávit da Previdência em 2015 de R\$ 12 bilhões, isto nas palavras dos próprios profissionais encarregados da arrecadação tributária e previdenciária, representados pela ANFIP.

Então, podemos supor que os recursos arrecadados para financiar a seguridade social estão sendo desviados para tapar buracos orçamentários em outro lugar que não a previdência do trabalhador.

Sabemos que não é para a saúde nem para a educação, já que Temer congelou, com o apoio de sua base aqui no Congresso, todos os investimentos nestas áreas por 20 anos. Também acabou ou reduziu os gastos com vários programas sociais, como o Ciência sem Fronteiras. Se alguém me disser que suspeita que este dinheiro esteja indo pagar os juros da dívida para os bancos e para os rentistas, eu não me surpreenderei.

No último número da prestigiosa *Revista de Conjuntura*, publicada pelo Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, o Prof. Dércio Garcia Munhoz, que foi Presidente do Conselho Nacional da Previdência Social, nos brinda com um artigo intitulado *Crise da Previdência: os números do Governo desmentem o Governo*, em que nos apresenta argumentos e, especialmente, números, que tornam clara a falácia do déficit já denunciada pelos auditores-fiscais da Receita Federal.

Usando dados do próprio Ministério da Fazenda, Munhoz nos mostra que entre 2010 e 2015 a Previdência urbana acumulou superávits próximos de R\$ 100 bilhões e só em 2016 registrou déficit, fruto de um aumento de apenas 3,7% da



receita, causado pela crise econômica.

Munhoz argumenta que, se a Previdência urbana vinha acumulando superávits até a chegada da crise econômica, e a Previdência rural tem garantido seu financiamento pelo esquema de contribuição criado pela Constituição de 1988, poderia ainda restar a dúvida sobre se o aumento nos dispêndios previdenciários não estaria realmente fora de controle, como alegam as autoridades do Governo.

Essa dúvida é imediatamente desfeita com os números do Ministério da Fazenda, que mostram uma tendência de queda relativa dos dispêndios totais da Previdência com benefícios em relação ao PIB. Em 2006, estes dispêndios equivaliam a 6,9% do PIB; em 2007, o número caiu para 6,7%; em 2008, caiu para 6,5%; em 2009, voltou para 6,8%; em 2010, caiu para 6,6%; em 2011, caiu de novo para 6,5%; em 2012, passou para 6,6%; em 2013, para 6,7%; em 2014, voltou ao patamar de 2006, de 6,9%, e com o agravamento da crise, subiu para 7,4% em 2015.

Estes números mostram claramente uma tendência de queda dos dispêndios da Previdência em relação ao PIB, só interrompida em 2015 diante do recuo de 3,8% no PIB.

Se olharmos apenas os gastos com benefícios urbanos, podemos ver que os dados do Ministério da Fazenda mostram que os dispêndios equivaliam a 5,5% em 2006 e 2007 e foram caindo nos anos seguintes, até chegar ao patamar de 5,0%. Em 2014, era de 5,3% e, em 2015, já em plena crise, o percentual foi de 5,6%, nível em que estávamos em 2006. Segundo Munhoz, não fora a recessão, o percentual de 2015 teria sido de 5,4%, ainda que a economia estivesse estagnada.

Quando examinados isoladamente os gastos com as aposentadorias urbanas,



estas também recuaram em relação ao PIB: eram de 3,1% em 2006, mantiveram a tendência de queda verificada nos anos seguintes, chegando a 2,9% e, em 2015, estavam em 3,2% do PIB, ano em que o próprio PIB caiu 3,8%.

Estes os números, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que mostram, de maneira insofismável, que esta reforma é desnecessária e visa apenas destruir a nossa Previdência pública, para que os bancos ganhem mais dinheiro nos vendendo uma previdência privada.

Que Deus nos proteja do dia em que as aposentadorias dos nossos filhos e netos dependam do Bradesco e do Itaú, que, a propósito, devem juntos mais de R\$ 550 milhões para a Previdência Social. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal devem outros R\$ 750 milhões. Vejam que só o sistema financeiro, que recebe religiosamente em dia os rendimentos dos títulos da dívida pública, pagos pelo Governo, deve mais de 1 bilhão de reais para a Previdência.

Sobre este assunto, é sempre bom lembrar que os devedores da Previdência Social acumulam uma dívida de R\$ 426,07 bilhões, quase três vezes o valor do alegado déficit do setor, segundo matéria publicada em fevereiro deste ano pela EBC, empresa de comunicação gerida pelo Governo.

Este o debate franco e aberto que devemos fazer aqui nesta Casa, baseado em dados da realidade e com o olhar firme nos interesses das novas gerações, relegando ao lixo da história as propagandas tendenciosas como aquela que a Mesa Diretora da Câmara publicou no Facebook.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita indignação que uso esta tribuna a fim de repudiar com veemência mais um covarde ataque contra nossos irmãos cristãos. Desta vez as vítimas são os coptas, no Egito.

Os cristãos estão há muito mais tempo no Egito e em outros países árabes do que os muçulmanos, sempre de forma pacífica e com respeito a outras religiões.

No Egito e em outros países árabes que formaram maiorias muçulmanas, as comunidades cristãs, tradicionalmente em minoria, são protegidas, e a convivência é pacífica. E isso já dura muitos séculos.

Mas o famigerado EI — e me permito só me referir a esses bárbaros pelas iniciais — perdeu completamente o senso de humanidade e, levando ao extremo falsas interpretações do Alcorão, intenta eliminar os que ele chama de infiéis e covardemente ataca inocentes em ambiente sagrado onde apenas se busca a presença de Deus. Ataque como esse que vitimou 44 cristãos, num momento que antecede a visita do Papa Francisco, é um aviso sintomático de seu desvario primitivo e sanguinário que visa intimidar cristãos de todo o mundo.

Solidarizo-me com todo o povo egípcio, de todas as religiões, e peço que nos unamos em um só ideal, o bem comum da humanidade.

Finalizo pedindo a Deus que devolva a paz ao Oriente Médio e derrame as mais especiais bênçãos celestiais sobre todos.



O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Programa de Ação Afirmativa, instituído pelo art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, é um excelente instrumento para promover o emprego das pessoas com deficiência no setor privado. É necessário, porém, o aperfeiçoamento ora proposto, que estimula a contratação de pessoas com deficiência para a aprendizagem e aponta solução para dificuldades enfrentadas pelas empresas quanto à escassez de mão de obra qualificada para o preenchimento de todas as vagas reservadas.

O contrato de aprendizagem, regulado pelos arts. 424 a 433 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, é um contrato de trabalho especial em que o empregador compromete-se a assegurar ao aprendiz formação técnico-profissional metódica, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. Apesar de o principal objetivo da aprendizagem ser a formação técnico-profissional ao aprendiz, que é um trabalhador, assegura-se o recebimento de salário e outros direitos trabalhistas, como a limitação de jornada e os depósitos de FGTS (no valor de 2% de sua remuneração).

O art. 429 da CLT obriga os estabelecimentos de qualquer natureza a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Não há, entretanto, obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas com deficiência.

Por outro lado, a norma que atualmente determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas empresas com 100 ou mais empregados exclui a



contratação de aprendiz para fins de verificação do preenchimento das cotas (§ 3º do art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991), o que pode desestimular a contratação de aprendizes com deficiência.

Tal restrição não se justifica, considerando que a aprendizagem é, sem dúvida, uma relação de trabalho que merece ser estimulada, especialmente por sua finalidade de formação técnico-profissional, dirigida aos jovens iniciantes no mercado.

Diante desse quadro, apresentei o Projeto de Lei nº 5.260, de 2016 buscando incentivar a contratação de aprendizes com deficiência e, assim, contribuir com o desenvolvimento da capacitação profissional das pessoas com deficiência. Desta forma, colabora também com a superação de uma das principais dificuldades alegadas pelos empregadores para o preenchimento integral das cotas, que é a relativa à oferta de mão de obra qualificada.

Registre-se, por fim, que o projeto tem o cuidado de limitar o cômputo da contratação de aprendizes a, no máximo, metade do número total de vagas para pessoas com deficiência na empresa. Se não houvesse tal limite, a finalidade da norma poderia ser desvirtuada com a utilização da aprendizagem para o preenchimento, até mesmo, de todas as vagas reservadas, em prejuízo aos contratos de emprego.

Muito obrigado.



O SR. STEFANO AGUIAR (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna abordar uma gravíssima questão que colocou em xeque a credibilidade do Brasil nos mercados nacional e internacional de carne bovina. Refiro-me aos escândalos investidos pela Polícia Federal, intitulados de Operação Carne Fraca.

O episódio, além de constrangedor, manchou as nossas instituições públicas e o próprio Governo Federal. De acordo com a Polícia Federal, frigoríficos “maquiavam” carnes vencidas com ácidos ascórbicos, para vendê-las. Além disso, as empresas subornavam fiscais do Ministério da Agricultura para que autorizassem a venda do produto sem a devida fiscalização. A carne imprópria para consumo seria destinada ao mercado interno e à exportação: um crime que precisa ser apurado com rapidez e veemência.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o rebanho bovino brasileiro possui 212 milhões de cabeças, o que poderá colocar o País como o maior produtor de carne bovina do mundo, superando os Estados Unidos, nação que atualmente ocupa o primeiro lugar no *ranking*.

De acordo com dados da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária (CNA), a cadeia produtiva brasileira da carne bovina movimenta cerca de 167,5 bilhões de reais por ano e gera aproximadamente 7 milhões de empregos. O setor produz 9,5 milhões de toneladas, sendo 7,6 milhões destinados ao mercado interno e 1,8 milhão exportado para mais de 140 países. Estamos falando de um mercado extraordinário, Sr. Presidente! Sabemos que a agropecuária é um importante pilar de sustentação da economia brasileira, haja vista que gera empregos e impostos, e, por consequência, alavanca o desenvolvimento socioeconômico. Neste setor,



especificamente, temos *expertise* e somos referência.

Diante do cenário de crise em que vive o Brasil, não podemos permitir que uma fonte sólida de receita seja ameaçada e prejudique a manutenção e a geração de importantes postos de trabalho. É fato, vivemos dias de instabilidade e incertezas.

E os nossos números são realmente expressivos. O rebanho bovino brasileiro possui mais de 212 milhões de cabeças e os cinco maiores Estados produtores são estes: Mato Grosso, com 28 milhões de cabeças; Minas Gerais, com 23 milhões; Goiás, com 21 milhões; Mato Grosso do Sul, com 21 milhões; e Pará, com 19 milhões.

É importante lembrar que o que está em investigação são pouco mais de 20 frigoríficos, entre mais de 4 mil unidades do setor em todo o País, e há apenas duas amostras de laboratório em toda a investigação. Os fatos precisam ser investigados em profundidade e divulgados com responsabilidade para o consumidor e os países que comprarem proteína animal do Brasil.

Continuar exportando um produto de excelente qualidade e tão apreciado no mundo inteiro, como é o caso da nossa carne bovina, significa, em outras palavras, salvaguardar em primeira análise a agropecuária brasileira e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade de vida da nossa gente e a dinamização da economia.

Acredito na apuração séria, isenta e célere da Polícia Federal.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. BILAC PINTO (PR-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dirijo-me a todos os amigos presentes para trazer uma notícia animadora, vinda do sul de Minas Gerais. Trata-se de uma mudança no estilo de vida da população jovem do Município de Santa Rita do Sapucaí que tem trazido um fôlego renovador a toda a população e região.

O setor de tecnologia tem levado ao Município um desenvolvimento surpreendente. Recentemente o Facebook anunciou as 45 cidades ao redor do mundo que receberão seu evento anual, o F8. No Brasil, além do Município mineiro, apenas São Paulo e Porto Alegre sediarão o evento. Concomitantemente, uma empresa formada por ex-alunos do Instituto Nacional de Telecomunicações, o INATEL, a PETCOM, anunciou um grande aporte em investimentos pela suíça R&M, que passa a assumir o comando da *startup* especializada em soluções inovadoras para fibra óptica.

No mesmo período, foram anunciados na cidade mais uma edição do Startup Weekend, evento global em que são criadas empresas inovadoras em apenas um fim de semana, além de um encontro em que jovens *designers* e programadores passarão horas dedicadas à criação de novidades em jogos digitais, conhecido como Hackathon de Games.

No segmento de esportes e turismo, a Confederação Brasileira de Voo Livre anunciou que a plataforma de Santa Rita do Sapucaí foi a que teve o maior número de voos registrados pela associação em 2016, com mais de 5 mil saltos.

Não bastasse isso, Santa Rita também receberá nos próximos dias uma série de eventos com entrada franca. Eventos culturais, como uma palestra sobre a legalização das drogas, seguida de um *show* de *jazz* e debates sobre o festival de



inovação norte-americano SXSW, seguido de *shows* musicais com artistas locais que vêm se destacando no cenário nacional. Haverá um encontro de programadores do Google Developers Group, além de mais uma edição de um programa de desenvolvimento de atitude empreendedora para crianças que será realizado a partir de uma campanha de financiamento coletivo.

Tal variedade e quantidade de eventos tem despertado o interesse de jovens de todo o País que se surpreendem com a qualidade dos eventos que muitas vezes não acontecem em grandes cidades e que fazem parte da “agenda” de um Município de apenas 40 mil habitantes, mas com uma imensa vocação para a inovação, de dar inveja às principais capitais do País.

A base de tudo é a educação, conta o engenheiro Vinicius Soares, que há cerca de 10 anos deixou o interior do Rio de Janeiro para estudar no INATEL e optou por permanecer na cidade. *“A Escola Técnica de Eletrônica, o INATEL e o Centro Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação — FAI formam um criadouro de profissionais de alto nível.”* Mas as características de uma vida simples e a valorização da cultura do interior também são enaltecidas pelo engenheiro. Soares lembra que, além da tecnologia, uma das paixões da população são as corridas, seu passatempo favorito. *“Apenas em 2017, Santa Rita será sede de mais de dez provas nas paisagens exuberantes da cidade entre corridas urbanas e em estradas rurais.”*

Quem também se diz encantada com Santa Rita do Sapucaí é a empreendedora Paula Dias, que mudou recentemente dos Estados Unidos para iniciar sua marca de café especial na cidade. *“Temos amigos do mundo inteiro que vivem aqui. Fazemos negócios com diversos países sem ter que sair daqui, mas*



também posso ter minha horta em casa, tomar café na padaria, e meu filho pode estudar em uma excelente escola pública". Paula conta que o movimento Cidade Criativa Cidade Feliz, que funciona como um trampolim para novos projetos, é a iniciativa que mais admira.

O evento, que é realizado anualmente em agosto, já é tradição na região. Regularmente acontecem as mais diversificadas atividades abertas ao público que vão do festival de *jazz* à feira de artesanato local.

Até os estrangeiros que muitas vezes chegam ao Município para estudar se encantam com esse "casamento" entre a inovação e a cultura e acabam por se radicar em Santa Rita do Sapucaí. Para o australiano Luke Kiernan, o pequeno Município mineiro é um caso raro de referência em criatividade e inovação fora de uma metrópole. *"Santa Rita tem tudo o que uma grande cidade oferece, mas em pequena escala, com um enorme senso de comunidade e simplicidade"*, destaca Kiernan, que antes de adotar Santa Rita do Sapucaí como seu lar vivia em Londres, na Inglaterra.

Outro exemplo é o da jovem engenheira Gerusa Oliveira, que saiu de Campinas, no Estado de São Paulo, para viver em Santa Rita. Ela salienta que, além da força tecnológica que faz a cidade ser reconhecida nacionalmente como o Vale da Eletrônica, a receptividade da população com quem chega de fora é muito positiva. Já o músico santa-ritense Juliano Souza destaca que, além de ser um polo de tecnologia e também ter muitos movimentos artísticos, a conexão entre esses dois mundos é uma enorme vantagem. *"O INATEL tem um dos melhores teatros do País não só em infraestrutura, mas também por possibilitar que os artistas locais tenham acesso irrestrito a ele."* O resultado, segundo Souza, é de uma programação



extensa ao mesmo tempo em que nascem vários projetos autorais. O músico também ressalta a capacidade de conexões que a cidade oferece. *“Minha banda toca em São Paulo o tempo todo, organizo festivais, tenho um programa de rádio, e ainda dou aulas de música no INATEL, como complemento da formação humana dos estudantes de engenharia”*, destaca. *“Santa Rita é pequena, mas tem uma visibilidade tão grande e acesso tão fácil às principais capitais, que faz com que qualquer iniciativa criada aqui tenha peso nacional”*, completa.

A interação natural entre a universidade e a comunidade faz com que Santa Rita do Sapucaí esteja na contramão da maioria dos pequenos Municípios do interior, onde observamos a tendência de migração dos jovens para os grandes centros em busca de aquisição de conhecimento e de desfrutar de um ambiente cultural rico e diversificado. *“Apesar da cidade, obviamente, ter seus problemas e desafios, Santa Rita tem um estilo de vida totalmente singular, que talvez não seja o ideal para quem busque apenas um emprego qualquer ou uma vida padronizada”*, conclui João Rubens Costa, jovem *designer*, que trocou a capital carioca pela pequena cidade mineira *“mas que é altamente atrativo às pessoas que querem realizar trabalhos de impacto sem a pressão dos grandes centros, o que resulta numa quantidade incomparável de atividades interessantes e inclusivas”*, lembrando que Santa Rita também é palco do Bloco do Urso, um dos principais carnavais do país, do Showrrasco, festival de música que atrai público de todo o Brasil, e do Hack Town, festival reconhecido internacionalmente, inspirado no SXSW, que reúne palestras em locais inusitados.

Assim, a pequena Santa Rita do Sapucaí, no sul de Minas Gerais, torna-se a cada dia um celeiro de educação e cultura a ser seguido por todos os demais pequenos Municípios brasileiros.

Muito obrigado.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias — CDHM realizou, na semana passada, sua primeira audiência pública sob a Presidência do Deputado Paulão, do PT de Alagoas.

Tenho a honra e a alegria de fazer parte agora, como membro titular, daquele colegiado tão importante para o fortalecimento da democracia brasileira.

A pauta do primeiro encontro foi a elaboração do planejamento de atividades da Comissão para este ano, 2017. A CDHM é, tradicionalmente, um colegiado que articula suas ações a partir da interface com os mais variados segmentos da sociedade. Essa primeira reunião não foi diferente.

A Comissão abriu espaço a integrantes de movimentos sociais e organizações que atuam na temática de Direitos Humanos e a Parlamentares para trazerem suas contribuições sobre as prioridades para o ano.

Foram mais de 40 inscritos que puderam falar sobre suas reivindicações e trazer denúncias de violação de direitos humanos, desde representantes de entidades de caráter nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra — MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB e a Central Única dos Trabalhadores — CUT, até conselhos nacionais, estaduais e distritais.

A Mesa do encontro contou com a Vice-Presidente da CDHM, Deputada Erika Kokay, do PT do Distrito Federal; o Secretário Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais e primeiro Presidente da história da CDHM, Nilmário Miranda; a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, Deborah Duprat; o Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Darci Frigo; o Presidente da Associação dos Juízes Federais do



Brasil, Roberto Carvalho Veloso, e o Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB, Everaldo Patriota.

Além dos presentes à reunião, a audiência pública contou com a participação de mais de 30 mil pessoas por meio de transmissão *on-line* pela página da CDHM no Facebook.

Essa interação virtual é de extrema relevância para os trabalhos da Comissão, porque amplia o alcance dos debates, fortalecendo a aliança com a sociedade brasileira.

Durante essa primeira reunião, foram encaminhadas 33 propostas para avaliação da Comissão, que agora vai definir como montar sua agenda de trabalho tendo em vista essas e outras demandas importantes na luta pelos direitos humanos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. DR. JORGE SILVA (Bloco/PHS-ES. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, proteger a saúde de crianças e jovens é uma das mais recompensadoras atividades da Medicina. Nosso País, com seu exemplar programa de vacinação, já erradicou doenças como o sarampo e a poliomielite e vem reduzindo a mortalidade infantil a passos largos.

Um grande desafio, no entanto, ainda se impõe à Medicina. Estudos do Ministério da Saúde indicam que o câncer é a principal causa de morte por doença entre crianças e jovens no Brasil. Entre 2009 e 2013, foram mais de 17 mil mortes causadas pelo câncer, somente na faixa etária entre os 15 e 29 anos. Considerando as crianças e os adolescentes de até 19 anos, estima-se que serão 12,6 mil novos casos somente neste ano.

No Brasil, a taxa de sobrevivência estimada para essa faixa etária é de 64%. Mas, para que as chances de cura sejam maiores, o diagnóstico precoce e o acesso ao tratamento especializado são indispensáveis.

Infelizmente, essa não é uma realidade para todas as crianças brasileiras. Informações recentemente divulgadas pelo Instituto Nacional do Câncer — INCA apontam diferenças significativas na sobrevivência de pacientes infantojuvenis nas diferentes Regiões do País. A Região Sul tem o melhor índice, com 75% de sobrevivência, enquanto o Nordeste e o Norte apresentam índices de 60% e 50%, respectivamente.

É impossível não se entristecer com esses números, pois eles são a prova de que muitas crianças estão perdendo a vida por falta de uma estrutura adequada para o diagnóstico e tratamento da doença. Daí a importância da instalação de centros especializados por todo o País, com oncologistas pediátricos e equipes



especializadas no atendimento à criança com câncer.

Em 10 de fevereiro de 2017, o Ministério da Saúde lançou o primeiro Protocolo de Diagnóstico Precoce do Câncer Pediátrico. A intenção é auxiliar a condução de casos suspeitos ou confirmados, desde a atenção básica até a assistência de alta complexidade.

O câncer infantojuvenil apresenta crescimento rápido, por isso é muito importante que o diagnóstico e o início do tratamento aconteçam com agilidade. Para isso, além de capacitar os profissionais de saúde, é necessário levar ao conhecimento das famílias quais são os sintomas que podem estar associados ao câncer infantojuvenil, para que os próprios pais possam identificar a necessidade de procurar atendimento médico.

Com frequência, os primeiros sinais da doença são muito parecidos com os de doenças comuns da infância, o que pode atrasar o diagnóstico. Por isso, é importante que os pais estejam atentos a sintomas como palidez, manchas roxas, dor na perna, perda de peso sem motivo, entre outros.

Em uma louvável iniciativa, o Ministério da Saúde lançou, há poucos meses, materiais de comunicação com o tema *Câncer infantil: sinais e sintomas*, que podem ser encontrados no *site* do INCA e nas redes sociais do Ministério.

A atenção do poder público para o combate ao câncer infantojuvenil tem aumentado o entendimento do tema no Brasil. Da mesma forma, os avanços da Medicina já foram capazes de aumentar significativamente a sobrevida dos pacientes com câncer. Juntos, o potencial da Medicina e a atenção do poder público podem ainda salvar a vida de muitas crianças brasileiras que, sem o atendimento adequado, perderiam suas vidas para o câncer.



Por isso, chamo a atenção para este problema com o pensamento em cada criança brasileira que é obrigada a enfrentar essa doença, para que elas possam ter a chance de vencer o câncer e de aproveitar a infância com saúde.

Muito obrigado.



A SRA. DÂMINA PEREIRA (Bloco/PSL-MG. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna despedir-me da função de Coordenadora-Geral dos Direitos da Mulher, que exerci, com orgulho, desvelo e entusiasmo, durante os 2 últimos anos.

A Coordenaria dos Direitos da Mulher é órgão recente dentro da estrutura da Câmara dos Deputados. Criada em 2013, pela Resolução nº 31, ela compõe, ao lado da Procuradoria da Mulher, a Secretaria da Mulher.

Em virtude da exígua participação feminina nesta Casa de Leis, que hoje é de somente 10% dos assentos, constatou-se a premência de haver uma instituição para congregar as Deputadas, representar a bancada feminina e trabalhar em defesa dos direitos da mulher brasileira e pela aprovação de matérias que visem a assegurar a igualdade de gênero em nosso País.

Com vistas a cumprir sua missão institucional e fazer ouvir a voz feminina na Casa do Povo brasileiro, a Coordenadoria dos Direitos da Mulher tem a prerrogativa de participar, com os Líderes, das reuniões convocadas pelo Presidente da Câmara e usar o período destinado às Comunicações de Liderança.

Faço estas considerações, Sr. Presidente, para enaltecer a atuação das Parlamentares desta Casa, que, a despeito de serem poucas em número, tornam-se muitas na ação, no diálogo, na inteligência, no serviço e na persistência.

Devo agradecer a cada uma das Deputadas Federais por confiarem a mim tão elevada função, de dirigir a bancada feminina, função que desempenhei dentro de minhas modestas habilidades.

O biênio 2015/2016 foi um período marcante para a agenda parlamentar das mulheres, com a aprovação de proposições significativas. Também tivemos,



contudo, as nossas derrotas.

Talvez o revés mais penoso tenha sido o da reforma política, a Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, em cuja tramitação não conseguimos sensibilizar os Deputados da importância e urgência de garantir um percentual mínimo de vagas para mulheres nos Legislativos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A emenda foi rejeitada, faltando somente 15 votos para a sua aprovação.

Por outro lado, inúmeras matérias importantes foram aprovadas no período. Citarei somente algumas delas, por total ausência de tempo para aludir a todas.

Em 2015: Lei nº 13.239, que dispõe sobre a realização, no âmbito do SUS, de cirurgia plástica para reparar lesão decorrente de violência contra a mulher; Lei nº 13.112, que permite à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho; Lei nº 13.104, a Lei do Feminicídio; Lei Complementar nº 153, que trata da aplicação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional na implantação de berçário, creche e seção destinada à gestante e à parturiente nos estabelecimentos penais.

Em 2016, Lei nº 13.271, que proíbe a revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho; Lei nº 13.287, que proíbe o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres; Lei nº 13.272, que instituiu o ano de 2016 como o Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte; a criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher por meio da Resolução nº 15, de 2016.

Acredito, Sr. Presidente, que estas medidas e tantas outras em tramitação — várias já aprovadas em Comissão, outras já no Senado Federal — demonstram a sensibilidade do Parlamento e da sociedade brasileira para a agenda da defesa dos



direitos da mulher, que é uma agenda de todos os brasileiros.

Nada obstante, devemos olhar estes triunfos como motivo para nos encorajar a seguir adiante e demolir de vez o monstruoso e recalcitrante resíduo de machismo que persiste em nosso País, que tanto oprime milhares ou milhões de mulheres brasileiras diariamente.

Deixo, portanto, a Coordenadoria dos Direitos da Mulher feliz pelos resultados que atingimos e confiante em que as denodadas Deputadas Federais continuarão a luta de promover a igualdade de gênero, a segurança e os direitos das mulheres de todos os cantos deste Brasil.

Gostaria de agradecer ao Presidente Rodrigo Maia pela atenção e apoio sempre dispensados às Deputadas, em particular à Coordenadoria, e à causa feminina. Agradeço também aos Líderes partidários, com quem travamos vários debates e entendimentos.

Agradeço especialmente aos servidores da Secretaria da Mulher, exemplo conspícuo de dedicação, esforço e profissionalismo no cumprimento de suas funções, que sempre apoiaram os trabalhos desta Coordenadora-Geral, em todos os horários e situações.

Aproveito para parabenizar as Deputadas Soraya Santos e Gorete Pereira, eleitas Coordenadora e Procuradora para o próximo biênio. Desejo a elas e às adjuntas um excelente trabalho.

Por fim, Sr. Presidente, declaro que deixei o posto, mas não larguei a luta. Continuarei empenhada para construir uma Nação igualitária, em que as mulheres sejam respeitadas, e sua segurança e seus direitos garantidos. Não tenho dúvida de que este horizonte será alcançado, e o será muito em breve, e de que seremos um



modelo para as nações do mundo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham de todas as regiões do Brasil, a luta de milhares de pais e mães de crianças e jovens diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelo fim do preconceito e por mais inclusão é representada pela cor azul. Por isso, o mês de abril continua azulado em todo o Brasil, motivando os brasileiros a compartilharem informação, pois só através do conhecimento é que conseguiremos pôr fim ao preconceito contra as pessoas com autismo.

Na última sexta-feira participei do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Autistas, na Câmara Municipal de Campinas, em São Paulo. O lançamento dessa Frente Parlamentar fez parte de uma programação semanal dedicada à discussão sobre o autismo, na qual foram debatidas as políticas públicas voltadas tanto para a inclusão das pessoas com autismo na sociedade quanto para a garantia do diagnóstico precoce e do tratamento adequado por parte da rede pública municipal de saúde.

Como representante do povo de Campinas e região na Câmara dos Deputados, é meu dever contribuir para a criação de políticas públicas de apoio às pessoas com autismo, assegurando-lhes o direito à saúde, à educação, à assistência social, ao emprego e à cidadania. Também é meu dever garantir a manutenção dessas políticas públicas e fiscalizar o cumprimento das leis que estão em vigor.

Conforme dados do IBGE, no Brasil existem 2 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo. Ao lado de cada pessoa existe uma família lutando para que ela tenha um tratamento médico adequado; para que seja aceita em uma



escola normal e, por conseguinte, seja aceita pelos colegas; para que não seja alvo de *bullying*.

Principalmente, milhares de famílias, neste momento, lutam para que a sociedade aceite seus filhos como são. É uma verdadeira batalha, Sr. Presidente, enfrentada por milhares de pais e mães, independentemente de classe social. Infelizmente, a desinformação ainda é o principal obstáculo para as famílias que convivem com o autismo.

Apesar da Lei nº 12.764 de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, determinar as obrigações do poder público, o que inclui a União, os Estados e os Municípios, no sentido de promover a inclusão social, ainda chegam ao meu conhecimento relatos que são manifestações de puro preconceito, geradas pelo desconhecimento. Não são poucos os relatos de gestores de escolas públicas e privadas que negam acesso a criança com autismo ou impõem dificuldades, a fim de não as matriculem. Em muitos casos, o ingresso da criança autista ocorre somente após decisão judicial.

A Lei nº 12.764, de 2012, assegura à pessoa diagnosticada com autismo o acesso à educação e ao ensino profissionalizante; à moradia — inclusive a residência protegida; ao mercado de trabalho; à Previdência Social e à assistência social. Toda pessoa com Transtorno do Espectro Autista tem direito de frequentar a escola normal e de conviver com crianças normais, sem diferenciação de ambiente, por conta da deficiência intelectual. A lei ratifica que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, nem será privada de sua liberdade ou do convívio familiar, nem sofrerá discriminação por



motivo da deficiência.

A lei sancionada em 2012, Sr. Presidente, nos ajuda a pôr fim ao preconceito, mas nenhuma lei será suficiente se não conseguirmos mudar a concepção sobre o autismo que ainda existe no coração da maioria das pessoas. Assim como é terrível ver o filho sendo rejeitado por uma escola, também é horrível quando pessoas olham para a criança com ar de estranheza e de preconceito em lugares públicos.

Um dos mitos recorrentes é o de que a pessoa com autismo vive em seu mundo próprio, sem condições de interagir com o próximo e distante da realidade que o cerca. Outro é o de que o autista é incapaz de manifestar afeto, mas, muitas vezes, o ambiente que ele se encontra, seja em casa, na rua ou na escola, não o estimula a buscar a comunicação, fonte primária dos vínculos afetivos.

Essa luta, Sr. Presidente, é por mais respeito e cidadania. O poder público precisa dar o exemplo, tratando com igualdade as minorias. É preciso fortalecer os Estados e Municípios, no sentido de oferecerem à população equipamentos e pessoal qualificado para garantir o diagnóstico precoce, bem como o tratamento multidisciplinar, que envolve o atendimento específico às pessoas com autismo e o apoio psicológico às famílias.

Neste mês de abril precisamos fortalecer o debate, no sentido de mostrar à sociedade o quanto podemos aprender com essas pessoas tão especiais e o quanto o Estado pode fazer por elas.

Encerro meu pronunciamento, proferindo uma frase de Jesica Del Carmen Perez: *“As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus voos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar”*.

É o que tenho a dizer.



O SR. ULDURICO JUNIOR (PV-BA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais de 63% das rodovias federais e estaduais na Bahia são consideradas regulares, ruins ou péssimas. Se incluirmos nessa avaliação as ligações municipais, a maioria em condições precárias, podemos imaginar os sacrifícios a que estão submetidos os usuários das estradas baianas, e os prejuízos que isso acarreta para a economia.

Todos os anos, Confederação Nacional do Transporte — CNT analisa mais de 100 mil quilômetros de rodovias em todo o País, levando em conta a situação do pavimento, a sinalização e a geometria da via, item que inclui a existência de pontes, curvas perigosas e faixa adicional de subida, por exemplo.

A 20ª edição dessa pesquisa, divulgada em outubro passado, trouxe más notícias para o meu Estado. Só 36,6% das rodovias federais e estaduais baianas são consideradas boas ou ótimas. Nas demais, ou seja, em quase dois terços das estradas, pelo menos um dos aspectos avaliados apresenta problemas.

Estão em condições ruins 18,2% da extensão total pesquisada, e, em péssima situação, 8,1%. Isso significa que, dos 8.584 quilômetros pesquisados pela CNT no Estado, 2.253 quilômetros, representando 26% do total, são ruins ou péssimos.

Pertence à Bahia, também, parte da estrada que a pesquisa indicou como a pior do Brasil. É a ligação entre o Município baiano de Barreiras e o de Natividade, no Tocantins, formada pela BA-460, a BR-242, a TO-040 e a TO-280.

A BA-460 está no chamado Anel da Soja e é passagem obrigatória para caminhões que transportam produtos agrícolas. Diante disso, o escoamento das safras enfrenta grandes obstáculos.



A CNT afirma que as deficiências no pavimento das rodovias baianas elevam em até 23,8% o custo operacional do transporte no Estado, levando em conta os impactos na segurança, no custo de manutenção dos veículos e no consumo de combustível.

Outra rodovia que passa pelo Estado escapou por pouco da lista das 10 piores, pois ocupa a 99ª posição entre os 109 trechos analisados. É a BR-101, na parte que vai da Bahia em direção a Teófilo Otoni, em Minas Gerais. Esse trecho permite uma ligação entre a BR-101 e a BR-116, que seguem em paralelo no sentido norte-sul, até as proximidades de Feira de Santana, oferecendo acesso à região sul baiana, de importância histórica e turística.

Rodovias ruins afastam turistas, prejudicando a economia local.

Também é preocupante saber que a etapa baiana da BR-101, que atravessa o Estado de norte a sul nas proximidades do litoral, numa extensão total de mais de 900 quilômetros, foi apontada por uma seguradora de veículos entre as quatro estradas do País onde mais se cometem assaltos.

Não vou me estender sobre a situação das estradas municipais, mas quero dizer que as que se encontram em bom estado provavelmente já são minoria. Quase sempre sem pavimentação asfáltica, sujeitas a grandes estragos nas épocas de chuvas e dependendo dos escassos recursos dos Municípios para sua conservação, é muito difícil que elas possam ser mantidas em condições ao menos razoáveis. Reclamações em relação a isso são comuns em todo o Estado.

Conforme a CNT, transitar em pavimentos inadequados provoca desperdício médio de 5% no consumo de *diesel* pelos caminhões, o que resultou, no ano passado, em prejuízo de R\$ 2,34 bilhões de reais para os transportadores



brasileiros.

Infelizmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa parte dessa perda ocorreu na Bahia, onde a situação calamitosa de várias estradas exige ações urgentes das três esferas de governo.

Muito obrigado.



O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e *Rádio Câmara*, tenho destacado em meus pronunciamentos nesta Casa, e sempre que sou questionado, que a economia brasileira já começa a dar sinais mais fortes de recuperação, e podemos ter certeza de que o pior já passou. Isso pode ser afirmado com base nos diversos indicadores que apresentam melhora contínua, embora ainda tenhamos que lidar com a face mais triste de uma crise econômica: o desemprego que assola o nosso povo.

Por outro lado, já podemos verificar que a inflação recuou. A expectativa é de que o índice feche o ano em 4,09%, abaixo do centro da meta estipulada pelo Banco Central. O recuo da inflação já permite, portanto, que a equipe econômica não se faça valer do uso da taxa básica de juros, a taxa SELIC, para conter a alta dos preços, uma estratégia comumente usada pelo Governo anterior e que nos custou muito caro.

Nesse sentido, o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira, também já estima que a taxa básica de juros fechará 2017 em 8,50% ao ano.

Vale lembrar que iniciamos o ano com uma taxa de 13,75% e que o Comitê de Política Monetária, o COPOM, tem cortado sistematicamente o percentual. No Governo anterior, que não gostamos de lembrar, a taxa chegou a mais de 14%. Essa queda agora deve ter um reflexo positivo em breve na economia, tendo em vista que taxas de juros altas tendem a inibir o consumo, que, em um país continental e populoso como o nosso, é um dos fatores fundamentais para a geração de empregos e produção de riquezas. Com essa redução significativa na



taxa SELIC, vamos verificar em breve o aumento da oferta de crédito e um reaquecimento contínuo da economia.

A queda da taxa de juros e o aumento do crédito também tende a baratear os financiamentos, inibir o investimento especulativo e estimular um investimento que gere emprego e renda no País. Trata-se de um ciclo positivo que logo veremos tomar forma e que é resultado de um trabalho sério de retomada, capitaneado pelo Ministro Henrique Meirelles. Dessa vez, embora infelizmente a nossa população venha sofrendo muito, podemos ter certeza de que o nosso futuro crescimento econômico virá amparado em bases sólidas, e não em um populismo irresponsável de se gastar mais do que se arrecada e que nos colocou em um período de 3 anos sombrios.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. ANTONIO BULHÕES (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez ocupamos esta tribuna para tratar da educação no Brasil. Hoje, além da péssima qualidade do ensino, da inaceitável desvalorização do professor e da imensa dificuldade de se implantarem projetos pedagógicos de grande alcance, vivenciamos a radicalização de um problema há décadas latente: a violência no ambiente escolar.

Em 2014, pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico colocou o Brasil no topo do *ranking* da violência nas escolas. A OCDE, uma das mais importantes do mundo em cooperação internacional, realizou a pesquisa nos 34 países que a integram. O Brasil está em primeiro lugar, seguido da Estônia e da Austrália; nos últimos lugares, em que não há relatos de violência, estão a Malásia, a Romênia e a Coreia do Sul.

Há tempos especialistas em Sociologia, Pedagogia e Psicologia se debruçam sobre o tema e buscam compreender as causas da explosão de casos de violência na escola em nosso País. Parece claro que se trata de um conjunto de circunstâncias variadas, que vão desde a situação pessoal do agressor até a escalada generalizada de violência no Brasil e no mundo.

O fato é que se trata de uma realidade enfrentada cotidianamente por milhares de professores das redes pública e privada, em todas as regiões brasileiras. Entre os casos mais comuns, constam as retaliações praticadas contra professores por alunos insatisfeitos com as notas baixas ou a aferição de mau rendimento escolar. A reação vai da ameaça verbal à própria agressão física, passando por depredação do patrimônio da escola ou do patrimônio do próprio professor.



Além dessa modalidade, vem-se tornando cada vez mais comum a violência entre os próprios estudantes. Apesar de a violência física ser mais visível na mídia — a exemplo dos assassinatos à faca cometidos por adolescentes na porta da escola em Goiás, no ano passado —, o que mais vem assustando famílias e educadores é a violência moral, o chamado *bullying*, cuja prática se intensificou exponencialmente com o advento da Internet. Presente desde o ensino infantil até o ensino superior, as atitudes de intimidação, humilhação e discriminação têm chegado a níveis espantosos de brutalidade, sendo, nessa medida, causa importante do aumento de casos de suicídio entre adolescentes no Brasil.

Isto posto, Sr. Presidente, voltamos à indagação crucial: a que se pode atribuir essa onda de violência que vem transformando as escolas brasileiras em ambientes hostis e mesmo perigosos? Como explicar tamanha indisciplina e agressividade em jovens de todas as idades? E o que significa, exatamente, esse quadro, em termos de sociedade contemporânea?

Responder a tais perguntas não é tarefa fácil e exige um volume considerável de pesquisas, estatísticas e estudos comparativos entre escolas, grupos sociais e mesmo nações. De todo modo, sabe-se que problemas familiares, falta de perspectiva, exclusão social e uso de drogas são fatores constantemente verificados na investigação.

De nossa parte, não temos dúvidas de que a desestruturação familiar causada por mães ou pais ausentes, violentos ou permissivos, responde pela insegurança da criança e do jovem e pode induzir à prática da violência. Na adolescência, quando a construção da autoimagem é processo extremamente complexo, afloram insatisfações e frustrações de toda ordem, cujo descontrole pode



ser debitado tanto à inexperiência ou à negligência dos pais quanto à crescente instabilidade de nossos valores e instituições.

Porque o próprio ensino formal parece, de alguma forma, vacilar em meio à avalanche de informação e comunicação que se tornou o mundo contemporâneo. A disseminação de tecnologias nesse campo tornou a vida mais veloz, mais superficial, mais imediatista. Mais do que nunca, predominam os valores consumistas, materialistas e individualistas.

Nesse contexto, Sr. Presidente, não podemos deixar de mencionar o delicadíssimo papel do professor. Sem a antiga aura de autoridade e proeminência, a que se soma o vergonhoso padrão de desvalorização social vigente no Brasil, o professor tem de lutar contra tudo e contra todos para impor uma disciplina e um ritmo adequado, compatíveis com as necessidades do aprendizado. Currículos pesados, excessivos, distantes da realidade imediata do aluno, tornam sua tarefa ainda mais árdua. Como se não bastasse, vê-se a competir cotidianamente com a influência poderosa das mídias e com o apelo alienante das drogas, em um ambiente cada vez mais rarefeito de valores claros e sólidos, coletivos e individuais.

Também aqui os números são elucidativos. Entre nós, apenas um entre dez professores acredita que a profissão, de algum modo, é valorizada pela sociedade. Na Malásia, em que os índices de violência tendem a zero, como já mencionado, o percentual de professores que se sentem reconhecidos profissionalmente chega a 84%.

Diante de quadro tão desanimador, temos de insistir: se a violência na escola espelha a violência social, a solução é ultrapassar a prática meramente repressiva, também necessária, rumo a um projeto político-pedagógico que reveja o próprio



alcance da educação. Mais do que nunca, temos de envolver a família, a comunidade e o poder público na reconstrução de valores coletivos e humanistas, ampliando a experiência acadêmica para além da administração de conteúdos, em busca da criação de laços solidários dentro da escola, tendo em vista o exercício pleno da cidadania e a vivência ética em sociedade. Para tanto, será imprescindível a valorização da figura e da carreira do professor, a começar pelos salários, que deverão ser compatíveis com sua função primordial.

Era o que tínhamos para o momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando a 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 11 de abril, às 16h56min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 070.3.55.O
Data: 11/04/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)